



Câmara Municipal de Cândói
ESTADO DO PARANÁ

Lei Nº 54/1995

Súmula: Aprova o Plano de Uso e Ocupação do Solo do Município de Cândói, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cândói, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Aprova o documento - Plano de Uso e Ocupação do Solo do Município de Cândói, Estado do Paraná, elaborado pela Empresa ARCONTEC e Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de, sob supervisão da FAMEPAR-PR.

Art. 2º. - O Plano de Uso e Ocupação do Solo do Município de Cândói é composto do seguinte Sumário constante do documento anexo, parte integrante desta Lei:

SUMÁRIO

VOLUME I

| | |
|--|----------|
| - Plano Municipal de Uso e Ocupação do Solo..... | Pág..001 |
| - Apresentação..... | Pág..002 |
| - Prefeito e Secretários do Município de Cândói..... | Pág..003 |
| - Coordenação dos Trabalhos..... | Pág..004 |
| - Equipe de Consultoria..... | Pág..005 |
| - Gerente da U.G.M. e Equipe Local..... | Pág..006 |
| - Conselho Municipal de Acompanhamento do Plano..... | Pág..007 |
| - FAMEPAR - Diretor-Presidente e Escritório Reg..... | Pág..008 |
| - Sumário..... | Pág..009 |

1 - Fundamentação do Plano

| | | |
|----------------|--------------------------------------|----------|
| Parte I..... | Levantamento de Informações..... | Pág..011 |
| Parte II..... | Fatores condicionantes do Plano..... | Pág..044 |
| Parte III..... | Diretrizes para o Plano..... | Pág..049 |
| Parte IV..... | Diagnóstico/Macrozoneamento..... | Pág..051 |



Câmara Municipal de Candói

ESTADO DO PARANÁ

LEI DE URBANISMO

| | |
|--|----------|
| Cap.I.....do Perímetro Urbano..... | Pág..055 |
| Cap.II.....do Parcelamento do Solo..... | Pág..066 |
| Cap.III.....do Uso e Ocupação do Solo Urbano..... | Pág..075 |
| Cap.IV.....do Sistema Viário..... | Pág..083 |
| Cap.V.....do Patrimônio Histórico Edificado e do Turismo..... | Pág..093 |
| Cap.VI..... <u>Código de Obras</u> | Pág..101 |
| Cap.VII.....do Meio Ambiente..... | Pág..145 |
| Cap.VIII.....das disposições finais..... | Pág..151 |

3 - Mapas e Tabelas:

- * Índices de Tabelas e Mapas da "Legislação Urbana Básica".....Pág..179
- * Mapas e tabelas da "Legislação Urbana Básica".

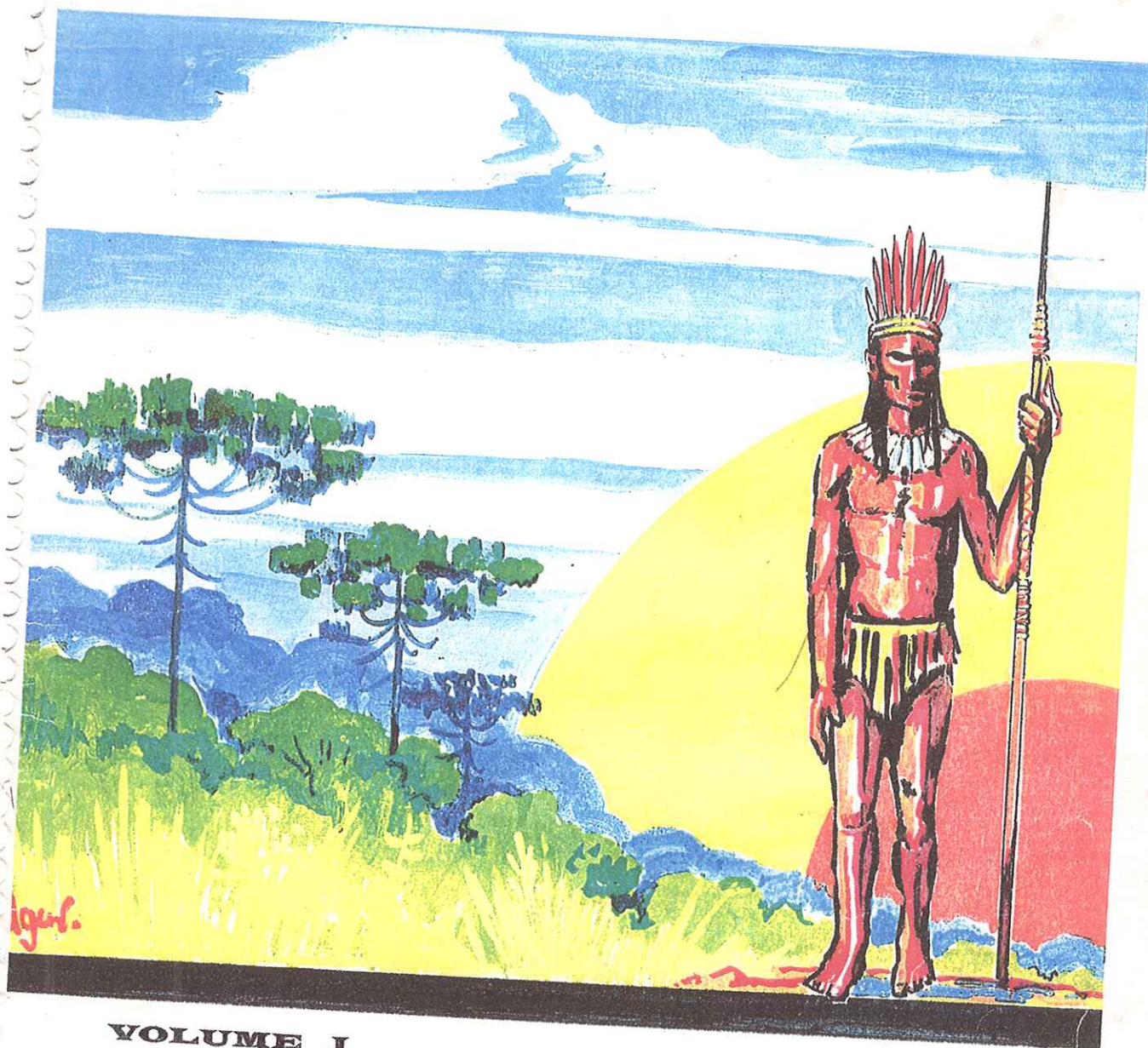
VOLUME II

- * Índice de Mapas do "Levantamento de Dados".....Pág..176
- * Mapas do "Levantamento de Dados".

Art. 3o. - Esta Lei, entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

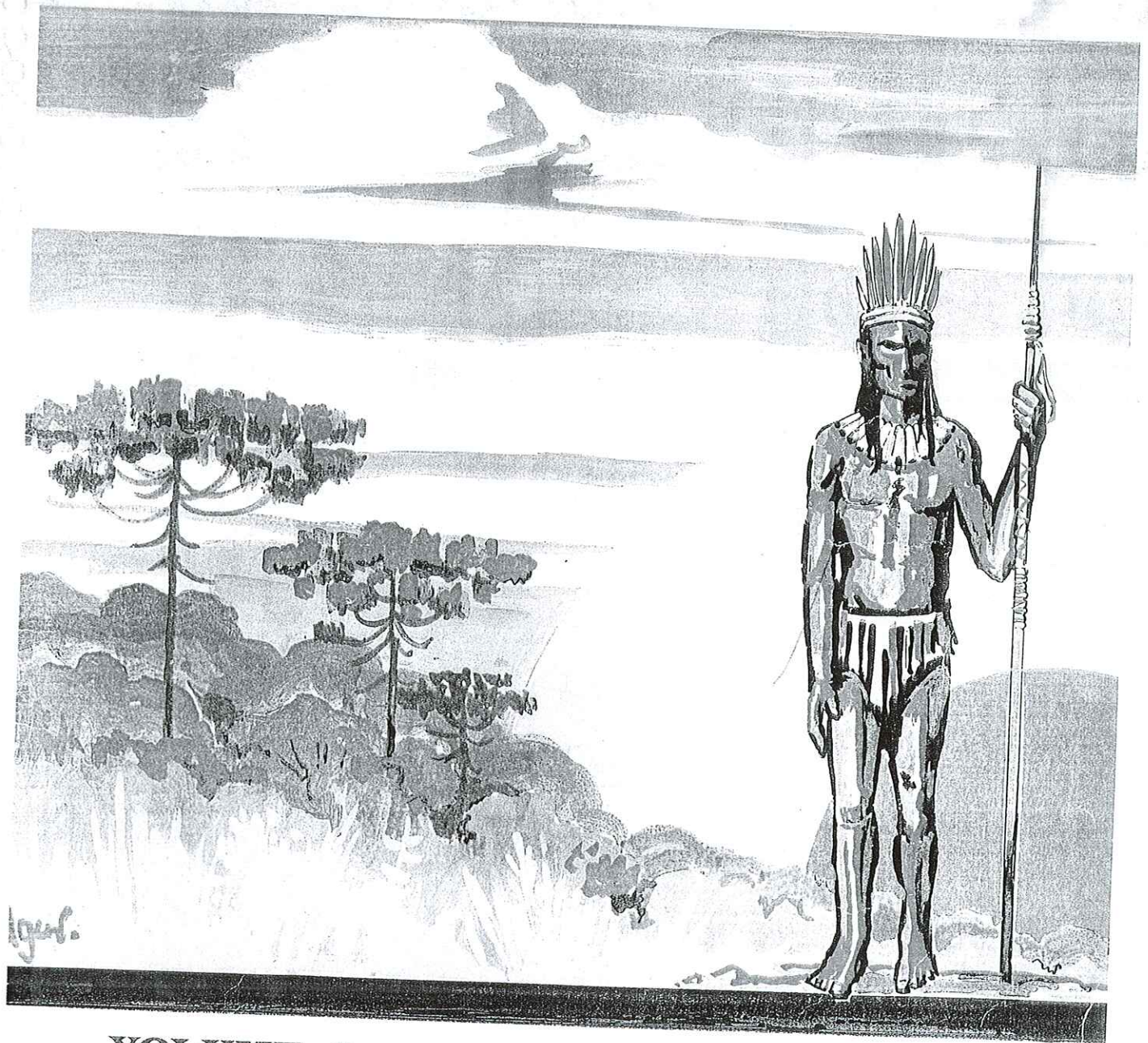
Câmara Municipal de Candói, em de de .

PLANO DE USO E
OCUPAÇÃO DO SOLO DE
C A N D Ó I



VOLUME I

PLANO DE USO E
OCUPAÇÃO DO SOLO DE
C A N D Ó I



VOLUME I

PLANO MUNICIPAL DE USO E
OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Lei 054/1995

NÚCLEOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CANDÓI

Prefeitura Municipal

Estado do Paraná

Gestão 93/96

Elias Farah Neto

Prefeito Municipal

APRESENTAÇÃO

O Plano de Uso e Ocupação do Solo de Candói, é fruto de uma real necessidade de ordenação dos espaços urbanos do município, que, percebida à tempo pelo seu Prefeito Municipal, Elias Parah Neto, encontrou respaldo técnico - financeiro junto ao Estado do Paraná, através do PEDU - Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano.

Este plano é resultado de um trabalho conjunto entre a Equipe Técnica consultora - ARCONTEC, a Equipe Técnica da Prefeitura Municipal e toda a Comunidade do Município de Candói.

É através dele, que se pretende contribuir para um maior e melhor ordenamento territorial urbano e uma racionalização na utilização dos recursos do Município. Buscou-se elaborar um Plano que venha promover um desenvolvimento harmônico de seus Núcleos Urbanos e uma efetiva melhora da qualidade de vida dos habitantes deste Município.

Este trabalho norteou-se por uma visão social da propriedade, baseada no anseio de servir à comunidade, valorizando todos os aspectos que dizem respeito à criação de uma Sociedade justa e estruturada. Esta Sociedade Estruturada, tem como características o TER acumulado conhecimentos do passado, o QUERER construir com acerto os caminhos do presente e o LUTAR com dignidade por melhores dias no FUTURO de seus filhos.

É pois, um trabalho, que isoladamente de pouco vale, visto que é na participação, divulgação e fiscalização para o cumprimento do disposto neste Plano que se realizam todos os anseios nele contidos.

Candói, Novembro de 1994.

MUNICÍPIO DE CANDÓI

PLANO MUNICIPAL DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Prefeitura Municipal de Candói

Elias Farah NetoPrefeito Municipal

Waltzer DoniniSecretário do Planejamento
Edilson Hugo Ranciaro.....Secretário de Finanças
Emília Eugêno TurraSecretária de Educação
Antônio Carlos Rocha Marcondes....Secretário de Administração
João Antônio ZarpelonSecretário de Saúde
Valdir DeschkSecretário de Obras
Nerci Ceriaco de Oliveira LopesSecretário da Agricultura
Claudete Tochetto FarahSecretária de Promoção Social

PLANO MUNICIPAL DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Coordenação dos Trabalhos:

- Arq. Maria Del Mar Ferrer Jordá Poblet
- Edgar Werner Osterroht
- Arq. Maria Angélica Rezende Vilas Boas

PLANO MUNICIPAL DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Equipe Consultora - ARCONTEC

- Edgar Werner Osterroht Coordenador
- Fernando Augusto Vieira Engenheiro Civil- CREA -21.307/7
- Márcia Aparecida Tracchin Agente Administrativo
- Waldir Meneses Consultor
- Vera Aparecida Rodrigues Secretária Executiva

PLANO MUNICIPAL DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

* Gerente da U.B.M.

- Waltzer Donini Secretário de Planejamento

* Equipe Local:

* Coordenadores da Equipe:

- Maria Del Mar F. Jordá Poblet.... Arquiteta e Historiadora

- Waltzer Donini..... Secretário de Planejamento

* Secretários da Equipe:

- Luiz Antonio Moreski..... Projetista

* Equipe Técnica :

- Rogério Cabral..... Topógrafo

- Itiberê Quintilhano Carvalho Engenheiro Civil

- Carmem Lúcia Bueno Turra..... Assessora Jurídica

- Edileon Hugo Ranciaro..... Secretário de Finanças

- Danielli Konjanski de Andrade.... Digitadora

PLANO MUNICIPAL DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Conselho Municipal de Acompanhamento do Plano:

- Waltzer Donini Secretário do Planejamento
- José Clair de Oliveira..... Representante da Câmara Municipal;
- Odacir Ghisleni..... Representante dos Produtores;
- Pe. Agenor Baptista de França ... Representante Religioso;
- Pedro Kaveski..... Representante das Associações
- Walter Vieira da Silva..... Representante do Comércio.
- Nerci Deriaco de O. Lopes..... Secretário de Agricultura,

PLANO MUNICIPAL DE USO E
OCUPAÇÃO DO SOLO

* FAMEPAR

- Omar Akel Diretor-Presidente
- Jovir Vicentini Esmer..... Economista, Chefe do
Escritório Regional
- Maria Angélica Rezende Vilas Boas..... Arquiteta Supervisora

SUMÁRIO

VOLUME I

| | |
|--|---------|
| - Plano Municipal de Uso e Ocupação do Solo..... | Pág 001 |
| - Apresentação..... | Pág 002 |
| - Prefeito e Secretários do Município de Candói..... | Pág 003 |
| - Coordenação dos Trabalhos..... | Pág 004 |
| - Equipe de Consultoria..... | Pág 005 |
| - Gerente da U.B.M. e Equipe Local..... | Pág 006 |
| - Conselho Municipal de Acompanhamento do Plano..... | Pág 007 |
| - FAMEPAR- Diretor-Presidente e Escritório Regional... | Pág 008 |
| - Sumário..... | Pág 009 |

1 - Fundamentação do Plano

| | |
|--|---------|
| Parte I - Levantamento de Informações..... | Pág 011 |
| Parte II - Fatores Condicionantes do Plano.... | Pág 044 |
| Parte III - Diretrizes para o Plano..... | Pág 049 |
| Parte IV - Diagnóstico / Macrozoneamento..... | Pág 051 |

2 - Legislação Urbana Básica

* LEI DE URBANISMO

| | |
|---|---------|
| Cap. Ido Perímetro Urbano..... | Pág 055 |
| h Cap. IIdo Parcelamento do Solo..... | Pág 066 |
| Cap. IIIdo Uso e Ocupação do Solo Urbano..... | Pág 075 |
| Cap. IVdo Sistema Viário..... | Pág 083 |
| Cap. Vdo Patrimônio Histórico- Edificado e do Turismo..... | Pág 093 |
| Cap. VICódigo de Obras..... | Pág 101 |
| Cap. VIIdo Meio Ambiente | Pág 145 |
| Cap. VIII.....das Disposições Finais..... | Pág 151 |

* LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS:

| | |
|--|---------|
| Cap. Idas Disposições Preliminares.. | Pág 152 |
| Cap. IIda Aprovação dos Projetos de Parcelamento..... | Pág 155 |
| Cap. IIIdo Licenciamento para Construção..... | Pág 162 |
| Cap. IVda Licença de Funcionamento de Atividades..... | Pág 169 |
| Cap. Vdas Disposições Penais..... | Pág 173 |

3 - Mapas e Tabelas:

| | |
|---|---------|
| * Índice de Tabelas e Mapas da "Legislação Urbana Básica"..... | Pág 179 |
| * Mapas e Tabelas da "Legislação Urbana Básica" | |

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

VOLUME II

- * Índice de Mapas do "Levantamento de Dados".... Pág 176
- * Mapas do "Levantamento de Dados"

PARTE I - LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

INTRODUÇÃO

A Prefeitura Municipal de Candói, Estado do Paraná, firmou convênio de cooperação técnica com INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ - F A M E P A R, com o objetivo de elaborar o Plano de Uso e Ocupação do Solo do Município.

Os trabalhos foram realizados pela empresa ARLONTEC, juntamente com a equipe técnica da Prefeitura Municipal, sendo que a cada etapa do trabalho foram realizadas reuniões com o Conselho Municipal de Acompanhamento, representantes da Comunidade local, exclusivamente criado para participar da elaboração do PLANO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. Os critérios que nortearam a execução do trabalho obedeceram às diretrizes da FAMEPAR contidas no PEDU - Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano / Termos de Referência, Julho de 1991.

Considerou-se como objeto do trabalho os cinco Núcleos Urbanos existentes no Município, isto é: Núcleo Urbano de Candói, Núcleo Urbano de Segredo, Núcleo Urbano de Paz, Núcleo Urbano de Lagoa Seca e Núcleo Urbano de Cachoeira e também a região do Alagado do Iguaçu (Salto Santiago) e águas de São Francisco. Estas localidades estarão incluídas dentro do horizonte do Plano de modo a receberem o tratamento adequado à uma área urbana.

Deve-se ressaltar que este é o momento ideal para a execução do Plano de Uso e Ocupação do Solo, devido à recente emancipação do Município (Lei Estadual No. 9353/90 de 27 de agosto de 1990) e por se tratar de um trabalho prioritário junto a sua primeira gestão administrativa (gestão 1993/96). Este aspecto, por um lado positivo, explica as dificuldades encontradas na fase do

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

levantamento de informações para o plano devido à falta de dados, pois a Prefeitura encontra-se em processo de formação do seu próprio Banco de Dados, uma vez que os dados existentes anteriormente à emancipação do Município encontram-se na Prefeitura de Guarapuava (Município do qual "Candói" foi desmembrado) e não foram, ainda, totalmente trabalhados em separado aos dados daquele Município (Guarapuava).

Por outro lado, a urbanização espontânea e desordenada do Município de Candói, demonstrada por ocupações irregulares, ausência de infra-estrutura e saneamento básico, carência de equipamentos comunitários e outros, vem justificar uma real necessidade do Plano de Uso e Ocupação do Solo. Este Plano tem por objetivo sanar os problemas existentes e permitir um crescimento adequado para o futuro, dotando o novo Município de instrumentos para a expansão territorial de seus núcleos urbanos, para execução de infra-estrutura urbana e de equipamentos comunitários, em fim, para uma melhoria da qualidade de vida daqueles que vivem nos Núcleos Urbanos do Município.

Este crescimento caracteriza-se por um novo impulso de desenvolvimento gerado, pelo fato em si, da emancipação do município que, com suas obras, vem atraindo pessoas em busca de trabalho e pela existência de áreas rurais com grande potencial de desenvolvimento, uma vez que as áreas rurais dos municípios vizinhos (Guarapuava, principalmente) encontram-se já consolidadas e, portanto, em condições de absorver novos empreendimentos, pelo menos não em grande número.

Este Plano, que ora se apresenta, compõe-se de quatro partes, a saber:

- I - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
- II - ESTRUTURA FÍSICO-NATURAL
- III - BASE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO E DADOS POPULACIONAIS
- IV - INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS URBANOS

I - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

I. A - Estrutura Geo-Política

O Município de Candói situa-se na região Centro-Oeste do Paraná, (ver mapa I) 3^a Planalto de Campos Gerais - Guarapuava, tendo como coordenadas geográficas a latitude 25°34'27" S e longitude 52°03'20" W (sede) e altitude 507 m (Alagado de Salto Santiago) e 945 m (Núcleo Urbano de Paz).

O Município abrange uma área de ^{1.656 Km}~~1.870~~ Km², e tem como Municípios limítrofes os Municípios de Guarapuava, Mangueirinha, Chopinzinho, Laranjeiras do Sul, Virmond e Pinhão, (ver mapa I).

A população total do Município é de 18.659 habitantes, sendo que aproximadamente 50% desta população vive nas áreas urbanas e 50% vive na área rural (ver gráfico 01 em anexo). A densidade Demográfica do Município é de aproximadamente 10 hab/Km².

O Município de Candói é formado, basicamente pelas áreas urbanas de Candói-Sede, dos Núcleos Urbanos de Segredo, Paz, Cachoeira e Lagoa Seca, das áreas de interesse especial do Alagado do Iguacú (Salto Santiago) e Águas de São Francisco, das áreas urbanas de apoio rural, assim como das áreas propriamente rurais.

I. B - Histórico e Evolução Urbana

SEDE DO MUNICÍPIO: a região do Município de Candói, era habitada por índios VOTORÕES. Segundo estórias por antigos moradores da região, Candói teria sido o nome de um índio bravo e guerreiro, que orgulhosamente, tentando defender seu povo e suas terras, teria se matado para não se deixar matar pelo homem branco

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

que invadira suas terras. Este aspecto, nos leva a crer que a chegada do homem branco foi um processo violento e difícil, pelo menos num primeiro momento. Posteriormente, tem-se registros de que os índios foram se integrando gradualmente à civilização do homem branco, mudando seus nomes e adotando a religião católica.

Os primeiros assentamentos humanos surgiram ao longo da rodovia 373, aproximadamente no ano de 1930. Tem-se notícia que primeiramente foi instalada uma casa de comércio, chamada "Empório" e um galpão para armazenamento de cereais e um posto de gasolina, que posteriormente foi instalado (em 1956) do outro lado da BR 373 onde existe até hoje.

Mais adiante, juntamente com o posto de gasolina, foi instalado o loteamento chamado Vista Alegre. Esta localidade funcionava como um núcleo urbano de apoio à atividade rural, uma vez que a ocupação principal da mão-de-obra existente ligava-se à agricultura.

Mais adiante, novas áreas foram sendo parceladas, de um lado (Norte) e do outro (Sul) da rodovia, fato que hoje gerou um dos principais problemas da cidade: a rodovia partiu ao meio a área urbana, tornando-se perigosa a travessia desta, seja por crianças que vão à escola ou adultos que circulam de um lado para outro da rodovia.

Hoje existem ao todo, 5 loteamentos na área da sede do município, sendo que nenhum deles está aprovado.

NÚCLEO URBANO DE SEGREDO - Este é o Núcleo Urbano mais antigo do Município. A expedição militar do Tenente Cândido de Almeida Souza, que visava o reconhecimento das fronteiras platinas com a Espanha, chegou à margem esquerda do Rio Iguaçu em 09

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE

de Setembro de 1770, na desembocadura do Rio Capivarussu (atual Rio Jordão). No sítio onde é hoje o Distrito de Segredo, fundaram a fortaleza de Nossa Senhora do Carmo (Marcondes, Gracita Gruber in "A Expansão da Sociedade Campeira e a Integração de Guarapuava ao Comércio de Bado Suíno". 1986). Segundo antigos moradores, Segredo era um local de passagem, onde os viajantes pernoitavam para seguir viagem. Este era, então, um povoado cuja população se dedicava principalmente à agricultura.

Estes são os únicos registros históricos mais antigos encontrados sobre a formação do Núcleo Urbano de Segredo. Posteriormente, já em 1956, um grupo americano liderado por Frederic Lutcher Brow instalou às margens do Rio Jordão uma fábrica de pasta de papel, uma usina que gerava energia para a fábrica (ainda hoje em funcionamento) um aeroporto e uma grande área residencial, constando de uma Vila Operária, Hotel, Cinema, uma área residencial para os proprietários e diretores, denominada "as seis casas" (estas construídas com altíssimo padrão construtivo). A Lutcher começou a operar em Agosto de 1963, transformando-se em um grande evento impulsionador do desenvolvimento da região. Exportava-se celulose (de fibra longa e branca que na época, somente a Lutcher produzia) para o exterior (Argentina, Uruguai e Inglaterra). A Vila residencial abrigava então 1.200 operários e Vila de Segredo, em função desta atividade, chegou a atingir 3.500 habitantes.

A rápida falência do empreendimento em Dezembro de 1965 causou um forte impacto negativo à população de Segredo. Muitos dizem que a causa da sua falência deveu-se ao fato da empresa extrair urânio clandestinamente, isto é, sem autorização dos órgãos competentes brasileiros, fato que precisa ainda ser estudado com

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

mais profundidade para a sua comprovação. Em curto espaço de tempo, grandes contingentes de mão-de-obra foram dispensados, e assim casas foram sendo desmontadas gerando um esvaziamento generalizado da Vila de Segredo.

Em 1977, surgem os primeiros trabalhos relativos à Usina Hidrelétrica de Segredo, pela ELETROSUL. O povoado de Segredo volta a apresentar então novo crescimento, fato que não perdurou por muito tempo, uma vez que, mais adiante, a ELETROSUL não se encarregou da construção da obra da Usina.

Foi apenas no início de 1980, que a questão da construção da Usina Hidrelétrica de Segredo foi retomada pela COPEL, que instalou-se na antiga Vila Operária da Litcher, enquanto construía a Vila Residencial e o canteiro de obras da Usina. Este fato gerou novamente o crescimento da Vila de Segredo, uma vez que a obra empregou bastante mão-de-obra entre os moradores da vila.

Em abril de 1988 registrou-se cerca de 2.600 pessoas na área urbanizada da Vila de Segredo.

Com o término das obras, houve novamente uma diminuição do número de habitantes na Vila de Segredo, mas aquele desenvolvimento gerado pela construção trouxe melhorias definitivas à Vila de Segredo, como por exemplo o asfaltamento e a manutenção da principal via de acesso à Usina que liga o Núcleo Urbano da Paz (BR 373) até a cancela da Usina, passando por dentro da Vila de Segredo. Recentemente foram iniciadas as obras do "DESVIO DO RIO JORDÃO" fato que novamente gerou um afluxo demográfico de mão-de-obra para a região da Vila de Segredo.

Os primeiros assentamentos urbanos surgiram ao longo da via que ligava, por um extremo ao município de Mangueirinha, via Porto Fancor e, por outro, com a rodovia Federal BR 373.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

Ocupou-se inicialmente a área ao longo do córrego Segredo no local em que este é interceptado pela via de acesso citada. A perspectiva de desenvolvimento gerada pela instalação da Lutter, induziu a ocupação da colina e das encostas do vale, onde surgiram os loteamentos Nova Iguaçu e Segredo, respectivamente, sendo que apenas o loteamento de Nova Iguaçu é aprovado (pela Prefeitura de Guarapuava). Posteriormente, a ocupação estendeu-se ao longo do eixo viário, principalmente em direção à saída para a BR 373, implantando-se na extremidade do eixo o loteamento Jardim Planalto que também não se encontra regularizado.

Recentemente, uma nova área, chamada Vila Nova vem sendo ocupada de maneira desordenada uma vez que este loteamento também não é aprovado.

Embora o Núcleo Urbano de Segredo esteja em processo de urbanização é marcante a presença de campos de cultivo no interior da área parcelada. Ao mesmo tempo que amplos espaços rurais foram incorporados à área urbana, nesta ainda encontram-se quadras inteiras e lotes ainda não ocupados.

NÚCLEO URBANO DE PAZ: Segundo dados da população local o assentamento urbano da Paz, surgiu em aproximadamente 1914, com a construção de um armazém de secos e molhados (proprietário Sr. Ladislau) próximo à atual Igreja da Vila. Este localizava-se junto à antiga estrada que ligava Guarapuava à Coronel Vivida, via Porto Albertino que passava por dentro do Núcleo urbano. Este foi desenvolvendo ao longo do eixo da estrada velha, que era a sua principal avenida. Posteriormente, (em 1968), iniciou-se a construção da rodovia federal (BR 373), asfaltada, que atraiu a construção de novas residências e estabelecimentos comerciais. Com a construção, pela COPEL, na Usina Hidrelétrica de Segredo, novas construções foram feitas, tanto ao longo da rodovia, como no

"Trevo" (trevo que liga a rodovia BR 373 à Usina Hidrelétrica de Segredo), criando-se, inclusive, um pequeno loteamento onde vivem aproximadamente 30 famílias.

NÚCLEO URBANO DA CACHOEIRA: O Núcleo Urbano da Cachoeira formou-se em, aproximadamente, 1930. Vieram de outras regiões as famílias Lesky, Martins e outras que construíram suas casas e uma igreja pequena, chamada capelinha (Capela do Sagrado Coração de Jesus) feita em madeira. Com o tempo, novas famílias foram chegando e ocupando o povoado. A maioria delas era de pequenos e médios proprietários rurais que até hoje habitam o lugar. Posteriormente em 1988, (quando a região ainda estava ligada ao município de Guarapuava), foi criado o NÚCLEO VERDE TETO, sob o regime de mutirão. Trata-se de um núcleo de habitação popular, construído pela Caixa Econômica Federal, com 51 casas, de 48 m² e 63 m², todas com rede elétrica e de iluminação pública, rede de água e reservatório com capacidade para 12.000 L.

NÚCLEO URBANO DE LAGOA SECA: Inicialmente havia na região quatro Serrarias, uma Empresa de reflorestamento, no caso a empresa Zagonsel, bem como diversas fazendas agrícolas que atraíram mão-de-obra para a região. Estas pessoas se estabeleceram em habitações construídas dentro das áreas das empresas e portanto de sua propriedade.

O Núcleo Urbano de Lagoa Seca iniciou-se em 1972, para atender às necessidades daqueles habitantes que haviam se instalado nas propriedades das empresas em que trabalhavam. Criou-se então o loteamento de Nossa Senhora de Fátima, de propriedade da D^ª Abigail Karszelein de Almeida. Nela, instalaram-se diversas residências, com aproximadamente 25 unidades, Igreja Católica e Protestante, ocorrendo posteriormente a instalação da escola e

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

posto de saúde. A primeira área ocupada foi a da chamada Rua Santa Felicidade. Num segundo momento, ocupou-se a área da estrada que liga às fazendas da região.

Hoje existe apenas este antigo loteamento, que não é aprovado, fato que é reivindicação do povo do lugar, em vez que não possuem o título de propriedade e, sim, apenas um recibo de pagamento.

II - ESTRUTURA FÍSICO-NATURAL DO MUNICÍPIO:

II. 1 - Hidrografia:

Os principais rios são aqueles que definem os limites do Município, ou seja: rio Cavernoso (a Nordeste), Rio Iguaçu (ao Sul), Rio Jordão (a Sudeste) e Rio Campo Real (a Nordeste). Internamente ao Município tem-se uma vasta rede de rios, sendo que aqueles que tem maior interesse para este trabalho são os rios: Rio Segredo, que atravessa a área urbana do Núcleo de segredo e o Rio Cachoeira que atravessa a área urbana do Núcleo de Cachoeira.

II. 2 - Relevo e Geologia

O relevo do Município é composto por campos com declividades suaves, portanto, em todos os núcleos urbanos, tem-se áreas propícias ao crescimento no que diz respeito ao seu relevo.

A formação geológica caracteriza-se como Triássico Jurássico (derrame de Trapp). Os solos classificam-se dentre dos seguintes grupos:

- Latossolo Bruno
- Latossolo Roxo

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

- Terra Roxa Estruturada
- Solos Litólicos

Do ponto de vista urbanístico estes são solos adequados ao crescimento urbano por se tratarem de terrenos estáveis. Os únicos problemas encontrados são os afloramentos de rocha, como no caso no Núcleo Urbano de Paz, que por se tratar de Rocha Sã, dificulta os trabalhos de implantação da infra-estrutura urbana.

Outro aspecto de interesse para o planejamento é a existência de áreas com declividade superior a 15%, menos adequadas a implantação da malha urbana e infraestrutura. Estes valores são encontrados na Região do Núcleo Urbano de Segredo e da Cachoeira, fato que deve pesar na definição do perímetro urbano de cada localidade.

II. 3 - Vegetação e Micro-Clima

Devido a sua base econômica ser predominantemente agrícola, o Município foi em grande parte desmatado para que ali se implantassem áreas agrícolas e de pasto. Apenas algumas áreas ainda mantêm sua Mata Nativa (5%) e grandes extensões de terra caracterizam-se pela vegetação baixa de gramíneas, chamadas "Campos Limpos" que são pastos naturais, propícios a criação de gado. Existem também grandes áreas de Reflorestamento (Pinus) dentro do município, especialmente na região próxima ao Núcleo Urbano de Segredo e na região de Santa Clara. Estas áreas se destinam à produção de matéria prima para duas grandes indústrias de papel localizadas dentro do município (uma delas encontra-se desativada/TROMBINI).

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

Deve-se ressaltar também a existência de Mata Ciliar ao longo dos principais Rios do Município.

Existem ainda áreas verdes dentro dos núcleos urbanos conforme levantamento delineado nos mapas de Hidrologia e Vegetação.

A região caracteriza-se por um clima temperado brando, com verão quente, sem estação seca bem definida. A precipitação anual varia entre 1.700 e 2.200 mm, sendo na localidade do Núcleo Urbano de Segredo, o maior índice de pluviosidade da região. A temperatura média anual oscila entre 17°C e 18°C. No inverno a temperatura média mensal oscila entre 13°C e 14°C e os valores mínimos absolutos oscilam entre 1,8°C e -3°C. No verão, as temperaturas máximas, absolutas, chegam a atingir 38°C.

Com relação aos ventos dominantes, segundo índices do IAPAR, tem-se como primeira direção o vento que vem do SUL, e como segunda direção o vento que vem do LESTE.

A região está exposta a ventos velozes, com velocidade média mensal entre 1,8 e 2,1 m/s e com valores máximos que chegam a atingir uma velocidade de 8,3 m/s.

II. 4 - FAUNA E FLORA

Segundo levantamento feito pela COPEL, para o RIMA, da obra do "Desvio do Jordão", foram levantados os seguintes dados com relação à BIODIVERSIDADE TOTAL:

FLORA: 107 espécies de árvores e arbustos, e 199 espécies e epífitas e cipós. Deve-se ressaltar a importância das poucas árvores Araucária angustifoliae, nativas na região, que encontram-se sob proteção de legislação ambiental.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

FAUNA:

MAMÍFEROS: 610 espécies de mamíferos, sendo que a maioria é composta por roedores e marsupiais. Como destaque, por serem animais de extinção, segundo Portaria do IBAMA, tem-se as seguintes espécies:

- Jaguaritica.
- Macaco-prego
- Tamanduá de coleite
- Lontra

AVES: 215 espécies levantadas, sendo que 30% destas espécies são endêmicas do Paraná. Como destaque, por serem animais em extinção, segundo Portaria do IBAMA, tem-se as seguintes espécies:

- Gavião-estriado
- Jacuagü
- Macurú
- Peito-negro

RÉPTEIS: 53 espécies foram levantadas. A título de curiosidade tem-se como espécies de cobras venenosas as seguintes:

- Jararaca
- Cascavel
- Coral verdadeira (principalmente)

ANFÍBIOS: 9 espécies levantadas.

PEIXES: 19 espécies conhecidas e aproximadamente 50% espécies ainda não catalogadas sendo que 40% são espécies endêmicas dos Rios Iguaçu, Jordão e Carvenoso. Um aspecto a ser ressaltado é o baixo valor comercial dos peixes da região, devido a seu pequeno porte, destacando-se as seguintes espécies:

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

- Lambari
- Cascudo
- Joanas

O principal fator que impede a sobrevivência e multiplicação da população de aves e mamíferos é o fato de que além de pouca área de mata nativa, esta área existente (5%) é uma área descontínua. Outro fator importante a ser ressaltado como inibidor do crescimento dos mamíferos, é a extensa rede de estradas que cortam o município sem que sejam tomadas medidas de precaução de atropelamento dos animais que habitam a região (colocação de manilhas sob as estradas, colocação de PASSA-GAÚDOS etc.) Outro problema a ser observado é o da caça predatória em grande número na região.

III - BASE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO E DADOS POPULACIONAIS

III. 1 - Setores Produtivos:

a) Primário: o Município de Candói se destaca como um município voltado eminentemente ao setor primário. Na agricultura sobressaem as culturas de milho, soja, feijão, batata, etc. Na pecuária, além do gado leiteiro e para o abate, destacam-se também a criação de ovinos, suínos e equinos, sendo que esta última é voltada à produção de matrizes reprodutoras e montaria. A Fruticultura está presente na região, especialmente na área em torno do Alagado de Salto Santiago, onde praticamente não ocorre o fenômeno da geada. Destaca-se o cultivo de banana, abacaxi, goiaba, abacate, etc. Também o fumo e a erva-mate são culturas praticadas na região, assim como o bicho da seda, criado na região do Núcleo urbano de Lagoa seca.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

b) Secundário: no setor secundário-industrial o Município possui 05 indústrias de beneficiamento de cereais, 03 serrarias que beneficiam a madeira (dentro da área urbana da sede do município), 01 fábrica de Soda Cáustica (próximo à área urbana de Segredo), 01 fábrica de celulose (na região de Santa Clara) e 01 fábrica de Pasta Mecânica (próxima à região da Igrejinha).

c) Terciário: este setor encontra-se em rápido desenvolvimento, uma vez que a expectativa de crescimento da área urbana da sede do município é muito grande, fato que vem atraindo a implantação de novos estabelecimentos comerciais e a melhoria daqueles estabelecimentos existentes. Grande parte do comércio dentro da área urbana da sede, é voltado ao setor rural.

Sede: A população da Sede do Município é formada por migrantes que ocupam o espaço da Vila atraídos pelas condições climáticas e de produtividade das terras desta região, assim como pelo fácil acesso aos meios de comunicação e transporte para o escoamento da produção. A maioria da população é de origem rural, sendo que existe uma grande rotatividade no tipo de ocupação dos habitantes do município, sendo as principais ocupações no setor de construção civil, agricultura, autônomos, diaristas e outros. A grande maioria da mão-de-obra existente na Sede compõe-se de trabalhadores não qualificados ou semi-qualificados. Grande parte da população é subempregada ou recebe apenas 1 salário mínimo. Existe também uma baixa inserção de mulheres no mercado de trabalho.

Segredo: Segredo é um Núcleo urbano com características urbanas mais marcadas devido à antiguidade de sua área urbana e por ser o núcleo urbano mais populoso. A caracterização sócio-econômica de segredo diz respeito à uma população de 5.500 habitantes na chamada "área urbanizada".

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

A grande maioria desta população é formada por migrantes que, em sua maioria, ocuparam o espaço da vila em tempos bem recentes, ali residindo a menos de uma década, atraídos pelas oportunidades de trabalho oferecidas pela construção da barragem (Usina Hidrelétrica de Segredo).

Paz: O Núcleo Urbano de Paz caracteriza-se, do ponto de vista sócio-econômico, como um núcleo cuja população ativa se dedica em parte à agricultura e em parte ao comércio e indústria incipiente na região. Existe a Laminadora LAMIFRAN que ali se instalou, (em aproximadamente fins de 1979), que emprega uma boa parte da mão-de-obra da Vila. Outra parte se dedica ao setor terciário, seja no comércio ou nas oficinas mecânicas que ali tiveram um grande desenvolvimento.

Cachoeira: a principal ocupação da população do Núcleo Urbano da Cachoeira volta-se à área rural, isto é, a sua maioria é formada por pequenos e médios proprietários rurais que administram suas propriedades diretamente.

Lagoa Seca: a principal ocupação da população do Núcleo Urbano de Lagoa Seca está voltada à área rural. Existe uma grande taxa de desemprego neste Núcleo Urbano, assim como um grande número de pessoas em idade avançada sem condições para o trabalho.

III. 2 - DADOS POPULACIONAIS:

Sede: Segundo dados da Secretaria de Planejamento, existem aproximadamente 3.826 habitantes na sede do Município.

Segredo: Segundo dados extraídos do trabalho realizado pela COPEL em 1992, existem em Segredo aproximadamente 5.500 habitantes no Núcleo Urbano de Segredo.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

Paz: O Núcleo Urbano de Paz, segundo dados da Secretaria de Planejamento, conta com uma população de aproximadamente 800 habitantes.

Cachoeira: O Núcleo urbano de Cachoeira conta com aproximadamente 650 habitantes, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação.

Lagoa Seca: Segundo estimativa da Secretaria Municipal de Planejamento, existem aproximadamente 150 habitantes no Núcleo Urbano de Lagoa Seca.

IV - INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS URBANOS

IV . 1 - Saneamento Básico:

- a) Água
- b) Esgoto
- c) Coleta de Lixo

SEDE: Atualmente a área urbana da Sede do município passa por um problema de abastecimento de água, uma vez que o lençol d'água encontra-se em profundidade maior que 200 m, fato que inviabiliza a perfuração de poços artesianos para a captação d'água. O problema hoje está sendo resolvido de modo provisório, com dois caminhões que buscam água em Segredo (a 25 Km da Sede do município) e abastecem o reservatório de água da Sede (capacidade para 100.000 litros). Por outro lado 30% da população ainda se serve de poços e olhos d'água, pois não requereram ainda a ligação de água em seu domicílio. A água ingerida "in natura" como se sabe, é a principal causa de doenças junto à população devido à presença de "coliformes", agentes microscópicos nocivos à saúde.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

A solução apresentada pela Prefeitura seria a captação de água de um rio do município (provavelmente o Rio Jordão), o seu tratamento e distribuição à população.

Quanto a disposição do esgoto, 70% dos domicílios utilizam-se de fossas negras e apenas 30% dos domicílios utilizam-se de fossas sépticas. É comum a disposição de resíduos líquidos a céu aberto ou em valetas e fossas improvisadas.

O lixo é coletado atualmente em toda a área da sede, com periodicidade de 3 vezes por semana. A disposição final do lixo era feita em um aterro sanitário provisório, que hoje encontra-se desativado, próximo à região da sede, com 10.000 m² (a 03 Km da sede), cedido à prefeitura em regime de comodato por 02 anos.

SEGREDO: o Núcleo Urbano de Segredo dispõe dos serviços de captação e distribuição de água através da Rede Pública, contando com reservatório de capacidade para 100.000 l, sendo que 525 domicílios dispõem de ligação de água em suas residências, dado que perfaz um total de 37% da população local que se utiliza destes serviços. A maioria da população serve-se ainda do antigo sistema de água de poço ou fonte natural.

O sistema utilizado para o escoamento de esgoto é o sistema de fossas negras (80% dos domicílios), poucos se utilizam do sistema de fossas sépticas (3%) e parcela expressiva, em se tratando do efeito prejudicial que provoca, dispõe seus próprios resíduos a céu aberto ou em valetas que corre para os cursos d'água, poluindo-os. É reivindicação da população do Núcleo a urgente solução do problema através do remanejamento de famílias assentadas ao longo do arroio SEGREDO e a execução de obras de saneamento básico.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

A coleta de lixo é feita regularmente (de dois em dois dias) no Núcleo Urbano de Segredo, sendo que, devido às dificuldades de tráfego em muitas ruas, não se consegue fazer a coleta do lixo de um modo satisfatório. A disposição final dá-se a céu aberto em terreno urbano, localizado no final da Rua Capitão Virmond e nas proximidades do aeroporto. A ausência de coleta geral acarreta um grave problema de saúde pública, uma vez que, em apenas 35% dos domicílios, tem-se a preocupação em enterrar, queimar ou vender a parte reciclável do lixo que não foi destruído. Os 65% restantes dispõem o lixo em locais não apropriados, junto às ruas e córregos da Vila.

PAZ : O abastecimento de água do Núcleo Urbano de Paz resolve-se de duas maneiras, principalmente: uma delas, diz respeito à parte mais antiga da Vila, que se serve de poços e/ou fontes naturais; a outra parte, próxima ao "trevo", serve-se de água através do reservatório existente, que abastece aproximadamente 220 domicílios..

O sistema de esgoto, consiste na utilização de fossas negras principalmente, e, em alguns domicílios, utiliza-se o sistema de fossas sépticas.

A coleta de lixo é feita regularmente (de dois em dois dias), por caminhão contratado pela Prefeitura Municipal e sua disposição final dá-se no aterro sanitário, localizado próximo à Sede do município.

CACHOEIRA: A maioria da população do Núcleo Urbano da Cachoeira serve-se de água coletada em poços ou fontes naturais. Com exceção do "Núcleo Verde Teto", algumas poucas residências na área urbana, a escola e o Posto de Saúde, são servidos pela água coletada no poço artesiano localizado no terreno da Escola Municipal.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

Não é feita coleta de lixo neste Núcleo Urbano, sendo que a população queima ou enterra o seu próprio lixo quando não o dispõe de qualquer maneira e em qualquer lugar.

LAGOA SECA : Atualmente, a população deste Núcleo serve-se de água proveniente de poços e fontes naturais, mas o sistema de abastecimento de água recentemente implantado, atende, atualmente, a 36 domicílios .

Quanto ao sistema de esgoto, sabe-se que a população utiliza-se de fossas negras, no caso das residências situadas à sudoeste da Rua Santa Felicidade. Quanto às outras residências, localizadas à nordeste da mesma rua, os moradores utilizam-se de esgoto a céu aberto, devido à declividade do terreno e à não existência de moradias nesta parte do loteamento.

Não é feita coleta de lixo neste Núcleo Urbano, conforme mapa em anexo.

IV. 2 Energia Elétrica e Iluminação Pública.

SEOE: Este Núcleo Urbano é atendido pela COPEL (Companhia Paranaense de Energia), sendo que, conforme dados da Secretaria de Planejamento, 65% dos domicílios existentes dispõem de luz elétrica. Quanto à iluminação pública, esta existe na Avenida marginal à Br-373 e em alguns trechos de ruas secundárias, sendo este serviço considerado bastante precário para a população.

SEGREDO : A maioria dos domicílios tem acesso à energia elétrica (60% aproximadamente). Quanto à iluminação pública, existem postes distribuídos pelas ruas secundárias deste Núcleo, sendo que, existem áreas bastante populosas que não dispõem deste serviço.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

PAZ: Todos os domicílios deste Núcleo Urbano são atendidos pela rede de energia elétrica e a sua maioria é atendida por rede de iluminação pública.

CACHOEIRA : Todos os domicílios deste Núcleo Urbano são atendidos pela rede de energia elétrica e nenhum deles é servido por rede de iluminação pública.

LAGOA SECA : Todos os domicílios deste Núcleo Urbano são atendidos pela rede de energia elétrica e 60% destes, são beneficiados por iluminação pública.

IV.3 Telefonia

- a) Postos de serviços telefônicos
- b) Rede de telefones particulares
- c) Processos alternativos (sistema cooperativo de telefones)

SEDE: Existe um P.S. e dois aparelhos públicos (orelhão) na cidade. Além desse serviço existe uma rede telefônica particular que conta com aproximadamente 55 aparelhos (números).

SEGRED00: Existe um P.S. e um aparelho público (orelhão) neste Núcleo Urbano. Além desse serviço existe também uma rede telefônica particular que conta com aproximadamente 47 aparelhos.

PAZ: Existe um P.S. e um aparelho público (orelhão) neste Núcleo Urbano. Além desse serviço existe também uma rede telefônica particular que conta com aproximadamente 32 aparelhos.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

CACHOEIRA: No Núcleo Urbano da Cachoeira existe um P.S. que atende à população em geral, que funciona em uma residência particular. Existe também um sistema peculiar de "extensão" que permite que 05 residências sirvam-se do serviço telefônico através de ramais particulares (chamado sistema cooperativo de telefones).

LAGOA SECA: Este é o Núcleo Urbano com maior carência de serviço telefônico. Existe um P.S. na parte central da Vila e um aparelho público (orelhão) situado no posto de gasolina do outro lado da rodovia, sendo que, este só funciona nos horários que o P.S. está fechado.

IV. 4 - Sistema Viário

O acesso ao Município de Cândói faz-se através da rodovia BR 277, até o entroncamento da BR 373 que leva a Francisco Beltrão. Atualmente encontra-se em construção o trecho da Ferroceste (Ferrovia do Oeste do Paraná), que passa ao norte do município cortando principalmente grandes latifúndios (aproximadamente 500 Ha a 2000 Ha).

- a) Sistemas de comunicação e Transportes (rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos)
- b) Pavimentação
- c) Sinalização
- d) Tratamento dos Pedestres

SEDE: Como já foi dito anteriormente, é grave o problema de transposição da rodovia 373 dentro da área da Sede, especialmente em frente à Escola Pública Municipal. Atualmente diversas Ruas estão sendo pavimentadas com "Calçamento Poliédrico" pela Prefeitura Municipal, e as Avenidas Principais, marginais à Br 373 encontram-se em processo de licitação para o seu asfaltamento.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

A sinalização na rodovia e nos logradouros públicos encontra-se ainda precária, necessitando de projeto específico.

A sinalização praticamente não existe, isto é, apenas as lombadas existentes na rodovia são sinalizadas, o que demonstra uma preocupação apenas com os carros que passam pela rodovia.

SEGredo: É no Núcleo Urbano de Segredo que se situa o único aeroporto do município, sendo este de propriedade da Frombini. Hoje é utilizado pela COPEL e esporadicamente por autoridades políticas a nível Federal e Estadual. É grave o problema dos pedestres que circulam pela pista da rodovia que passa pelo centro do Núcleo Urbano, uma vez que não existem passeios públicos neste local. A população de segredo reivindica a construção de passeios com urgência para que os casos de atropelamento não mais ocorram.

Com excessão da rodovia, que é asfaltada, todas as ruas de Segredo estão em seu leito natural, sendo proposta da Prefeitura a pavimentação de parte do arruamento com calçamento polidrico irregular.

Assim como no Núcleo Urbano da Sede, aqui também não existe quase nenhuma sinalização de trânsito, apenas nas lombadas existentes ao longo da rodovia.

PAZ: Atualmente a maioria das ruas do Núcleo Urbano da Paz encontra-se em seu leito natural, sendo que nesta localidade já iniciaram as obras executadas em todas as vias principais deste Núcleo.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

CACHOEIRA: Todas as vias encontram-se em seu leito natural. Não existe nenhum tipo de sinalização de trânsito, e os pedestres não encontram problemas sérios de tráfego uma vez que o Núcleo Urbano apresenta tráfego de veículos bastante reduzido.

LAGOA SECA: Este Núcleo Urbano tem suas ruas em seu leito natural. Existindo a pavimentação asfáltica apenas na rodovia BR 277, que passa à margem deste núcleo. A proximidade da rodovia e a presença da Igreja Católica principal da Vila, do lado oposto à área residencial, gera um grave problema para aqueles que transpõem a rodovia, tendo sido levantados diversos acidentes e atropelamentos neste trecho. Do ponto de vista de segurança, esta encontra-se ameaçada pois a área do Núcleo Urbano de Lagoa Seca encontra-se imediatamente após uma curva perigosa, fato que aumenta mais ainda a probabilidade de acidentes, uma vez que não existe nenhum tipo de sinalização.

IV. 5 - Equipamentos Comunitários

a) Educação: é importante ressaltar a importância da NUCLEARIZAÇÃO do ensino no Município, que ao centralizar o ensino nas escolas urbanas, elevou o nível de qualidade do mesmo dentro do Município. Para o sucesso desta iniciativa, foi necessário o apoio de uma frota de ônibus para poder transportar as crianças de suas casas até as escolas urbanas, uma vez que toda a área rural é atendida por este serviço.

a.1) SEDE: Existem duas escolas públicas na Sede do Município. Nelas funcionam o ensino de 1ª a 8ª série do primeiro grau, existindo, também, o curso profissionalizante de Contabilidade. Hoje o sistema de ensino conta com aproximadamente 1.198 alunos matriculados.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

a.2) SEGREGO: existe uma escola pública no Núcleo Urbano de segredo. Nela funciona o ensino de 1ª a 3ª série do segundo grau, existindo, também, o curso profissionalizante de Magistério. Hoje o sistema de ensino conta com aproximadamente 636 alunos matriculados.

a.3) PAZ: Existe uma escola pública no Núcleo Urbano de Paz. Nela funciona o ensino de 1ª a 8ª série do primeiro grau, que conta com 328 alunos matriculados.

a.4) CACHOEIRA: O Núcleo Urbano da Cachoeira possui uma escola pública, onde funciona o ensino de 1ª a 8ª série do primeiro grau, que conta com 389 alunos matriculados.

a.5) LAGOA SECA: Existe uma escola pública neste Núcleo Urbano, onde funciona o ensino de 1ª a 4ª série do primeiro grau, onde conta com 124 alunos matriculados. Este dado porém não demonstra a principal carência deste quadro, uma vez alunos residentes neste Núcleo Urbano se deslocam diariamente para a Sede do Município em busca do ensino de 5ª a 8ª série do primeiro grau e de 1ª a 3ª série do segundo grau. Faz-se portanto, necessário, a complementação do ensino nesta localidade.

b) Saúde: A rede de atendimento à saúde, dentro do município, passa por uma excelente fase, uma vez que foram contratados profissionais da área, para que se atenda à necessidade da população. Os médicos, dentistas, bioquímico, enfermeiras e atendentes, mantêm um serviço de atendimento que abrange a todas as comunidades existentes dentro do município. Através de uma unidade móvel, foi possível o atendimento odontológico junto à todas as localidades do município. Existem nos Núcleos Urbanos 25 postos de saúde e 01 hospital particular, de porte médio, com capacidade para 35 leitos. Os serviços médicos oferecidos pelo município são:

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

- * Clínica Geral e Especializada (oftalmologia, ginecologia e obstetrícia principalmente)
- * Exame Pré-Natal
- * Puericultura
- * Serviço de Primeiros Socorros
- * Controle contraceptivo e de planejamento familiar
- * Controle de desnutrição
- * Prevenção de câncer ginecológico
- * Tratamento dentário e preventivo
- * Vacinação (B.C.G, Tríplice, Anti-tetânica, Sabin, Anti-Sarampo)
- * Controle de Diabéticos, Hansenianos, Tuberculosos e Hiper-tensos.
- * Exames laboratoriais
- * Palestras específicas nas áreas de:
 - Preventiva de câncer
 - Aleitamento Materno
 - Necessidade de Vacinação
 - Prevenção da cárie e câncer bucal.

c) Cultura: Quanto à este aspecto, o município encontra-se extremamente carente de serviços. Não existe nenhum espaço público ou privado que acomode um grande volume de pessoas, (auditório ou outro espaço similar), no entanto, está sendo construído um mini-ginásio de esportes com capacidade para aproximadamente 800 pessoas, - conforme dados da Secretaria de Planejamento.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

d) Esporte: Este aspecto merece um cuidado especial por parte do poder público municipal uma vez que esta é uma área de grande interesse por parte da população, que pratica vários tipos de esporte, tais como: futebol masculino, futebol feminino, bocha, bolão, principalmente. Falta a criação de um setor especialmente criado para este fim junto à Prefeitura Municipal, para que assim se organizem melhor as atividades esportivas desenvolvidas dentro do Município, assim como a sua participação junto a campeonatos à nível Intermunicipal, Estadual e até Federal. Existem quadras de futebol em todos os Núcleos Urbanos do município.

SEDE:

- * Uma quadra coberta e dois campos de futebol descobertos
- * Uma cancha de bocha
- * Uma cancha de bolão

SEGREDO:

- * Uma quadra de futebol descoberta de terra batida e uma quadra de areia
- * Uma cancha de bocha

PAZ:

- * Um campo de futebol (na estrada que vai para o Despraiado)

CACHOEIRA:

- * Três campos de futebol de terra batida (na Escola, na Vila Ieto Verde e nas proximidades do cemitério).

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

LAGOA SECA:

* Um campo de futebol de terra batida próximo à Escola.

e) Lazer: As principais áreas de lazer dentro do município são as fontes de água mineral e a região do alagado de Salto Santiago.

e.1) Águas de Santa Clara: Fonte natural de água mineral com infraestrutura de lazer completa, composta de hotel, chalés, piscinas e quadras. Hoje o espaço é sub-utilizado, uma vez que está sob a administração da Secretaria Estadual de Educação, funcionando apenas para reuniões e simpósios da própria secretaria e fechado ao público. É intenção da Prefeitura Municipal que este seja um polo de lazer e turismo, incumbindo-se da sua manutenção e reabrindo o hotel ao público em geral.

e.2) Águas de São Francisco: fonte natural de água mineral com a especificidade de suas águas serem quentes. Hoje é explorada pela iniciativa privada, que dotou espaço de construção destinadas a banhos públicos, uma espécie de terra, que se abre à utilização pública mediante o pagamento de uma taxa de utilização. É intenção da Prefeitura Municipal incentivar uma maior utilização do espaço, dotando-o de infraestrutura para o lazer e turismo.

e.3) Rio da Lage: Local de grande beleza e potencial turístico.

e.4) Capão redondo: Local de grande beleza e potencial turístico.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

e.5) Água do Barreiro: Local de grande beleza e potencial turístico.

e.6) Alagado de Salto Santiago: Lago formado pela construção da usina de Salto Santiago, é uma região de grande beleza com um forte potencial turístico, pesca e esportes aquáticos. É intenção da Prefeitura Municipal criar um parque ecológico com infraestrutura para o lazer, como: praia, clube, lanchonete, quadras, museu ecológico, etc.

f) Assistência Social: Por se tratarem de serviços não obrigatórios por parte do governo, foram considerados como atividades de assistência social as creches e os pré-primários. Outras atividades como o atendimento a pessoas carentes, pobres, desempregadas e com más condições de vida é praticado sistematicamente pela Secretaria de Promoção Social.

Sede: Recentemente foi construída a primeira creche deste Núcleo Urbano, com capacidade para aproximadamente 30 crianças.

Segredo: Existe uma creche com capacidade de atendimento para 30 crianças e duas turmas de pré-primário no Núcleo Urbano de segredo.

Paz: Existe uma turma de pré-primário no Núcleo Urbano da Paz.

Cachoeira: Existe uma creche com capacidade de atendimento à 19 crianças, (sala em situação precária), e uma turma de pré-primário no Núcleo Urbano da cachoeira.

Lagoa Seca: Existe apenas uma turma de pré-primário neste Núcleo Urbano.

IV. 6 - Mobiliário Urbano:

- a) Telefone Público (orelhão)
- b) Caixa de correio
- c) Banca de revista

Sede:

* Na área da Sede, existem apenas dois aparelhos públicos (orelhão)

* Não existe caixa de correio nem bancas de revista ou outro tipo de mobiliário urbano na região do Núcleo.

Segredo:

* No Núcleo Urbano de segredo existe apenas um aparelho público (orelhão).

* Não existe caixa de correio nem bancas de revista ou outro tipo de mobiliário urbano neste Núcleo.

Paz:

* Não existe nenhum tipo de mobiliário urbano neste Núcleo.

Cachoeira:

* Não existe nenhum tipo de mobiliário urbano neste Núcleo.

Lagoa Seca:

* Não existe nenhum tipo de mobiliário urbano neste Núcleo.

V - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Sede: No Núcleo Urbano da Sede existem cinco loteamentos não aprovados porém, já estabelecidos, que se encontram em processo de aprovação junto à Prefeitura Municipal. Segundo a análise desenvolvida pela Secretaria de Planejamento, observando-se a Legislação Federal 6766/79 e a Legislação Municipal 057/93, a Prefeitura Municipal dispõe de áreas para implantação de obras. Esta área perfaz um total de 15.233,13 m² em quatro dos cinco loteamentos existentes.

Segredo: No Núcleo Urbano de segredo existem ao todo quatro loteamentos, sendo que três não aprovados e apenas um está regularizado (pela Prefeitura de Guarapuava).

Paz: No Núcleo Urbano da Paz existem dois loteamentos não aprovados.

Cachoeira: Existem dois loteamentos neste Núcleo, sendo um, o mais antigo no eixo de crescimento urbano ao longo da via principal e o outro, o loteamento Vila Verde Teto, construído pelo poder público municipal.

Lagoa Seca: Existe apenas um loteamento não aprovado neste Núcleo, mas a população tem a documentação de "Compromisso de Compra e Venda" dos lotes.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

V. 1 - Áreas Residenciais, Comerciais, Industriais e Institucionais

Segundo análise feita através do levantamento de dados sobre o uso dos lotes urbanos, estima-se que hoje existe uma demanda de crescimento urbano, principalmente, no Núcleo Urbano da Sede e já nos outros núcleos observa-se uma estabilidade de crescimento com tendência a um desenvolvimento lento e espontâneo, praticamente estável, em suas áreas urbanas.

V. 2 - Vazios Urbanos / Lotes Vagos:

É grande a existência de vazios urbanos em todos os Núcleos Urbanos do município. Isto se deve à total falta de um planejamento adequado à região, sendo que, anteriormente, não havia uma Política específica voltada à esta necessidade. É intenção da Prefeitura Municipal criar mecanismos, principalmente através do Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano, para que estas áreas com ocupação rarefeita sejam adensadas de modo a diminuir os custos e melhorar os benefícios para a população da sede do Município.

V. 3 - Habitação Popular, Sub-Habitação e Favelas

A situação da habitação nos Núcleos Urbanos do Município, é bastante precária uma vez que, depois da iniciativa por parte da Prefeitura de Guarapuava, nenhum outro projeto foi realizado nesse sentido junto aos Núcleos Urbanos do Município. Estas iniciativas, a que nos referimos são aquelas realizadas no Núcleo Urbano da Cachoeira (Vila Verde Teto) e na Sede do Município, denominado conjunto BNH.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

Por outro lado, faz-se necessária a criação de uma política de habitação popular junto à população de todos os Núcleos Urbanos do Município. Esta política já ensaia seus primeiros passos com o Projeto "Casa Fácil" que vem facilitar a construção de casas com um padrão mínimo de conforto e salubridade, mediante a doação do projeto arquitetônico, pela Secretaria de Planejamento.

Sede: Em 1985, foi criado no Núcleo Urbano da sede, uma área destinada a Habitação Popular, formada por 21 lotes de $267,6m^2$ com habitações "embrião" de $22,5m^2$.

Segredo: Não existe nenhuma iniciativa de criação de conjuntos habitacionais populares neste Núcleo Urbano. No entanto, existe um loteamento localizado nas proximidades das "seis casas" cujo padrão construtivo é bastante baixo, constituindo-se numa área que necessita de especial atenção por parte da Prefeitura Municipal. Por outro lado, faz-se necessária a criação de uma política de habitação popular, junto à população deste Núcleo Urbano. Esta política já ensaia seus primeiros passos com o Projeto "Casa Fácil" que vem facilitar a construção de casas com um padrão mínimo de conforto e salubridade, mediante a doação do projeto arquitetônico, pela secretaria de planejamento.

Paz: não existe nenhuma iniciativa de criação de conjuntos habitacionais neste Núcleo Urbano.

Cachoeira: Existe neste Núcleo Urbano uma vila de Habitação Popular, denominada Vila Verde Teto, que foi uma iniciativa efetuada com um grande nível de qualidade, seja pela escolha do local em que foi implantado, seja pelo padrão construtivo de suas construções com lotes de $1022m^2$. A população beneficiada por este empreendimento, encontra-se extremamente satisfeita e este passou a ser um conjunto habitacional modelo e de referência dentro da região.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE I

Lagoa Seca: Não existe nenhuma iniciativa de criação de conjuntos habitacionais neste Núcleo Urbano.

V- 4 . Áreas Degradadas

Constata-se, principalmente, três tipos de problemas nas áreas urbanas da região:

I - Área sujeita a enchentes periódicas : no Núcleo Urbano de Segredo, junto ao córrego que corta a Avenida principal, existe uma grande área urbanizada que sofre o problema de enchente.

II- Área sujeita a erosão : no Núcleo Urbano da Paz, existe uma região ao longo da rodovia, no bairro do "Trevo", onde existe uma erosão bastante profunda, onde deve-se fazer um estudo mais detalhado sobre os possíveis perigos de novas erosões ou de aprofundamentos das mesmas.

III- Área de ocupação inadequada (favelamento etc.): No Núcleo Urbano da Paz, ao longo da faixa de domínio da rodovia existe uma área de favelamento com aproximadamente 12 (doze) moradias, até o momento desta pesquisa.

PARTE II - CONDICIONAMENTOS DO PLANO

Assim como na fase inicial de levantamento de dados, novamente a existência de cinco Núcleos Urbanos voltou a definir o formato em que será apresentado o Plano de Uso do solo de Candói. Os fatores condicionantes do Plano foram levantados de um modo genérico sendo que alguns se devem a um outro Núcleo Urbano e outros se devem a todos os Núcleos Urbanos do Município.

Os Fatores Condicionantes do Plano são os que seguem:

* Demanda do Solo Urbano

Em todos os Núcleos Urbanos e especialmente na Sede do Município existe uma carência de solo urbano seja para o uso residencial, comercial ou industrial. Embora os Núcleos Urbanos de Segredo, Paz e Cachoeira encontrem-se estabilizados do ponto de vista residencial, no que diz respeito à áreas institucionais existe uma demanda de solo urbano público. Na Sede do Município, em Candói e no Núcleo Urbano de Lagoa Seca existe uma demanda de solo urbano especialmente de áreas de uso residencial. Isto se deve a existência de áreas saturadas nos municípios vizinhos (especialmente Guarapuava) de onde se observa um fluxo migratório de pessoas em busca de novas áreas cultiváveis e que, portanto querem viver em áreas urbanas próximas à suas propriedades rurais.

Outro fator importante no que tange a demanda de solo urbano para uso residencial é a existência de uma taxa de crescimento populacional natural devido à emancipação recente do Município que cria novas expectativas de vida, possibilidades de trabalho e novas ofertas de infra-estrutura urbana. Estes são fatores que geram um forte atrativo junto às comunidades rurais próximas aos Núcleos Urbanos.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE II

* Demanda de Áreas Públicas

Devido à falta de informação técnica e ao modo espontâneo (ocupação desordenada) com que se formaram os Núcleos Urbanos deste Município, ocorre que, em quase todos os "loteamentos" existentes não foram observadas as exigências contidas na Lei Federal 6766/79. Portanto, estes "loteamentos" compõem-se praticamente de lotes para uso particular não sendo previstos espaços para adequação de equipamentos comunitários, assim como praças, equipamentos urbanos etc.

Segundo levantamento feito pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Habitação, nos loteamentos existentes no Município não foram observados os 35% de área para destinação pública. A situação atual é a seguinte: - os "loteamentos" existentes encontram-se com praticamente todos os seus lotes vendidos, - naqueles "loteamentos" que se encontram em vias de aprovação, a Prefeitura pretende negociar com os proprietários para que haja troca do direito a áreas públicas nos locais onde estão sendo previstas as áreas de expansão dentro da área do Perímetro Urbano. Este é hoje, um dos principais problemas que a Prefeitura irá enfrentar nos próximos dias, uma vez que a situação é delicada por envolver diversos fatores que fogem ao controle ora da Prefeitura, ora dos próprios proprietários dos loteamentos.

* Necessidade de se Estabelecer o Perímetro Urbano

É urgente a definição do Perímetro Urbano para que assim a Prefeitura implemente sua política de Desenvolvimento das áreas urbanas. Trata-se de uma necessidade cujo atendimento é prioritário uma vez que isto feito, proceder-se-á à cobrança do IPTU, que é uma das principais fontes de arrecadação municipal, e portanto, obter-se-á verbas para a aplicação em obras de urbanização, que em geral são aquelas que mais oneram o orçamento do Município.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE II

* Deficiências do Atual Desenho Urbano

O atual Desenho Urbano, isto é, a forma dos arruamentos e lotes que formam a cidade, foi feito de forma arbitrária, sem que houvesse uma preocupação humanista e de dotar a cidade de um mínimo de qualidade de vida urbana com infra-estrutura e saneamento básico, equipamentos comunitários e urbanos. Provavelmente isto se deve ao fato de o loteador querer extrair o máximo de lucro com um mínimo de investimento, daí os loteamentos serem compostos apenas de lotes para venda a terceiros.

Além disso, o próprio "projeto", se é que houve, não foi muito feliz, por apresentar quadras muito pequenas, fato que acabará sendo oneroso para a Prefeitura, no futuro, uma vez que a área de ruas é maior do que nos loteamentos com quadras maiores onde há um maior racionalização do espaço urbano.

* Carência de Equipamentos Comunitários

Observa-se uma grande carência de equipamentos comunitários, especialmente nas áreas de cultura, educação e lazer, que devem ser preocupação prioritária no planejamento da cidade. Estes elementos são de grande importância uma vez que atendem às necessidades da população e dão identidade ao lugar, tornando-a mais humana e agradável para se viver.

* Carência de áreas verdes, arborização Urbana e áreas de lazer dentro dos Núcleos Urbanos.

Faz-se necessária a definição das áreas de lazer e preservação ecológica, assim como a arborização da cidade, uma vez que, este, além de ser um investimento relativamente barato, gera um efeito estético e uma sensível melhora do microclima urbano.

É urgente a arborização dos Núcleos Urbanos do Município, uma vez que as árvores demoram a crescer até que se obtenha o efeito desejado.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE II

Por outro lado, a arborização urbana minimiza os problemas gerados pela poeira, pois as folhas absorvem o excesso de poeira em suspensão no ar. A arborização urbana é também responsável pela diminuição da velocidade dos ventos dentro das áreas urbanas.

* Problemática de ocupações em áreas inundáveis

Apenas no caso do Núcleo Urbano de Segredo, observa-se a ocupação de áreas sujeitas a inundações às margens do rio Segredo, fato que deve ser revertido para que estas habitações estejam fora do risco de serem atingidas por todos os males gerados pela inundação do rio.

* Problemática do Sistema Viário

A falta de estruturação do Sistema Viário contribui para uma ocupação do solo desordenada e descontínua. Não existe hierarquização das vias urbanas, fato que gera um conflito no trânsito bastante razoável. Existe também grave conflito entre automóveis e pedestres, especialmente no Núcleo Urbano da Sede e de Segredo. Este conflito nasce principalmente da existência de rodovias dentro de áreas urbanas. Estas rodovias devem ser tratadas de um modo especial, sugerindo formas de solucionar os conflitos existentes.

Propõe-se a colocação de passarelas em pontos estratégicos onde o fluxo de automóveis é intenso e transposição das vias torna-se perigosa, principalmente quando esta se dá em frente à escolas, rodoviárias etc. Propõe-se também um programa de educação para o trânsito junto às escolas, para que este problema seja contornado de um modo adequado.

* Barreiras Urbanas

A existência de barreiras urbanas impedindo o desenvolvimento harmônico dos Núcleos Urbanos é uma preocupação a ser levada em conta no Planejamento para o crescimento das áreas urbanas. No caso do Núcleo Urbano da Sede, é intenção incentivar o crescimento do setor urbano localizado ao sul da rodovia, por ser esta área a mais adequada do ponto de vista topográfico, da própria vocação de crescimento da área urbana, por gerar menos conflitos com relação ao meio ambiente e também por ser esta área melhor dotada de infraestrutura urbana e, portanto em condições de atender às exigências de crescimento e ampliação e tornar-se o aglomerado urbano principal, sem é claro, deixar de lado o aglomerado já existente ao Norte da rodovia.

PARTE III - DIRETRIZES PARA O PLANO

Quanto às diretrizes para o Plano assim como o Macrozoneamento dos Núcleos Urbanos foram realizados estudos separadamente de cada um dos Núcleos Urbanos, objeto do Plano que se segue.

PERÍMETRO URBANO:

Definição do Perímetro em função de:

- * Englobar os loteamentos já existentes
- * Definição das Áreas propícias para futuras ocupações
- * Necessidade de uma descrição de Novo Perímetro Urbano apoiado em marcos geográficos precisos.
- * Demanda do solo urbano
- * Englobar áreas verdes existentes próximas à área urbana dentro do Perímetro Urbano para que estas áreas façam parte do mesmo, configurando assim, uma área urbana envolta por um cinturão verde formado por um parque urbano e para que estas áreas sejam respeitadas pela comunidade, sendo incluídas como objeto de competência da Prefeitura Municipal.

MEIO-AMBIENTE:

- * Inclusão de novas áreas industriais dentro da área do Perímetro Urbano com a exigência de que estas sejam atividades não poluentes
- * Para aquelas atividades industriais cujo funcionamento não seja adequado em áreas urbanas, fica definida uma área industrial fora do Perímetro Urbano (DIE 1) para que ali se instalem os estabelecimentos industriais necessários.
- * Instituição de normas capazes de preservar as áreas de mata nativa dentro da área do Perímetro Urbano.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE III

- * Criação de área de preservação e lazer com aproveitamento das matas ainda existentes dentro da área do perímetro urbano.

USO DO SOLO E PARCELAMENTO:

- * Promover uma ocupação de solo urbano nas áreas onde já existe uma maior oferta de infra-estrutura urbana.
- * Promover uma ocupação dos vazios urbanos existentes, através de um programa de Habitação Popular ou de áreas para uso residencial.
- * Definir o sistema viário básico de modo que este se integre com o atual sistema viário existente.
- * Evitar a ocupação de áreas com declividade igual ou superior a 30%.
- * Incentivar o crescimento dos Núcleos Urbanos de modo a tornar harmoniosa a convivência de usos.

PARTE IV - DIAGNÓSTICO / MACROZONEAMENTO

O macrozoneamento é um plano Preliminar de Uso do Solo, composto por um Mapa e um texto síntese do diagnóstico da realidade urbana de cada Núcleo Urbano do Município de Candói.

O objetivo do macrozoneamento é a definição de uma estratégia de desenvolvimento físico-territorial através da identificação das principais tendências para o crescimento urbano e das áreas de restrições físicas, para orientar a intervenção do poder público com relação à política urbana. O macrozoneamento serve também de base para a posterior elaboração da Legislação Urbanística básica e como fonte permanente de consulta para a tomada de decisões que afetem o espaço urbano.

O macrozoneamento dos Núcleos Urbanos do Município de Candói ficou dividido do modo que se apresenta no texto a seguir:

* ÁREAS NÃO URBANIZÁVEIS:

São áreas onde há restrições à expansão urbana devido à existência de características incompatíveis com a urbanização:

* Área de Mata Nativa: São áreas de concentração de Mata Nativa ou onde existe alguma nascente ou "olho d'água", e que, devido à sua importância e localização, deve ser considerada como área de preservação permanente.

* Área de Preservação Ecológica: São áreas próximas às Matas Naturais ou em zonas estratégicas dentro da malha urbana, cujo potencial ecológico, devido às áreas verdes, como área de lazer e de preservação deve ser intensificado e devidamente equipado para que cumpra integralmente esta função.

* Área de restrição topográfica: São áreas com declividade igual ou superior à 30%, e que, portanto, não apresentam condições para o parcelamento do solo.

* ÁREAS URBANIZÁVEIS:

São áreas propícias para o uso urbano, estando divididas em:

- * Área Residencial Consolidada: Área urbanizada cujo uso residencial já se encontra consolidado e cuja ocupação efetiva, é de média ou alta densidade.
- * Área residencial de Baixa Densidade: Área urbanizada cujo uso seja o mais adequado para o local, e cuja ocupação seja de baixa densidade.
- * Área de expansão residencial: Área não urbanizada, cujo uso residencial seja o mais adequado para o local e cuja ocupação deverá ocorrer para atender a demanda de solo urbano para esse tipo de atividade. Subdivide-se em área de expansão prioritária, que são áreas propícias para futuras ocupações, onde o poder público deverá canalizar suas ações no sentido de implantar infraestrutura urbana necessária, de modo a induzir a ocupação das mesmas.
- * Área de uso misto: é a área urbanizada que se caracteriza pela convivência de usos, sobretudo residencial/comercial, cujo uso já se encontra consolidado e cuja ocupação seja efetiva de média ou alta densidade.
- * Área de expansão de uso misto: é a área urbanizada ou não cujo uso seja o mais adequado para o local e cuja ocupação deverá atender à demanda de solo urbano para esse tipo de atividade.
- * Área industrial: é a área urbanizada cujo uso industrial já se encontra consolidado. Nesta área deverá ser feito um controle e orientação por parte da Prefeitura de modo a harmonizar os seus processos de produção com os usos tipicamente urbanos à sua volta, eliminando os efeitos que por ventura possam por em risco a existência de um grau mínimo de qualidade de vida urbana.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE IV

- * Área de expansão industrial: é a área urbanizada ou não cujo uso industrial seja o mais adequado para o local e cuja ocupação deverá ocorrer para atender à demanda de solo urbano para esse tipo de atividade, tendo como restrição, no entanto, a implantação de indústrias não poluentes.
- * Áreas institucionais: é a área urbanizada cujo uso institucional, isto é, como áreas de equipamentos urbanos e comunitários, já se encontra consolidada e cuja ocupação seja efetiva. (Lei 6766/1979: "consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares. Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado".)
- * Áreas de expansão institucionais: é a área urbanizada ou não cujo uso institucional seja o mais adequado para o local e cuja ocupação deverá atender à demanda de solo urbano para esse tipo de atividade.
- * Vazio Urbano à densificar: é a área urbanizada ou não que se encontra desocupada e que devido à sua localização constitui-se em um "Vazio Urbano". O uso mais adequado para o local é o residencial, sendo que, nestes locais poderiam ser implantados programas de habitação popular.
- * Limite de área de expansão prioritária: limite que define e engloba áreas já consolidadas e áreas de expansão, cujo investimento público em dotá-los de infra-estrutura urbana deve ser feito de modo prioritário e urgente, atendendo à demanda de solo urbano.

FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO - PARTE IV

* **Limite de área de expansão secundária:** Limite que define e engloba áreas de expansão prioritária já esteja consolidada e fortemente ocupada.

PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Incentivar o crescimento de áreas urbanas adequadas:

- na Sede do Município, propõe-se o crescimento da parte sul da Área urbana para assim, minimizar a barreira urbana formada pela Rodovia 373.
- na Sede do Município, propõe-se a criação de um cinturão verde circundando o aglomerado urbano, para que ali se desenvolvam atividades tais que sejam compatíveis com a permanência de áreas verdes, tornando o ambiente urbano mais agradável e humanizado.
- na Sede do Município, propõe-se a ampliação da área industrial, com a ressalva de que as atividades ali desenvolvidas sejam NÃO POLUENTES, para aquelas atividades industriais que por ventura queiram se implantar no Município, e sejam poluentes ou não adequadas à convivência com o uso urbano, fica criada uma área industrial próxima ao Núcleo Urbano, DIC - Distrito Industrial de Candói, para que ali sejam adequadamente implantadas.
- no Núcleo Urbano de Segredo, propõe-se a criação de um passeio para uso de pedestres junto à rodovia, para assim, minimizar o conflito existente entre automóveis e pedestres.
- no Núcleo Urbano da Cachoeira, propõe-se a criação de uma área de lazer, junto às quedas d'água existentes próximas ao Núcleo Urbano.
- no Núcleo Urbano da Lagoa Seca, propõe-se a ampliação da área urbana, uma vez que ali existe uma demanda de áreas urbanas, especialmente para o uso residencial.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO I

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO I

DO PERÍMETRO URBANO

Artigo 1º - Esta Lei tem por finalidade delimitar o Perímetro Urbano das áreas urbanas do Município.

Artigo 2º - O município de Candói fica dividido em áreas urbanas, áreas urbanas de apoio rural, áreas rurais e área especial do Alagado de Salto Santiago e Águas de São Francisco, que será regida por legislação complementar;

Parágrafo 1º - A área urbana corresponde à área urbana dos Núcleos Urbanos de Candói-Sede, Segredo, Paz, Cachoeira e Lagoa Seca.

Parágrafo 2º - A área urbana de apoio rural corresponde às áreas urbanas de todos os Núcleos Urbanos que não sejam aqueles citados no Parágrafo acima.

Parágrafo 3º - A área rural corresponde à área do Município menos as áreas urbanas citadas nos Parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Parágrafo 4º - A área especial do Alagado de Salto Santiago e Águas de São Francisco corresponde à área existente ao redor do Alagado da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, num raio de aproximadamente 300 metros além da cota 508, cuja matéria será regida por legislação complementar, tratando-se de área especial na qual toda construção a ser executada deverá passar por processo de aprovação junto à Prefeitura Municipal;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO I

Artigo 3º - Os Perímetros Urbanos ficam assim delimitados:

Parágrafo 1º - Descrição de Perímetro Urbano de Candói - Sede.

Partindo do M1 cravada a 40,00m no sentido perpendicular a BR 373 distando 0.000,00m do marco rodoviário (nº) com coordenadas geográficas de \backslash (393.655,63 e 7.170.922,18), e azimuth verdadeiro de $296^{\circ}33'54''$ e distância de 174,00m, até M2; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de \backslash (393.500 e 7.171.000), azimuth verdadeiro de $00^{\circ}03'00''$ e distância de 260.00m, até o M3; deste segue margeando a av. Sta. Clara com coordenadas geográficas de $\textcircled{3}$ (393.500 e 7.171.260), azimuth verdadeiro de $232^{\circ}07'30''$, distância de 57,00m até M4; deste segue margeando uma estrada vicinal por uma linha reta com coordenadas geográficas de $\textcircled{4}$ (393.455 e 7.171.452), azimuth verdadeiro de $325^{\circ}27'58''$ e distância de 227.71m, até o M5; deste segue pela mesma estrada vicinal por uma linha reta com coordenadas geográficas de $\textcircled{5}$ (393.⁵⁰⁰437 e 7.171.⁶⁰⁰432), azimuth verdadeiro de $23^{\circ}46'34''$ distância de 156.26m, até o M6; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de $\textcircled{6}$ (393.500 e 7.171.^{+ 112,500}595), azimuth verdadeiro de $20^{\circ}00'22''$ e distância de 905,00m até o M7; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (393.000 e 7.172.500), azimuth verdadeiro de $45^{\circ}00'00''$, e distância de 707.10m, até M8;

LEI DE URBANISMO - CAPITULO I

deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (394.000 e 7.173.000), azimuth verdadeiro de $90^{\circ}00'00''$ e distância de 1.500,00m até M9; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (395.500 e 7.173.000), azimuth verdadeiro de $180^{\circ}00'00''$ e distância de 1.000,00m, até o M10; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (395.500 e 7.172.000), azimuth verdadeiro de $135^{\circ}00'00''$ e distância de 727.11m, até M11; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (396.000 e 7.171.500), azimuth magnético de $225^{\circ}00'00''$ e distância de 1.414.21m, até o M12; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (395.000 e 7.170.500), azimuth magnético de $27^{\circ}00'00''$ e distância de 500,00m, até M13; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (394.500 e 7.170.500), azimuth magnético de $296^{\circ}33'54''$ e distância de 944.03m, até o M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Núcleo Urbano de Candói-Sede

Estado Paraná
Município..... Candói
Área..... 4.765.975,22m²
Perímetro

Parágrafo 2º - Descrição do Perímetro Urbano de Segredo Candói.
Partindo do PA (ponto de amarração) localizado na confluência dos córregos Campos de Fora e Segredo com coordenadas geográficas de (388.565 7.152.370), azimuth verdadeiro de $344^{\circ} 57' 12''$ e distância de 96.30m até o M1;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO I

deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (388.540 e 7.152.453), azimuth verdadeiro de $258^{\circ}07'00''$ e distância de 549.76m, até o M2; deste segue pelo eixo da estrada pavimentada que liga BR 373 à Segredo por uma linha reta com coordenadas geográficas de (388.003 e 7.152.350), azimuth verdadeiro de $151^{\circ}20'34''$ e distância de 98.00m, até o M3; deste segue pelo eixo da estrada pavimentada que liga a BR 373 à Segredo por uma linha reta com coordenadas geográficas de (388.050 e 7.152.264), azimuth verdadeiro de $161^{\circ}33'54''$, distância de 72.73m até o M4; deste segue pelo eixo da estrada pavimentada que liga a BR 373 à Segredo por uma linha reta com coordenadas geográficas de (388.065 e 7.152.123), azimuth verdadeiro de $207^{\circ}30'02''$ e distância de 465.21m, até o M6; deste segue pela mesma estrada pavimentada com coordenadas geográficas de (387.850 e 7.151.710), azimuth verdadeiro de $224^{\circ}01'44''$ e distância de 125.00m, até o M7; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (387.763 e 7.151.620), azimuth verdadeiro de $297^{\circ}24'01''$, e distância de 521.51m, até o M8; deste segue por uma linha reta de coordenadas geográficas de (387.300 e 7.151.850), azimuth verdadeiro de $346^{\circ}11'45''$ e distância de 419.10m até o M9; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (387.200 e 7.152.267), azimuth verdadeiro de $57^{\circ}18'16''$ e distância de 431.34m, até o M10; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (387.563 e 7.152.500), azimuth verdadeiro de $315^{\circ}07'34''$ e distância de 642.05m, até o M11;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO I

deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (387.110 e 7.152.955), azimuth verdadeiro de $259^{\circ}57'47''$, até o M12;

deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (386.997 e 7.152.955), azimuth verdadeiro de $39^{\circ}03'45''$, e distância de 88.85m até o M13; deste segue por uma estrada vicinal em linha reta com coordenadas geográficas de (387.033 e 7.153.004), azimuth verdadeiro de $31^{\circ}01'41''$, e distância de 304.58m, até o M14;

deste segue pela mesma estrada vicinal por uma linha reta com coordenadas geográficas de (387.210 e 7.153.265), azimuth verdadeiro de $301^{\circ}05'50''$ e distância 73.57m, até o M15; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (387.147 e 7.153.323), azimuth verdadeiro de $28^{\circ}02'01''$, e distância de 523.41m, até o M16; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (387.393 e 7.153.765), azimuth verdadeiro de $62^{\circ}43'29''$ e distância de 469.16m, até o de (388.583 e 7.153.863), azimuth verdadeiro de $167^{\circ}16'01''$ e distância de 213.24m, até o M19;

deste segue pela mesma estrada com coordenadas geográficas de (388.630 e 7.153.655), azimuth verdadeiro de $203^{\circ}29'54''$ e distância de 125.40m, até M20; deste segue pela mesma estrada vicinal com coordenadas geográficas de (388.580 e 7.153.540), azimuth verdadeiro de $226^{\circ}50'51''$ e distância de 129.66m, até o M21;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO I

deste segue pela mesma estrada vicinal com coordenadas geográficas de (389.500 e 7.153.465), azimuth verdadeiro de $192^{\circ}18'28''$ e distância de 281.47m, até o M22; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (389.440 e 7.153.190) azimuth verdadeiro de $172^{\circ}12'04''$ e distância de 733.84m até o M1.

Núcleo Urbano de Segredo-Candói

Estado Paraná

Município..... Candói

Distrito Segredo

Área 2.344.771,00 m²

Perímetro 7.216.28 m

Parágrafo 32 - Descrição do Perímetro Urbano de Paz Candói

Partindo do PA (ponto de amarração) localizado no centro do trevo de acesso a Usina de Segredo na BR 373 com coordenadas geográficas de (386.132 e 7.174.225), azimuth verdadeiro de $32^{\circ}57'49''$ e distância de 320,70m até o M1; localizado no eixo da BR 373, com coordenadas geográficas de (386.297 e 7.174.500), azimuth verdadeiro de $90^{\circ}00'00''$ e distância de 203.00m, até o M2; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (386.300 e 7.174.500), azimuth verdadeiro de $180^{\circ}00'00''$ e distância de 500.00m, até o M3; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (386.500 e 7.174.000), azimuth verdadeiro de $270^{\circ}00'00''$, distância de 500.00m até o M4;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO I

deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (386.0000 e 7.174.000), azimuth verdadeiro de $00^{\circ}00'00''$ e distância de 1500.00m, até o M5; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (385.000 e 7.175.500), azimuth verdadeiro $45^{\circ}38'05''$, e distância de 829.49m, até o M6; deste segue por uma estrada vicinal em linha reta com coordenadas geográficas de (386.593 e 7.176.080), azimuth verdadeiro de $124^{\circ}21'46''$ e distância de 141.73m, até o M7; deste segue por uma extra vicinal em linha reta com coordenadas geográficas de (386.710 e 7.176.000), azimuth verdadeiro de $107^{\circ}24'24''$, e distância de 193.00m, até o M8; deste segue por uma estrada vicinal em linha reta com coordenadas geográficas de (386.895 e 7.175.942), azimuth verdadeiro de $118^{\circ}32'06''$ e distância de 182.12m, até o M9; deste segue por uma linha reta pelo eixo da BR 373 com coordenadas geográficas de (387.055 e 7.175.825), azimuth verdadeiro de $228^{\circ}16'13''$ e distância de 198.31m, até o M10; deste segue por uma linha reta pelo eixo da Br 373 com coordenadas geográficas de (386.907 e 7.175.723), azimuth verdadeiro de $224^{\circ}23'02''$ e distância de 263.06m, até o M11; deste segue por uma linha reta pelo eixo da Br 373 com coordenadas geográficas de (386.753 e 7.175.535), azimuth verdadeiro de $199^{\circ}51'51''$, até o M12; deste segue por uma linha reta pelo eixo da Br 373 com coordenadas geográficas de (386.667 e 7.175.380), azimuth ver

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO I

dadeiro de $205^{\circ}07'23''$ e distância de 195.49 m, até o M13; deste segue por uma linha reta pelo eixo da Br 373 com coordenadas geográficas de (386.584 e 7.175.283), azimuth verdadeiro de $199^{\circ}58'59''$ e distância de 187.27 m, até o M14; deste segue por uma linha reta e pelo eixo da Br 373 com coordenadas geográficas de (386.520 e 7.175.027) azimuth verdadeiro de $201^{\circ}16'01''$ e distância de 358.41 m, até o M15; deste segue por uma linha reta e pelo eixo da Br 373 com coordenadas geográficas de (386.390 e 7.174.693) azimuth verdadeiro de $205^{\circ}43'40''$ e distância de 214.24 m, até o M1, ponto inicial desta descrição, fechando-se assim este perímetro.

Núcleo Urbano da Paz

ESTADO Paraná
MUNICÍPIO..... Cândói
DISTRITO Paz
Área 1.078.088,20m²
PERÍMETRO 5.630,92 m

Parágrafo 4^o - Descrição do Perímetro Urbano de Cachoeira Cândói.
Partindo do PA (ponto de amarração) localizado na confluência do Rio Cachoeirinha e o Alagado da Barragem do Rio Iguaçu com coordenadas geográficas de (377.713 e 7.155.060), azimuth verdadeiro de $350^{\circ}46'29''$ e distância de 873,29 até M1;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO I

localizado na margem direita do Rio Cachoeirinha, com coordenadas geográficas de (377.573 e 7.155.922), azimuth verdadeiro de $317^{\circ}11'82''$ e distância de 92,70m, até o M2; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (377.510 e 7.155.490) azimuth verdadeiro de $315^{\circ}00'00''$ e distância de 721,25m, até o M3; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (377.000 e 7.156.000), azimuth verdadeiro de $00^{\circ}00'00''$, distância de 500,00m até o M4; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (377.200 e 7.156.500), azimuth verdadeiro de $90^{\circ}00'00''$ e distância de 1.000,00m, até o M5; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (378.000 e 7.156.500), azimuth verdadeiro de $180^{\circ}00'00''$ e distância de 500,00m, até o M6; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (378.000 e 7.156.000), azimuth verdadeiro de $229^{\circ}27'52''$ e distância de 378,32m, até o M7; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (377.735 e 7.155.730), azimuth verdadeiro de $147^{\circ}48'15''$, e distância de 159,53m, até o M8; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (377.820 e 7.155.595), azimuth verdadeiro de $192^{\circ}31'43''$ e distância de 96,09m, até o M9; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (377.810 e 7.155.550), azimuth verdadeiro de $275^{\circ}22'33''$ e distância de 85,37m, até o M10; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (377.725 e 7.155.558), azimuth verdadeiro de $228^{\circ}10'47''$ e distância de

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO I

203.96m, até M1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Núcleo Urbano de Cachoeira - Candói
EstadoParaná
Município.....Candói
DistritoCachoeira
Área791.114,50m²
Perímetro3.737,82m

Parágrafo 5º - Descrição do Perímetro Urbano de Lagoa Seca.

Partindo do PA (ponto de amarração) localizado no centro do entroncamento da Br- 373 e Br- 277 com coordenadas geográficas de (000000 e 000000), segue pela Br-277 com azimuth verdadeiro de 000º00'00" e distância de 0000 até o M1; localizando a 43.21 m no sentido perpendicular da Br-277, com coordenadas geográficas de (406.500 e 7.184.876), azimuth verdadeiro de 00º00'00" e distância de 624.00 m, até o M2; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (406.500 e 7.185.500), azimuth verdadeiro de 90º00'00" e distância de 1.000.00 m, até o M3; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (407.500 e 7.185.500), azimuth verdadeiro de 180º00'00", distância de 548.00 m até o M4; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (407.500 e 7.184.932), azimuth verdadeiro de 285º56'43" e distância de 182.00 m, até o M5; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (407.325 e 7.185.000), azimuth

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO I

verdadeiro de $215^{\circ}45'46''$ e distância de 128.09 m, até o M6; deste segue por uma estrada vicinal linha reta com coordenadas geográficas de (407.197 e 7.184.997), azimuth verdadeiro de $192^{\circ}55'08''$ e distância de 236.96 m, até o M7; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (407.140 e 7.184.767), azimuth verdadeiro de $360^{\circ}00'00''$, e distância de 656.00 m, até o M8; deste segue por uma linha reta com coordenadas geográficas de (406.500 e 7.184.623), azimuth verdadeiro de $00^{\circ}00'00''$ e distância de 253.00 m, até o M1, ponto inicial desta descrição, fechando-se assim este Perímetro.

Núcleo Urbano de Lagoa Seca-Candói

| | |
|-----------------|---------------------------|
| ESTADO | Paraná |
| MUNICÍPIO | Candói |
| DISTRITO | Lagoa Seca |
| ÁREA | 705.912,31 m ² |
| PERÍMETRO | 3.628,05 m |

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO II

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO II

DO PARCELAMENTO DO SOLO

Artigo 4º - Entende-se por parcelamento do solo urbano os processos de loteamento, desmembramento e unificação de lotes urbanos.

Parágrafo 1º - Entende-se por loteamento a subdivisão de glebas em lotes com abertura ou efetivação de novas vias de circulação, de logradouros públicos, prolongamento e modificação das vias existentes.

Parágrafo 2º - Entende-se por desmembramento a subdivisão de lotes urbanos, com aproveitamento do sistema viário existente e registrado, desde que não implique na abertura de novas vias, logradouro público, prolongamento ou modificação das já existentes.

Parágrafo 3º - Entende-se por unificação ou remembramento a fusão de lotes com o aproveitamento do sistema viário.

Artigo 5º - É proibido o parcelamento do solo em áreas:

- a) Situadas fora do perímetro urbano;
- b) Com declividade superior a 30%;
- c) Cobertas de mata nativa;
- d) Em terrenos alagadiços e sujeito à inundação antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;
- e) Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO II

- f) Em terrenos em que as condições geológicas não aconselhem a edificação;
- g) Em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

Artigo 6º - A aprovação de qualquer loteamento será executada pela Prefeitura Municipal com anuência prévia do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, quando for o caso, e em conformidade com o que estabelece a Lei Federal No. 6766/79.

Artigo 7º - Para efeitos do parcelamento de solo no Perímetro Urbano os seus limites são aqueles estabelecidos no Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Cândói, divididos em:

- a) áreas de expansão urbana prioritária;
- b) áreas de expansão urbana secundária;
- c) áreas de proteção;
- d) áreas de preservação;
- e) áreas de consolidação.

Parágrafo 1º - São consideradas "Áreas de Expansão Urbana Prioritária", as áreas não parceladas, dentro do Perímetro Urbano, indicadas no Plano de Uso e Ocupação do Solo, nos quais a Prefeitura tem interesse em orientar o crescimento do Núcleo Urbano.

Parágrafo 2º - São consideradas "Áreas de Expansão Urbana Secundária", as áreas não parceladas, dentro do Perímetro Urbano, indicadas no Plano de Uso e Ocupação do Solo, nos quais a Prefeitura tem interesse em

parcelar, assim que as áreas de expansão prioritária estiverem 70% ocupadas ou totalmente comercializadas e existir demanda para o crescimento do Núcleo Urbano.

Parágrafo 3º - São consideradas "áreas de Proteção" aquelas que possuem valor paisagístico e necessárias à valorização dos espaços de interesse comum da população. Estas áreas poderão ser parceladas em glebas de no mínimo 20.000 M², não poderão ser abertas vias nem logradouros públicos, e o seu uso deverá ser compatível com a criação e preservação de áreas verdes, ou de lazer, ou para fins educativos, de modo a conformarem um cinturão verde que envolva o Núcleo Urbano.

Parágrafo 4º - São consideradas "Áreas de Preservação", as áreas dentro do Perímetro Urbano, cobertas de matas e demais formas de vegetação natural, reconhecidas de utilidade às terras que revestem. Não poderão ser parceladas, suas matas deverão ser preservadas e toda e qualquer forma de utilização destas áreas deverá ser efetuada mediante a anuência e aprovação por parte da Prefeitura Municipal.

Parágrafo 5º - São consideradas "Áreas de Consolidação", as áreas dentro do Perímetro Urbano, já parceladas ou não, que se encontram dentro da malha urbana do Núcleo Urbano.

Artigo 12 - Os parcelamentos atenderão pelo menos, aos seguintes requisitos:

Parágrafo 1º - Deverão ter acesso direto à via pública existente;

Parágrafo 2º - As vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais e aquelas projetadas, estabelecidas nas diretrizes do sistema viário, constante nesta Lei, assim como, harmonizar-se com topografia local;

Parágrafo 3º - Serão destinadas áreas para implantação do sistema de circulação, de equipamentos urbanos e comunitários, bem como de espaços livres de uso público, sendo que sua percentagem não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, salvo nos loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores do que 15.000 M², caso em que a percentagem poderá ser reduzida.

Parágrafo 4º - Ao longo das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências de legislação específica;

Parágrafo 5º - As dimensões das vias deverão ser segundo a hierarquia do sistema viário, fixados no Capítulo desta Lei.

Parágrafo 6º - O comprimento máximo de quadra deverá ser de 180m (cento e oitenta metros) e largura mínima de 60m (sessenta metros);

- Ruas sem saída comprimento máximo de 140m (cento e quarenta metros), sendo obrigatório possuir no seu final, um bolsão de retorno (cue de sac) com diâmetro mínimo de 20m (vinte metros);
- Rampa máxima de tráfego de veículos de 20% (vinte por cento) de inclinação;
- Largura mínima de rua 15m (quinze metros) com exceção para a "Travessa dos Bancários" cuja caixa da via existente é de 13m (treze metros), onde propõe-se projeto de urbanização específico, criando-se ali um calçamento;
- Largura mínima de passeios é de 3m (três metros);
- Largura mínima trafegável é de 9m (nove metros).

Parágrafo 7º - As vias de circulação destinadas exclusivamente ao tráfego de pedestres, deverão possuir largura mínima de 5% (cinco por cento) do comprimento total, nunca inferior a 5m (cinco metros).

Parágrafo 8º - Em locais onde as vias de circulação possuírem quatro ou mais faixas de rolamento, estas deverão conter uma canteiro central de no mínimo 2m (dois metros).

Parágrafo 9º - Os lotes que resultarem de loteamentos ou desmembramentos, deverão ter as seguintes dimensões mínimas:

- a) na "Zona Industrial", área mínima de 1000 M² (mil metros quadrados) e testada mínima de 20m (vinte metros);
- b) nos "Conjuntos Habitacionais" de interesse social, isto é, aqueles destinados à população de baixa renda, que recebem até 5 (cinco) salários mínimos: área mínima de 200 M² (duzentos metros quadrados) e testada mínima de 10m (dez metros);
- c) nas "áreas de proteção" cujo interesse é a criação de um "cinturão verde" em torno do Núcleo Urbano: área mínima de 20.000 M² (vinte mil metros quadrados) e testada mínima de 80m (quarenta metros);
- d) nas demais áreas do Núcleo Urbano, área mínima de 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) e testada mínima de 12 m (doze metros), salvo quando a Legislação Estadual ou federal determinar;

Parágrafo 10º - Os lotes de esquina terão a área e testada mínimas acrescidas de 25% (vinte e cinco por cento);

Parágrafo 11º - O proprietário da gleba a ser loteada será obrigada a ceder à Prefeitura Municipal, sem ônus para esta:

- a) as áreas das vias públicas que compõem o loteamento;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO II

b) as áreas públicas à que se refere o item III deste artigo, destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários;

c) as faixas de proteção ao longo dos rios ou qualquer curso d'água, rodovias, ferrovias e dutos, quando do parcelamento da gleba;

Parágrafo 1º - A localização das áreas relativas ao item XI será determinada pela Prefeitura Municipal na expedição de diretrizes.

Artigo 9º - Todas as vias públicas constantes do loteamento deverão ser abertas e construídas pelo proprietário recebendo, no mínimo:

- a) meio-fio;
- b) drenagem constituída de, no mínimo, valetas a céu aberto, para escoamento das águas pluviais;
- c) se houver córrego, arroio ou vale sujeito a alagamento deverá ser executada a canalização destas nas travessias da rua.
- d) perfeita delimitação e identificação dos lotes através de piquetes e marcos;

Constituem-se obras necessárias, mas não obrigatórias, em um loteamento as que se seguem, sendo que estas poderão ser realizadas:

- pela Prefeitura Municipal em acordo firmado entre esta última e o loteador mediante caução dos lotes.
- no caso de loteamentos já implantados, sem que estas obras tenham sido realizadas, a Prefeitura poderá realizá-las e, em contrapartida, exigir do beneficiário a "Contribuição de melhoria" correspondente.

- e) rede de água;
- f) rede de energia elétrica;
- g) rede de esgoto
- h) arborização pública

Artigo 10 - A Prefeitura poderá exigir do proprietário do loteamento a construção de outras obras, consideradas necessárias em vista das condições do terreno a parcelar;

Artigo 11- A fim de assegurar a execução das obras e serviços exigidos para cada caso, a Prefeitura Municipal cautionará um percentual dos lotes cujo o valor corresponda aos custos dos serviços e obras, de acordo com o estabelecimento na Lei Federal nº 6766/79, que trata do Parcelamento do Solo Urbano;

Artigo 12- Os loteadores, de comum acordo com a Prefeitura Municipal, poderão repassar ao Poder Público, a urbanização de loteamentos;

Parágrafo 1º - Para tanto o proprietário deverá repassar ao Poder Público Municipal, condicionalmente à feitura de obras, toda a área a lotear através de registro e escritura;

Parágrafo 2º - Antes de dar início à urbanização, a Prefeitura Municipal deverá fazer a apropriação do custo desta urbanização e do valor dos lotes antes de urbanizados.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO II

Parágrafo 3º - Ficarão com o Poder Público os lotes já urbanizados cujo valor anterior a urbanização represente os custos que a Prefeitura teve para promover a urbanização, além das áreas de que trata o item III do artigo 5º desta Lei. Estes lotes poderão ser comercializados por parte da Prefeitura Municipal, sendo que será dada preferência ao antigo proprietário da área.

Parágrafo 4º - A Prefeitura Municipal poderá executar parcelamento de áreas de terras pertencentes a dois ou mais proprietários, procedendo para tal, a um plano específico de urbanização onde fiquem previamente estabelecidas as divisões entre os proprietários, as áreas líquidas dos lotes e a destinação das áreas institucionais.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO III

LEI DE URBANISMO -CAPÍTULO III

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Artigo 13 - Este capítulo tem por finalidade estabelecer o zoneamento de áreas urbanas (dentro do Perímetro Urbano) segundo o uso do solo e fixa as normas de ocupação.

SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS

Artigo 14 - A presente Lei tem como objetivos:

Parágrafo 1º - Estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo urbano, tendo em vista o equilíbrio e a coexistência nas relações do homem com o meio, e das atividades que os permeiam;

Parágrafo 2º - Promover, através de um regime urbanístico adequado, a qualidade de valores estético-paisagísticos - naturais e/ou culturais - próprios da região onde se encontra o Município;

Parágrafo 3º - Prever e controlar densidades demográficas e de ocupação do solo urbano, como medida para a gestão do bem público e da oferta de serviços públicos, compatibilizados com um crescimento ordenado;

Parágrafo 4º - Compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, dentro de determinadas frações do espaço urbano;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO III

SEÇÃO II
DAS DEFINIÇÕES

Artigo 13 - Para o efeito de aplicação da presente Lei, são adotadas as seguintes definições:

Parágrafo 1º - Zoneamento é a divisão da área dentro do Perímetro Urbanos dos Núcleos Urbanos do Município, em categorias de usos e o estabelecimento de parâmetros para a ocupação do solo:

- a) uso do solo é o relacionamento das diversas atividades para uma determinada área aqui denominada Zona;
- b) ocupação do solo é a forma que a edificação ocupa o terreno. Os parâmetros que fixam a forma de ocupação são:
 - taxa de ocupação;
 - coeficiente de aproveitamento;
 - altura máxima;
 - recuos mínimos nas divisas;

Parágrafo 2º - Dos índices urbanísticos:

- a) coeficiente de aproveitamento: valor que se deve multiplicar pela área do terreno para se obter a área máxima a construir, variável para cada zona;
- b) taxa de ocupação: proporção entre a área máxima de projeção da edificação sobre o lote e a área desse mesmo lote;
- c) altura máxima: altura máxima que uma edificação pode ter numa determinada zona, medida em metros a partir do pavimento térreo.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO III

d) recuo: distância entre o limite extremo da área ocupada pela edificação e as divisas frontais, laterais e de fundos do lote.

Artigo 16 - A localização de usos e atividades na cidade dependerá de licença prévia da Prefeitura Municipal, respeitando o interesse coletivo e observados padrões de segurança, higiene e saúde pública da vizinhança.

Artigo 17 - A área do Perímetro Urbano da Sede do Município, conforme o Mapa da Lei de Urbanismo em anexo, e parte integrante desta Lei, fica subdividido nas seguintes zonas:

LEI DO USO DO SOLO - ZONEAMENTO

- a) ZR1 - Zona Residencial 1
- b) ZR2 - Zona Residencial 2
- c) ZM - Zona de Uso Misto
- d) ZC - Zona Comercial
- e) ZI - Zona Industrial
- f) SEI - Setor Especial Institucional
- g) SEP - Setor Especial de Preservação
- h) SEPROT - Setor Especial de Proteção

Artigo 18 - Caracteriza-se à seguir as zonas do Artigo 14º.

Parágrafo 1º - Na ZR1, Zona Residencial 1, ocorrerá exclusivamente o uso residencial sendo que suas construções obedecerão aos quesitos descritos na tabela 1 em anexo. São áreas destinadas ao uso residencial unifamiliar de até 2 pavimentos. Será obrigatória área de estacionamento coberta de pelo menos 1 vaga.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO III

Parágrafo 2º - Na ZR2, Zona Residencial 2, ocorrerá predominantemente o uso residencial, sendo permitidos apenas os usos residencial, comercial local e institucional local, conforme categorias de usos definidos em anexo, desde que não provoques incômodos à vizinhança.

Somente se permitirá a construção de edificações que se destinem às seguintes atividades, sendo que os Projetos deverão ser encaminhados à Prefeitura Municipal como:

- * Uso Comercial Local : padarias, farmácias, bancas de revistas, floriculturas e similares;
- * Uso de serviços Local: cabelereiro, manicure, escritório de profissional liberal, oficina de eletrodomésticos, consertos de sapatos e similares;
- * Uso institucional Local: creches, bibliotecas, agências de correios, posto telefônico e similares;
- * Estas são áreas distintas ao uso residencial unifamiliar e multifamiliar horizontal ou vertical até 3 (três) pavimentos.
- * Suas construções obedecem aos quesitos descritos na tabela I em anexo e nestes casos será obrigatória uma consulta prévia ao órgão competente da Prefeitura Municipal.
- * Área de estacionamento de pelo menos 1 (uma) vaga para cada unidade habitacional.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO III

Parágrafo 3º - Na ZM, Zona de Uso Misto, serão permitidas as edificações para uso misto, isto é, residencial, comercial e industrial não poluente de pequeno porte de modo que poderão ocorrer um, dois ou mais tipos de usos no mesmo lote, desde que não provoquem incômodos à vizinhança.

- São proibidas na ZM, atividades que provoquem excesso de ruído, lancem gases ou fumaça, exalem fortes odores ou gerem um tráfego de caminhões pesados e/ou provoquem incômodo aos moradores.
- Será obrigatória a colocação de área de estacionamento coberta de pelo menos 1 vaga para cada unidade de uso.
- Será permitida a construção de prédios de até 3 pavimentos.
- Suas construções obedecerão os quesitos descritos na tabela I em anexo.

Parágrafo 4º - Na ZC, Zona Comercial. Serão permitidas as edificações para uso comercial e de prestação de serviços. Ocorrerá predominantemente os usos comercial e de serviços.

- É proibida a instalação de qualquer indústria na ZC - Zona Comercial.
- São proibidas na ZC atividades poluentes que ponham em risco a saúde e o bem estar dos cidadãos.
- Será obrigatória área de estacionamento coberto de pelo menos uma vaga para cada 25 m² de área edificada.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO III

- No caso de ocorrerem dois ou mais usos no mesmo lote, será obrigatória a colocação de uma vaga de estacionamento coberto por cada unidade de uso.
- Suas construções obedecerão aos quesitos descritos na tabela I, em anexo.
- Será permitida a construção de prédios de até três pavimentos.
- As instalações de comércio e serviços deverão ser, preferencialmente, construídas em alvenaria.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO III

Parágrafo 5º - Na ZI, Zona Industrial, só serão permitidas as construções de indústrias, grandes armazéns e depósitos, não poluentes, cujas atividades sejam in-compatíveis com as demais zonas do Perímetro Urbano.

- A Prefeitura Municipal poderá instituir incentivos para as atividades de que trata este artigo, desde que venham a se instalar nesta zona.
- Suas construções obedecerão aos quesitos descritos na tabela I, em anexo.
- No interesse do controle da poluição do ar e da água, a Prefeitura exigirá parecer técnico do IAP - Instituto Ambiental do Paraná sempre que lhe for solicitada licença de funcionamento para estabelecimentos industriais.

Parágrafo 6º - Na S.E.I. - Setor Especial Institucional, será permitida, exclusivamente, a construção de equipamentos urbanos e comunitários, tais como: escolas, hospitais, prefeitura, delegacias, conjuntos habitacionais, e demais instituições de caráter público. Equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social.

- Nessas áreas é proibida a instalação de qualquer atividade perigosa, nociva ou incômoda à comunidade, sendo que:
 - possam por em risco pessoas e propriedades circunvizinhas.
 - produzir ruídos e conturbar o tráfego local.
 - Será permitida a construção de até 3 pavimentos.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO III

- Será obrigatória área de estacionamento coberto de pelo menos uma vaga para cada 100 m² de área edificada, e áreas de estacionamento descoberto de pelo menos duas vagas para cada 120 m² de área construída.
- É proibido a instalação de equipamentos comunitários em construções de madeira salvo apresentação de projeto e memorial justificativo para apreciação do Poder Público Municipal.
- As construções obedecerão aos quesitos descritos nas tabelas I e II, em anexo.

Parágrafo 7º - No S.E.P., Setor especial de Preservação, só serão permitidas as construções necessárias à manutenção e segurança destas áreas, uma vez que estas são áreas exclusivamente de preservação permanente.

- Toda e qualquer forma de utilização destas áreas deverá ser efetuada mediante a anuência e aprovação por parte do Poder Público Municipal.

Parágrafo 8º - No SEPROT, Setor especial de Proteção, serão permitidas atividades relacionadas ao lazer, cultura, turismo, esportes e educação.

- Serão permitidas as atividades agropecuárias desde que, pré-existentes à publicação desta Lei.
- Nestas áreas, pretende-se que formem um cinturão verde em torno do Núcleo Urbano.
- Todas construções obedecerão aos quesitos descritos nas tabelas I e II em anexo.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO IV

LEI DE URBANISMO-CAPÍTULO IV

DO SISTEMA VIÁRIO

Artigo 19 - As vias dos Núcleos Urbanos do Município são classificadas em local, coletora e principal, conforme mapa do sistema viário em anexo e parte integrante desta Lei.

Parágrafo único - As dimensões e as características de cada tipo de via são aquelas definidas no Plano de Uso do Solo de Candói, constituídas diretrizes básicas a serem seguidas na implantação de novos loteamentos e nos projetos de pavimentação das vias existentes.

Artigo 20 - Para efeitos desta Lei são adotadas as seguintes definições:

- a) Caixa de via - é a distância definida em projeto, entre dois alinhamentos prediais frontais;
- b) Caixa de rolamento - é a distância dentro da qual serão implantadas as faixas de rolamento e onde circularão os veículos;
- c) Faixa de rolamento - é a faixa ocupada por um veículo durante o seu deslocamento;
- d) Faixa de acostamento - é a faixa usada para estacionamento de veículos;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO IV

- e) Passeio - é a faixa destinada à circulação de pedestres;
- f) Canteiro central - é a faixa de canteiro que divide duas pistas de rolamento.

Artigo 21 - São características das vias:

Parágrafo 1º - As vias locais, devem atender prioritariamente à circulação de pedestres, serem compatíveis com sua utilização para a implantação de edificações residenciais e de comércio local, onde a baixa velocidade de tráfego é desejável. São divididas em dois tipos e terão como dimensões mínimas:

VIA LOCAL I

- a) caixa de via.....15,0 m
- b) caixa de rolamento..... 9,0 m
- c) faixa de rolamento.....2,5 m
- d) faixa de acostamento..... 2,0 m
- e) passeio.....3,0 m

VIA LOCAL II

- a) caixa de via..... 15,0 m
- b) caixa de rolamento..... 7,0 m
- c) faixa de rolamento..... 2,5 m
- d) faixa de acostamento..... 2,0 m (só um lado)
- e) passeio..... 4,0 m

Os perfis das vias locais serão conforme desenho do anexo 1 e 2, parte integrante desta Lei.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO IV.

Parágrafo 2º - As vias coletoras são vias de segunda grandeza que coletam e distribuem o tráfego interligando-o com as vias principais. São divididas em dois tipos e terão como dimensões mínimas:

VIA COLETORA I (sem canteiro central)

- a) caixa de via.....20,0 m
- b) caixa de rolamento.....14,0 m
- c) faixa de rolamento..... 4,5 m
- d) faixa de acostamento..... 2,5 m
- e) Passeio..... 3,0 m

VIA COLETORA II (com canteiro central)

- a) caixa de via.....25,0 m
- b) caixa de rolamento..... 14,0 m
- c) faixa de rolamento..... 4,5 m
- d) faixa de acostamento..... 2,5 m
- e) passeio..... 3,0 m 3,5
- f) canteiro central..... ~~5,0 m~~ 4,00

Os perfis das vias coletoras serão conforme desenho do anexo 3 e 4, parte integrante desta Lei.

Parágrafo 3º - As vias principais são as de maior fluxo na cidade e devem conciliar a existência de um tráfego contínuo com o acesso às propriedades linderas a via. São divididas em dois tipos e terão como dimensões mínimas:

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO IV

VIA PRINCIPAL I (sem canteiro central)

- a) caixa da via 24,0 m
- b) caixa de rolamento..... 16,0 m
- c) faixa de rolamento..... 5,5 m
- d) faixa de acostamento..... 2,5 m
- e) Passeio..... 4,0 m

VIA PRINCIPAL II (com canteiro central)

- a) caixa da via 30,0 m
- b) caixa de rolamento..... 16,0 m
- c) faixa de rolamento..... 5,5 m
- d) faixa de acostamento..... 2,5 m
- e) passeio..... 4,0 m
- f) canteiro central..... 6,0 m

Os perfis das vias principais serão conforme desenho do anexo 5 e 6, parte integrante desta Lei.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO IV

ANEXO I - VIA LOCAL I

MUNICÍPIO DE CANDÓI

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO IV

ANEXO II - VIA LOCAL II (c/ passeio largo)

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO IV

ANEXO III - VIA COLETORA I

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO IV

ANEXO IV - VIA COLETORA II (c/ caixa central)

MUNICÍPIO DE CANDÓI

----- LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO IV

ANEXO V - VIA PRINCIPAL I

----- MUNICÍPIO DE CANDÓI

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO IV

ANEXO VI - VIA PRINCIPAL II (c/ canteiro central)

MUNICÍPIO DE CANDÓI

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO V

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E EDIFICADO E DO TURISMO

Artigo 22 : Esta Lei tem por finalidade definir os elementos passíveis de preservação e tombamento, devido ao seu valor histórico ou intrínseco, assim como definir áreas de interesse turístico, dentro dos limites dos Perímetros dos Núcleos Urbanos do Município de Candió.

Artigo 23 : Entende-se por :

Parágrafo 1º: área de preservação histórica, cultural e paisagística: aquelas áreas de interesse urbanístico especial, nas quais foi reconhecida a existência de bens imóveis, cuja proteção seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história local ou nacional, quer por seu excepcional valor arqueológico, tecnológico ou artístico, ou por representarem monumentos naturais, sítios ou paisagens dotados pela natureza ou por obra do homem.

Parágrafo 2º: área de interesse turístico : são aquelas áreas de interesse urbanístico com forte potencial turístico, nas quais devem ser incentivadas e/ou facilitadas as iniciativas de caráter turístico e de lazer.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO V

Parágrafo 3º: qualificar : é tipificar, atribuindo ao bem valor histórico, artístico, paisagístico, enquadrando-o de modo preciso em uma das hipóteses legais.

Parágrafo 4º: tombar : é o instrumento jurídico concretizado pela edição do ato; qualificação é operação de natureza técnica; o tombamento, em si, é ato administrativo discricionário .

Parágrafo 5º: tutela do patrimônio cultural : procura estabelecer normas de proteção desse patrimônio, porque nele se consubstancia e se reverencia a memória da formação da cidadania e da própria nacionalidade. Estas se descaracterizarão no envolver das mutações futuras, se cada geração não cuidar de assegurar a preservação e a permanência do fundamental daquilo que foi impregnado de vivência pelas gerações anteriores. Essa tutela se organiza a fim de defender o patrimônio cultural urbanístico dos ataques que recebe, que fundamentalmente são:

- 1º) a degradação : produzida por uma série de motivos, desde os puramente psicológicos à intervenção de agentes físicos;
- 2º) o abandono : por uma atitude social dos habitantes de uma cidade, pela falta de recursos ou mesmo por desinteresse dos proprietários do bem em questão.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO V

3º) a destruição total ou parcial : seja em função das pressões de mercado (mercado imobiliário, no caso de bens imóveis)., que fazem com que o proprietário do bem o destrua; seja devido a atos de vandalismo, acidentes ou até mesmo à destruição derivada da ação do tempo.

4º) o uso e indiscriminado abuso: é a utilização para fins desviados que envilecem o patrimônio, desnaturando seus objetivos;

Artigo 24 : Além da proteção formal, com a integração do bem ao Patrimônio Cultural Municipal, pelo reconhecimento do seu valor, é necessário dar ao bem, proteção vital, por meio de atos e procedimentos destinados a preservá-lo, valorizá-lo e revitalizá-lo.

Parágrafo 1º : Por preservar entende-se impedir a indiscriminada destruição de elementos componentes do Patrimônio Ambiental Urbano nos casos em que a mesma não é imprescindível para o desenvolvimento urbano, em função da existência de soluções alternativas.

Parágrafo 2º: Por valorizar entende-se substituir a imagem de desprestígio, obsolescência, decadência, atraso ou inutilidade que frequentemente é associada a certos componentes do Patrimônio Ambiental Urbano, por outra que reflita com mais propriedade a dimensão social, cultural, histórica, estética, técnica, afetiva ou formal de que se revestem.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO V

Parágrafo 3º: Por revitalizar, finalmente, entende-se incentivar a atribuição de novos usos e funções a certos elementos do Patrimônio Ambiental Urbano, tornando-os compatíveis com as necessidades da sociedade contemporânea e apresentando-os como alternativa para a constante demanda de novas edificações, áreas públicas, elementos paisagísticos, equipamentos urbanos, estimulando-se a permanência dos moradores originais.

Artigo 25 : Fica criado o "LIVRO DO TOMBO" - MUNICIPAL, instrumento através do qual se traduz o reconhecimento do valor de um Bem por parte do Poder Público Municipal. A inscrição do Bem no "Livro do Tombo", é que o transforma em patrimônio histórico, arqueológico, artístico ou paisagístico (isto é, Patrimônio Cultural) municipal, com todas as consequências jurídicas desta Lei.

Parágrafo 1º: Ficam instituídos três tipos de tombamento, a saber:

- a) Tombamento de Ofício : é o que incide sobre os bens públicos .
- b) Tombamento Voluntário : recai sobre bem privado e realiza-se pela simples anuência de seu proprietário, quer a seu pedido, quer em atendimento à notificação que se lhe fizer, para a inscrição do Bem no "LIVRO DO TOMBO" - Municipal.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO V

c) Tombamento Compulsório : recai sobre bem privado e ocorre quando o proprietário particular se recusa a anuir à inscrição do bem no "LIVRO DO TOMBO" - Municipal. Nesse caso, o tombamento se reveste do caráter de um procedimento que se desenvolve nos termos seguintes:

I - o órgão competente notificará o proprietário do bem, para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para se quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo, as razões da impugnação;

II - no caso de não haver impugnação no prazo assinalado, que é fatal, a autoridade competente mandará, por simples despacho, que se proceda à inscrição do Bem no "LIVRO DO TOMBO" Municipal;

III- se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la;

IV - em seguida, independentemente das custas, o processo será remetido ao Conselho Consultivo do ISPHAN, ou a órgão correspondente no Estado e/ou Município, que preferirá

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO V

decisão à respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento;

V - em qualquer desses casos, sendo terminado o tombamento, a eficácia deste fica dependendo de sua homologação pelo Prefeito Municipal;

VI - enquanto não se resolve a questão do tombamento ou não do bem, objeto desta Lei, será efetuado o Tombamento Provisório do mesmo, para que este se encontre preservado no decorrer do processo iniciado pela notificação;

Parágrafo 2º : A Notificação é ato que se dirige ao proprietário (e na falta deste ao possuidor), para a inscrição do Bem no "LIVRO DO TOMBO"-Municipal. Ela dá ciência ao interessado da instauração do procedimento, e significa verdadeira intimação ao proprietário para anuir na inscrição do Bem ou para defender-se impugnando a pretensão de tomba. Seus efeitos jurídicos não são de mero conhecimento, mas constitutivos na medida em que a Lei lhe dá a natureza de tombamento provisório, fato que impede o proprietário de alterar ou efetuar qualquer ato que afete a integridade física do Bem em questão.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO V

Artigo 26: Serão considerados objetos de tombamento, a serem inscritos no "LIVRO DO TOMBO" Municipal os seguintes Bens:

- a) Sobrado Azul do Segredo: situado no Núcleo Urbano de Segredo à Avenida Morro Verde n. 2535
- b) Chaminé da LAMIFRAN : situada no Núcleo Urbano da Paz
- c) Árvore de Cedro e poço : conjunto urbanístico situado no Núcleo Urbano da Paz
- d) Cemitério - Capão Redondo
- e) Hotel Santa Clara : situado às margens do Rio Jordão

Artigo 27: São consideradas áreas de interesse turístico aquelas áreas que proporcionem especial atração de beleza, lazer, divertimento e repouso. A importância econômica do fenômeno gera a necessidade de estabelecer-se uma política municipal de turismo, entendendo como tal, o conjunto de diretrizes expressas nesta Lei, sendo que estejam localizadas dentro dos Perímetros dos Núcleos Urbanos do Município.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO V

Parágrafo 1º: Deve-se incentivar através de Planos e Programas Municipais, isenção de taxas, subsídios e outros instrumentos, as iniciativas que, após exame por parte do órgão municipal competente, demonstrarem ser pertinente sua implantação em termos de projetos para o desenvolvimento turístico da região.

Parágrafo 2º : Considera-se área de interesse turístico, a área localizada no Núcleo Urbano da Cachoeira, junto ao córrego de mesmo nome, que possui 6 (seis) quedas de água assim como uma extensa área de mata ciliar, cuja vocação turística é inquestionável e que foi definida neste Plano como Setor Especial de Proteção.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CANDÓI

Dispõe sobre o Código de Obras do Município e dá outras providências.

Seção I . das disposições preliminares

Art. 28 Toda construção, reforma, ampliação ou demolição efetuada por particulares ou entidade pública, no Município de Candói, é regulada por este Código, obedecidas as Normas Federais e Estaduais relativas à matéria.

Parágrafo 1º Para o licenciamento das atividades de que reza este Código, serão observadas as disposições da Lei de Zoneamento e de Uso e Ocupação do Solo deste município, incidentes sobre o lote, aonde ele existir.

Parágrafo 2º Para o licenciamento das atividades citadas no caput deste artigo, em outras localidades fora dos perímetros urbanos dos Núcleos Urbanos e da área em torno do alagado de Salto Santiago, a Prefeitura adotará os mesmos critérios para avaliação dos projetos e das construções nestes locais, sendo que estes ficarão isentos de alguns procedimentos usuais, à critério da autoridade competente por parte da Prefeitura Municipal.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Parágrafo 3º Na região do alagado de Salto Santiago, serão obrigatórios todos os procedimentos indicados nesta Lei, assim como outros especiais que serão descritos à seguir;

Seção II . Dos objetivos

Art. 29 Este Código tem por objetivos:

Parágrafo 1º : Orientar os projetos e a execução de edificações no Município de Candói

Parágrafo 2º : Assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade, estética, conforto e adequação das edificações do Município de Candói.

Parágrafo 3º : Promover a melhoria dos padrões gerais e de segurança, higiene, salubridade, estética e conforto de todas as edificações já existentes no Município.

Seção III . Das definições

Art. 30 Para efeito deste Código serão adotadas as seguintes definições:

ALINHAMENTO : linha divisória legal entre lote e logradouro público; testada;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

ALPENDRE : área coberta, saliente da edificação ou não, que consiste em um espaço intermediário entre área interna e área externa;

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO : documento expedido pela Prefeitura, que autoriza a execução de obras conforme Projeto aprovado sendo que estas continuam sujeitas à sua fiscalização;

AMPLIAÇÃO : alteração no sentido de tornar maior a Edificação;

ANDAIME : aparato provisório (geralmente em madeira ou metálico) destinado a sustentar operários e materiais durante a execução de obras, observando critérios de segurança das Normas vigentes;

ANTE-SALA : compartimento que antecede uma sala ou outro compartimento qualquer, geralmente utilizado com a finalidade de sala de espera;

APARTAMENTO: unidade autônoma de moradia em edificação multifamiliar;

ÁREA CONSTRUÍDA: toda a área coberta de uma construção;

ÁREA DE PROJEÇÃO : toda a área equivalente à projeção de uma edificação sobre um terreno qualquer;

ÁREA DE RECUDO : espaço livre e desembaraçado em toda a extensão da área de afastamento entre o alinhamento e as divisas do terreno e a construção propriamente dita.

ÁREA DE SERVIÇO: compartimento destinado à limpeza e armazenamento de material orgânico para a cozinha e para a cozinha;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

ÁREA ÚTIL: superfície utilizável de uma edificação, excluídas as paredes ;

ÁTRIO: pátio interno de acesso à uma edificação;

BALANÇO : avanço de edificação geralmente constituída por uma laje engastada na estrutura da edificação;

BALCÃO: varanda ou sacada guarnecida por uma grade ou peitoril;

BALDRAME: viga de sustentação em concreto que corre sobre as fundações , que tem a função de contraventamento e de apoio de toda a edificação e particularmente do assoalho;

BANHEIRO: compartimento destinado ao asseio pessoal e à satisfação das necessidades biológicas do indivíduo, principalmente;

BEIRAL: prolongamento do telhado além da prumada das paredes ;

BIBLIOTECA: compartimento destinado ao estudo e à exposição de livros e outros materiais didáticos;

BRISE SOLAR : conjunto de placas verticais ou horizontais, geralmente de concreto ou de material opaco, que se põem nas fachadas expostas ao sol, com o intuito de evitar o aquecimento excessivo dos ambientes e a incidência direta do sol, sem prejuízo da ventilação e iluminação dos mesmos;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

CAIXA DE ESCADA: espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento;

CAIXILHO : a parte de uma esquadria onde se fixam os vidros;

CARAMANCHÃO : elemento construtivo geralmente de madeira, composto por uma cobertura de sapé ou outro tipo, usado para apoio de áreas de lazer ou para sustentação de trepadeiras floríferas ou frutíferas;

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA: documento expedido pela Prefeitura, que autoriza a ocupação de uma edificação.

CLOSET: compartimento utilizado como guarda-roupas, geralmente próximo ao quarto, dando-lhe apoio;

COMÉRCIO: construção destinada ao abrigo de estabelecimento comercial de compra, venda ou troca de mercadorias;

COMPARTIMENTO: cada uma das divisões de uma edificação;

CONSTRUÇÃO: é, de modo geral, a realização de qualquer obra nova;

CORREDOR: compartimento destinado à circulação entre os cômodos;

CORRIMÃO : peça ao longo de uma escada à altura da mão, que serve de resguardo ou apoio para quem sobe ou desce a escada

COZINHA: compartimento de uma edificação destinado à cocção, manipulação e armazenamento dos alimentos ;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

CROQUIS: Esboço de um projeto, Estudo preliminar;

DECLIVIDADE : relação percentual entre a diferença das cotas altimétricas de dois pontos e a sua distância horizontal;

DEMOLIÇÃO: ato de derrubar de modo seguro uma construção qualquer;

DEPENDÊNCIA DE USO COMUM: conjunto de dependências da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares das unidades de moradia;

DEPENDÊNCIAS DE USO PRIVATIVO: conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito;

DESPENSA : compartimento destinado ao armazenamento de alimentos e objetos, considerados de permanência provisória, portanto não é obrigatória a colocação de aberturas (janelas) para sua iluminação e ventilação, que podem ser artificialmente resolvidos;

EDÍCULA: denominação genérica para compartimento acessório de habitação, separado da edificação principal;

ELEVADOR: máquina que executa o transporte vertical de pessoas e mercadorias;

EMBARGO: ato administrativo que determina a paralização de uma obra;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

ESCALA: elemento arquitetônico destinado à ligação entre dois ou mais níveis diferentes de uma edificação.

ESCALA: relação entre as dimensões do desenho e a do que ele representa;

ESCRITÓRIO: compartimento destinado ao trabalho e/ou ao armazenamento e organização de documentos;

ESTAR ÍNTIMO : compartimento destinado à intimidade da família, geralmente utilizado como sala de TV, estudos etc.

ESTAR SOCIAL : compartimento destinado à recepção de amigos e visitantes em geral, geralmente se situa próximo à entrada da casa;

FACHADA: elevação das paredes externas de uma edificação;

FUNDAÇÃO: parte da construção destinada à distribuir as cargas provenientes da superestrutura para o terreno;

GALPÃO: construção constituída por uma cobertura fechada total ou parcialmente, não podendo servir para uso residencial;

GUARDA-CORPO: é o elemento de proteção contra a queda, peitoril;

GARAGEM : compartimento de uma edificação destinada ao abrigo de veículos ;

HACHURAR : traçar linhas no desenho de modo a destacar algum elemento que se queira realçar;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

PALL : dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos ou geralmente colocada à entrada de uma residência;

INDÚSTRIA: construção destinada ao abrigo de máquinas e/ou equipamentos de produção e/ou beneficiamento de matérias primas;

INFRAÇÃO : violação da lei ;

JARDIM: espaço destinado ao lazer e ao cultivo de plantas, geralmente ornamentais;

JARDIM DE INVERNO: espaço similar a um jardim, sendo que deste difere devido à sua localização no corpo da casa. Localiza-se no interior da casa e é fechado com vidro em todos ou quase todos os seus lados, é utilizado em tempos frios ou em épocas de muito vento;

JIRAU: piso intermediário dividindo compartimentos em dois pavimentos diferentes de uma edificação;

LADRÃO: tubo de descarga colocado nos depósitos de água, para o escoamento do excesso de água;

LAREIRA : elemento construtivo destinado ao aquecimento dos ambientes nos tempos frios;

LAVATÓRIO: bacia para lavar as mãos, com água encanada e esgoto;

LINDEIRO: limítrofe;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

LOGRADOURO PÚBLICO: toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população tal qual, ruas, avenidas, praças, ruas de pedestres, calçadas etc.;

LOTE: porção de terreno com testada para um ou mais logradouros públicos;

MARQUISE: cobertura em balanço;

MEIO-FIO : Peça geralmente de pedra ou de concreto que separa em desnível o passeio da pista de rolamento (rua);

MEZANINO : andar superior de um espaço com pé direito duplo, do qual se vê o pavimento inferior e que ocupa uma área máxima de 50% do mesmo.

PARAPEITO: proteção geralmente de madeira, ferro ou alvenaria, de pequena altura, geralmente, 90 cm, usada para proteger em casos de grandes desníveis. (sacadas, pontes, terraços, escadas etc.)

PARA-RAIOS : dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.

PAREDE CEGA: diz-se da parede que não tem nenhum vão, nenhuma abertura.

PATAMAR : superfície intermediária entre dois lances de escada.

PAVIMENTO : conjunto de compartimentos situados no mesmo nível de uma edificação.

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

PLAY-GROUND : local destinado ao lazer e recreação infantil (geralmente) aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica e para a prática de esportes;

PÉ-DIREITO: distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento;

PROFUNDIDADE DE UM COMPARTIMENTO: é a distância a face que dispõe de abertura para insolação e à face oposta;

QUARTOS: compartimento destinado ao descanso, principalmente;

RECONSTRUÇÃO: Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva, qualquer obra em parte ou em todo;

RECUDO: Distância entre os limites externos da área ocupada pela edificação e as divisas frontal, lateral e de fundos do lote;

REFORMA: Fazer obra que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação;

RESIDÊNCIA: construção destinada à moradia de uma ou mais famílias;

SACADA: Construção que avança da fachada de uma parede;

SAGUÃO: Parte descoberta, fechada por parede, em parte ou em todo o seu perímetro, pela própria edificação;

SARJETA: Escoadouro, nos logradouros públicos, para as águas da chuva;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

SOBRELOJA: Pavimento situado acima do pavimento e de uso exclusivo do mesmo;

SUÍTE : conjunto quarto-banho às vezes c/ closet destinado à dar um maior conforto aos moradores, geralmente atende ao casal de uma família;

TAPUME: Vedação provisória usada durante a construção;

TELHEIRO: Superfície coberta e sem paredes em todas as faces;

TERRAÇO: Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse;

TESTADA: é a linha que separa o logradouro público da propriedade particular; o mesmo (que alinhamento);

TOLDO: cobertura geralmente em lona, destinada à proteção do sol.

UNIDADE DE MORADIA: Conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com apartamento;

VARANDA: Espécie de alpendre à frente e/ou em volta da edificação;

VESTÍBULO: Espaço entre a porta e o acesso a sacada, no interior de edificações;

VISTORIA: Diligência efetuada por funcionários habilitados para verificar determinadas condições das obras.

Seção IV - das edificações em geral

Art 31 dos compartimentos

Para os efeitos desta Lei, o destino dos compartimentos não será considerado apenas pela sua designação no projeto, mas também pela sua finalidade lógica, decorrente da sua disposição em planta.

Os compartimentos são classificados em :

- compartimentos de permanência prolongada (diurna ou noturna);
- compartimentos de utilização transitória;
- compartimentos de utilização especial;

Parágrafo 1º : são compartimentos de permanência prolongada : dormitórios, refeitórios, cozinhas, áreas de serviço, copas, salas de estar, de visitas, de música, de jogos, de costura, lojas, armazéns, salas e gabinetes de trabalho, escritórios, consultórios, estúdios e outros de destino semelhante;

Parágrafo 2º: são compartimentos de utilização transitória: vestibulos, salas de entrada, salas de espera, corredor, caixa de escada, rouparia, despensa, instalações sanitárias, arquivos, depósitos e outros de destino semelhante;

Parágrafo 3º : serão compartimentos de utilização especial aqueles que, pela sua finalidade, dispensem abertura para o exterior: câmara escura, frigorífico, adega, armário e outros de natureza especial;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Parágrafo 4o: não poderão ser construídas instalações sanitárias voltadas para as copas e cozinhas das edificações;

Parágrafo 5o: qualquer compartimento iluminado e ventilado indiretamente, deverá distar 300 cm (três metros) da fonte de iluminação e ventilação;

Parágrafo 6o: as instalações sanitárias não poderão ter jamais dimensão inferior a 90 cm (noventa centímetros) de largura ;

Parágrafo 7o: em todas construções comerciais e industriais deverão ser previstas instalações sanitárias e de copa para funcionários e visitantes ,

Parágrafo 8o: Quanto às medidas dos Pé-direitos, deve-se obedecer à seguinte tabela:

USO RESIDENCIAL :

- nos compartimentos de permanência prolongada, o Pé-direito mínimo exigido será de 280 cm (dois metros e oitenta centímetros)

- nos compartimentos de permanência curta, o Pé-direito mínimo exigido será de 250 cm (dois metros e cinquenta centímetros);

USO COMERCIAL :

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

- nos compartimentos de uso comercial ,especialmente naqueles onde será feita sobreloja , o Pé-direito mínimo será de 450 cm (quatro metros e cinquenta) sendo que a sobreloja não poderá projetar-se por mais de 50% da área da loja;

USO INDUSTRIAL:

- o Pé-direito mínimo não poderá ser inferior a 300 cm (três metros) ;

Art 32 das escadas e rampas

Parágrafo 1o : as escadas de uso comum ou coletivo deverão ter largura suficiente para proporcionar o escoamento do número de pessoas que dela dependem, obedecendo as seguintes normas :

Parágrafo 2o : a largura mínima das escadas será de 120 (um metro e vinte centímetros) nas de uso coletivo e 90 (noventa centímetros) nas de uso comum

Parágrafo 3o : as escadas deverão oferecer passagem com altura mínima nunca inferior a 180

Parágrafo 4o: *só serão permitidas escadas em leque ou caracol e do tipo marinheiro quando estas interligarem dois compartimentos de uma mesma habitação;
* nas escadas em leque a largura mínima do degrau será de 7 (sete centímetros), devendo ter 25 (vinte e cinco centímetros) a 45 cm da borda interna;

Parágrafo 5o: as escadas deverão ser de material incombustível quando atenderem a mais de dois pavimentos ;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

- Parágrafo 6o: as escadas deverão ter seus degraus com altura máxima de 20 (vinte centímetros) e largura mínima de 25 (vinte e cinco centímetros);
- Parágrafo 7o: as escadas deverão ter um patamar intermediário de pelo menos 90 (noventa centímetros) de profundidade quando o desnível for igual ou maior que 280 (dois metros e oitenta centímetros) de altura;
- Parágrafo 8o: as escadas de uso comum ou coletivo terão obrigatoriamente corrimão de pelo menos um dos lados à altura de 90cm do piso dos degraus, serão fixados pela sua face inferior, terão a largura máxima de 6 cm e estarão afastados das paredes no mínimo 4 cm;
- Parágrafo 9o: no caso de utilização de rampa, em substituição às escadas da edificação aplicam-se as mesmas exigências relativas ao dimensionamento e especificações de materiais fixadas para as escadas sendo que:
- Parágrafo 10 : as rampas poderão apresentar inclinação máxima de 20% para uso de veículos e de 8% para uso de pedestres sendo que estas últimas deverão ser construídas com material anti-derrapante;
- Parágrafo 11 : as escadas e rampas deverão observar todas as exigências da legislação pertinente do Corpo de Bombeiros, diferenciadas em função do número de pavimentos da edificação;
- Parágrafo 12 : em todos edifícios públicos deverão ser previstos acessos para deficientes físicos com largura mínima de 150 (um metro e cinquenta centímetros)

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Art 33 das escavações e aterros

Parágrafo 1º : nas escavações e aterros deverão ser adotadas medidas de segurança para evitar o deslocamento de terra nas divisas do lote em construção ou eventuais danos às edificações vizinhas.

Parágrafo 2º : No caso de escavações e aterros de caráter permanente, que modifiquem o perfil do lote, o responsável técnico é obrigado a proteger as edificações lindeiras e o logradouro público, com obras de proteção tais como arrimos, taludes e outros recursos construtivos contra o deslocamento de terra;.

Art 34 das áreas de estacionamento de veículos

Parágrafo Único : Em todas as edificações, será obrigatório a colocação de áreas de estacionamento coberto e vagas de estacionamento (descoberto) para veículos, sendo :

- USO RESIDENCIAL 1 área de estacionamento coberto para cada unidade habitacional
- USO MISTO 1 área de estacionamento coberto para cada unidade de uso

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

- USO COMERCIAL 1 vaga de estacionamento para cada unidade comercial, coberta ou descoberta, mais uma vaga a cada 25 m² de área;
- USO INDUSTRIAL 1 área de estacionamento coberto para cada 100 m², e mais 1 vaga de estacionamento de veículos para cada 100 m² de área construída;
- SETOR ESPECIAL DE PROTEÇÃO. . 1 área de estacionamento coberto para cada unidade de uso e mais 1 vaga de estacionamento a cada 25 m² de área construída, quando a edificação for destinada a área de uso coletivo

Art 35 da iluminação e ventilação

Parágrafo 1º : - Todos os compartimentos, de qualquer local habitável, ou que se constitua em um ambiente de trabalho - para os efeitos de insolação, ventilação e iluminação- terão aberturas em qualquer plano, abrindo diretamente para logradouro público, espaço livre do próprio imóvel, área de servidão legalmente estabelecida ou indiretamente sendo que qualquer compartimento iluminado e ventilado indiretamente, deverá distar 300 cm (três metros) da fonte de iluminação e ventilação;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

-todo poço de iluminação deverá ter uma área mínima de modo que possa se inscrever um círculo de diâmetro mínimo de:-

- 200 cm (dois metros) para edificações com apenas um pavimento;
- 250 cm (dois metros e cinquenta centímetros) para edificações com dois pavimentos;
- 300 cm (três metros) para edificações com três pavimentos ;

Parágrafo 2º : - São suficientes as seguintes dimensões dos vãos para a insolação, ventilação e iluminação dos compartimentos :

* compartimentos de permanência prolongada deverão ter suas aberturas de janela calculadas pela fórmula de 1/6 da área do cômodo ;

* compartimentos de permanência curta, tais como circulações, instalações sanitárias, garagens e despensas, hall , ante-salas, deverão ter suas aberturas de janela calculadas pela fórmula de 1/8 da área do cômodo ou poderão ter ventilação forçada feita por chaminé de tiragem ou de outro tipo de modo a solucionarem as exigências mínimas de ventilação necessárias ;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Art 36 . das marquises e saliências

Parágrafo 1º: quando forem construídas marquises nos edifícios, estas deverão ser feitas sempre em balanço, nunca superior a 120 (um metro e vinte centímetros) e deverão distar pelo menos uma altura de 250 (dois metros e cinquenta centímetros) do piso do passeio.

Parágrafo 2º: nas fachadas dos edifícios construídos de acordo com os recuos exigidos nesta lei, poderão ser construídos elementos dentro desta mesma área de recuo, tais como jardineiras, ductos, elementos decorativos, caixas para ar condicionado, brises, etc., de modo que estes não excedam a distância máxima de 60 (sessenta centímetros) além do alinhamento predial exigido.

Art 37 dos materiais de construção:

Parágrafo 1º: os materiais de construção, seu emprego e técnica de utilização deverão satisfazer as especificações e normas oficiais da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT;

Parágrafo 2º: no caso de materiais cuja aplicação não esteja definitivamente consagrada pelo uso, a Prefeitura poderá exigir análises e ensaios comprobatórios de sua adequidade;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Parágrafo 2o: essas análises ou ensaios deverão ser realizados em laboratórios de comprovada idoneidade técnica;

Parágrafo 4o: para os efeitos deste Código consideram-se "Materiais Incombustíveis" o concreto simples ou armado, as peças metálicas, tijolos, materiais cerâmicos ou de fibrocimento e outros cuja incombustibilidade seja reconhecida pelas especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT;

Art 38 das paredes

Parágrafo 1o : As paredes, quando executadas em alvenaria de tijolo comum, deverão ter espessura mínima de:

- Externas - 15 (quinze centímetros);
- Internas - 10 (dez centímetros).

Parágrafo 2o : a dimensão ideal para paredes externas de alvenaria é de 25 (vinte e cinco centímetros) devido ao seu excelente índice de impermeabilização ;

Parágrafo 3o : Quando se tratar de paredes de alvenaria que constituírem divisões entre habitações distintas ou se construídas na divisa do lote, deverão ter 20 (vinte centímetros) de espessura mínima.

Parágrafo 4o : Estas espessuras poderão ser alteradas quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que possuam comprovadamente, no mínimo, os mesmos índices de resistência, impermeabilidade,

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Art 39 dos passeios e muros

Parágrafo 1o: Os proprietários de imóveis que tenham frente para ruas pavimentadas ou com meio-fio e sarjeta, são obrigados a pavimentar os passeios à frente de seus lotes. Os passeios terão a declividade transversal de 2% (dois por cento) para a rua, de modo a escoar as águas pluviais;

Parágrafo 2o: Não poderá haver descontinuidade entre calçadas com desnível superior a 20 cm ;

Parágrafo 3o: os muros de fechamento dos lotes de esquina deverão ter seu canto arredondado com raio mínimo de 150 cm (um metro e meio);

Parágrafo 4o: quando os passeios se acharem em mau estado, a Prefeitura intimará os proprietários a consertá-los. Se estes não os consertarem em um prazo máximo de 90 dias após o pedido oficial, a Prefeitura realizará o serviço, cobrando do proprietário as despesas totais, acrescido do valor da correspondente multa ou cobrará multa respectiva mensal até que as obras sejam realizadas ;

Parágrafo 5o : - Os lotes baldios situados em logradouros pavimentados devem ter, nos respectivos alinhamentos, muros de fechamento em bom estado e aspecto;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

- o infrator será intimado a construir o muro dentro de 90 dias. Findo este prazo, não sendo atendida a intimação, a Prefeitura executará o serviço, cobrando do proprietário as despesas, ou cobrará multa respectiva mensal, até que as obras sejam realizadas;
- os lotes baldios deverão ser constantemente capinados e conservados de modo a não se transformarem em focos de roedores e outros animais indesejáveis ao convívio urbano;

Art 40 das áreas de recreação

As áreas de recreação em edificações construídas nos Núcleos urbanos e na área do Alagado de Salto Santiago e das Águas de São Francisco, deverão obedecer o que se segue :

Parágrafo 1o: em todas edificações de uso residencial com mais de 04 unidades habitacionais, será exigida uma área de recreação coletiva, equipada, com pelo menos 24 m² de área e 6 m² de área para cada unidade habitacional excedente, localizada em área com insolação e ventilação adequadas à utilização proposta;

Parágrafo 2o: não será computada como área de recreação a faixa correspondente ao recuo obrigatório do alinhamento frontal do lote, porém poderá estar incluída nos recuos laterais e de fundos do terreno ;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Art 41 dos recuos

Parágrafo 1º: os recuos das edificações construídas nas áreas urbanas do município de Candói deverão estar de acordo com o disposto na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do solo.

Parágrafo 2º: os recuos para edificações fora dos Núcleos Urbanos deverão cumprir o que for especificado pelo órgão competente da Prefeitura Municipal;

Parágrafo 3º: os edifícios situados nos lotes de esquina, isto é, nos cruzamentos dos logradouros públicos, deverão obedecer aos recuos frontais para ambos os logradouros públicos, assim como obedecerão também aos outros recuos especificados na lei de zoneamento;

Parágrafo 4º: os muros de fechamento dos lotes de esquina deverão ter seu canto arredondado com raio mínimo de 1,50 m (um metro e meio);

Parágrafo 5º: aquelas edificações que estiverem coladas à divisa, deverão ter no máximo 5,0 m (cinco metros) de altura, ou até 6,0 m (seis metros) de altura, sendo que, neste caso, sua profundidade poderá ser de no máximo 5,0 m (cinco metros) na divisa;

Parágrafo 6º: não poderão ser feitas aberturas nas divisas, nas partes da construção que forem edificadas sobre as mesmas;

Art 42 dos tapumes e andaimes

Parágrafo 1º : * será obrigatória a colocação de tapumes sempre que se executem obras de construção, reforma ou ampliação nos lotes voltados para as vias de maior tráfego de veículos ou pedestres, à critério da Prefeitura Municipal ;

* enquadrar-se nesta exigência todas as obras que ofereçam perigo aos transeuntes, à critério da Prefeitura e, obrigatoriamente todas as edificações que tenham mais que dois pavimentos;

Parágrafo 2º : * os tapumes deverão ter altura mínima de 200 cm (dois metros) podendo avançar até a metade da largura do passeio, não ultrapassando 300 cm (três metros);

* serão permitidos os avanços, regulamentados no caput deste Artigo, somente quando tecnicamente indispensáveis para a execução da obra, desde que devidamente justificados e comprovados pelo interessado junto à Prefeitura;

* nos edifícios com dois ou mais pavimentos será obrigatório o uso de andaimes de proteção para execução da obra, com largura mínima de 120 cm (um metro e vinte centímetros) e guarda-corpo com altura mínima de 120 cm (um metro) ;

* após o término das obras ou no caso de sua paralisação, os tapumes deverão ser recuados e os andaimes retirados;

Art 43. dos vãos de portas, janelas, passagens e corredores

Parágrafo 1º : as portas de acesso às edificações, bem como as passagens ou corredores, terão largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que dão acesso, obedecendo as seguintes normas :

Parágrafo 2º: * Portas de banheiros não poderão ter menos que 60x210

* Portas de quartos não poderão ter menos que 70x210

* Portas de áreas de serviço e de cozinhas não poderão ter menos que 80x210

* quando de uso privativo, os corredores terão largura mínima de 90 (noventa centímetros)

* quando de uso coletivo a largura livre mínima será de 120 (um metro e vinte centímetros) e a esta deverá ser acrescido 1 cm por pessoa da lotação prevista para os compartimentos;

Seção V das instalações elétricas, hidráulico-sanitárias, de gás, telefônicas, contra incêndio e outras

As instalações hidráulico-sanitárias, elétricas, de gás, as antenas coletivas, dos para-raios, de proteção contra incêndio e telefônicas, deverão estar de acordo com as especificações das Normas Técnicas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

Em todas as edificações previstas na Seção VI desta Lei, será obrigatório prover de instalações e equipamentos de proteção contra incêndio, de acordo com as prescrições da ABNT, do

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Art 44 das instalações elétricas

Parágrafo único: Nenhuma construção será liberada nas zonas servidas pelas redes elétricas, se não estiverem previstas instalações feitas dentro das exigências técnicas da Companhia Paranaense de Energia- COPEL;

Art 45 das instalações hidráulico-sanitárias

Parágrafo 1º : * todas as edificações em lotes com frente para logradouros que possuam redes de água potável e/ou de esgoto deverão, obrigatoriamente servir-se dessas redes ;

Parágrafo 2º : * quando a rua não tiver rede de água, a edificação deverá possuir poço adequado para seu abastecimento, devidamente protegido contra as infiltrações de águas servidas ;

* na construção de poços, deverá ser guardada uma distância mínima de 15,00 (quinze metros) entre este e o sumidouro, de acordo com as determinações da Secretaria de Saúde do Estado;

Parágrafo 3º : * quando a rua não tiver rede de esgoto, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica para tratamento exclusivo das águas dos vasos sanitários e micitórios, com tipo e capacidade proporcionais ao número de pessoas, de acordo com as exigências técnicas da Companhia de Saneamento do

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Paraná- SANEPAR, cujo efluente será lançado a um sumidouro absorvente conforme especificações dos órgãos competentes;

* verificando-se a produção de mau cheiro ou qualquer outro inconveniente, pela deficiência do funcionamento de uma fossa, o órgão competente da Prefeitura providenciará para que sejam feitas às expensas do responsável, os reparos necessários, ou a substituição da fossa;

* as fossas sépticas não poderão ser construídas a menos de 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) da divisa do terreno;

Parágrafo 4o : * toda unidade residencial deverá possuir, no mínimo um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório e uma pia de cozinha, que deverão ser ligados à rede geral de esgoto ou fossa séptica;

* os vasos sanitários e mictórios serão providos de dispositivos de lavagem para sua permanente limpeza;

* em locais públicos, como postos de gasolina, bares, restaurantes e similares, deverão existir instalações sanitárias para ambos os sexos, separadamente, obedecendo as exigências deste Código;

Parágrafo 5o : * todos os compartimentos de instalações sanitárias e de cozinhas, deverão ter seus pisos e pare-

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

e oitenta centímetros) e todos os aparelhos sanitários deverão ter superfícies lisas e serem facilmente laváveis;

* os compartimentos sanitários terão um ralo-sifonado provido de inspeção, que receberá as águas servidas dos lavatórios, bidês, banheiras e chuveiros, não podendo estes aparelhos ter comunicação com as tubulações dos vasos ou mictórios que também deverão ter seu ralo-sifonado;

* será obrigatório o uso de tubos de ventilação nos vasos sanitários e mictórios, com diâmetro mínimo de 2" (duas polegadas);

Parágrafo 6º : * os reservatórios deverão possuir :

- cobertura que não permita a poluição da água;
- torneira de bóia que regule, automaticamente, a entrada de água do reservatório ;
- extravasor (ladrão) com diâmetro superior ao do tubo alimentar e colocado ao seu lado, com descarga em ponto visível para a imediata verificação de defeito da torneira ;
- canalização de descarga para limpeza periódica do reservatório

Parágrafo 7º : * todos os encanamentos de esgotos em contato com o solo deverão ser feitos com PVC, manilhas de barro ou com material equivalente;

Parágrafo 8º : * em edificações com mais de um pavimento, os ramos de esgoto serão ligados ligados à rede

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

principal por canalização vertical ("tubo de queda");

* os ramais de esgoto dos pavimentos superiores e os tubos de queda deverão ser de material impermeável resistente e com paredes internas lisas, não sendo permitido o emprego de canilhas de barro;

* a declividade mínima dos ramais de esgoto será de 3% (três por cento) ;

Parágrafo 9º : * não será permitida a ligação de canalização de esgoto ou de águas servidas às sarjetas ou galerias de águas pluviais ;

Art 46 das instalações para depósito de lixo

Parágrafo 1º : todas edificações deverão prever local para o armazenamento de lixo, onde o mesmo deverá permanecer até o momento da apresentação à coleta;

Parágrafo 2º : nas edificações com mais de dois pavimentos haverá para cada pavimento, local adequado para armazenamento de lixo, se :

- tiver mais de duas unidades habitacionais por pavimento ;

- for de uso misto ou de prestação de serviços;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Parágrafo 3o : os compartimentos para depósito de lixo deverão ter piso e paredes impermeabilizados(paredes até 180 cm um metro e oitenta centímetros), um ponto de água para higienização do cômodo e ralo para escoamento da água, assim como devem ter uma porta de acesso com no mínimo 80 cm (oitenta centímetros) de largura e janelas com pelo menos 1/6 da área do cômodo, que não poderá ter menos que 6,0 m2 (seis metros quadrados);

Seção VI das edificações residenciais: todas edificações deverão atender ao disposto na Lei de Zoneamento e aos seguintes quesitos que se seguem :

Art 47 * unifamiliares:

Parágrafo 1o: todas edificações de uso residencial unifamiliar, isto é, destinadas à moradia de apenas uma família, deverão ter o programa mínimo a seguir:

- dois quartos ;
- um dos quartos com pelo menos 12 m2 de área ;
- um compartimento com pelo menos 20 m2;
- uma instalação sanitária ,
- uma cozinha
- área de serviço;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Parágrafo 2o: os compartimentos das residências poderão ser ventilados e iluminados através de aberturas para pátios internos dentro dos parâmetros definidos no Art 42 desta Lei;

Parágrafo 3o: não serão consideradas como aberturas para ventilação e iluminação, aquelas que se voltarem para pátios internos cobertos, alpendres ou varandas, cuja face oposta à abertura esteja a mais de 300 cm (três metros);

Art 43 * multifamiliares horizontais:

Parágrafo Único: todas edificações de uso residencial multifamiliar horizontal, isto é, destinadas à moradia de mais de uma família, dispostas horizontalmente, com no máximo dois pavimentos, deverão ter o programa mínimo a seguir:

- o mesmo exigido para uso residencial unifamiliar;
- garagem coberta para uma vaga de no mínimo 15 m²;

Art 44 * multifamiliares verticais :

Parágrafo Único: todas edificações de uso residencial multifamiliar vertical, isto é, destinadas à moradia de mais de uma família, agrupadas verticalmente, em edificações com no máximo 3 (três) pavimentos ,

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

- o acesso exigido para o uso residencial multifamiliar horizontal;
- escada de acesso a todos os pavimentos conforme Art 35 desta Lei ;

Art 50 * conjuntos habitacionais:

Parágrafo 1º: todas edificações de uso residencial em forma de Conjunto Habitacional, isto é, destinadas à moradia de baixa renda deverão obedecer ao disposto no Art 40, exceto no que diz respeito às vagas de garagem, que neste caso poderão ser descobertas;

Parágrafo 2º: o anteprojeto deverá ser submetido à apreciação da Prefeitura Municipal;

Parágrafo 3º: a largura dos acessos deverá ser determinada em função do número de moradias a que irá servir, nunca menos que 200 cm (dois metros) na circulação de pedestres e 350 cm (três metros e meio) para a circulação de veículos ;

Parágrafo 4º: o lote terá área mínima de 125 m² ;

Parágrafo 5º: poderão ser feitas ruas de pedestres internas à área do Conjunto Habitacional ;

Parágrafo 6º: deverá ser prevista área de lazer coletiva, com "Play-ground" equipado com área equivalente a 6,0 m² por cada unidade de moradia, para uso do Con-

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Parágrafo 7o: os conjuntos poderão ser constituídos de prédios de apartamentos ou de residências isoladas, geminadas ou em série;

Parágrafo 8o: o terreno, no todo ou em parte poderá ser desmembrado em várias propriedades, de uma só pessoa ou condomínio, desde que cada parcela mantenha, as dimensões mínimas permitidas pela Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo e Lei de Parcelamento do Solo Urbano, e as construções estejam de acordo com este código;

Parágrafo 9o: exigir-se-á, ainda, a reserva de áreas e outras obrigações contempladas pela Lei de Parcelamento do Solo Urbano ;

Seção VII das edificações comerciais

Art 51 do Comércio em Geral

Parágrafo 1o : As edificações destinadas ao comércio em geral deverão observar os seguintes requisitos:

- * Pé-direito mínimo: 300 cm (três metros), para:
 - construções com até 80 m², laje plana ou forro;
 - galpões com pé-direito variável, que tenham uma área máxima de 300 m²
- * Pé-direito mínimo: 400 cm (quatro metros), para:
 - construções com mais de 80 m², laje plana ou forro;
 - galpões com área maior que 300 m²

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

* nos compartimentos de uso comercial, especialmente naqueles onde será feita sobreloja, o Pé-direito mínimo será de 450 cm (quatro metros e cinquenta) sendo que a sobreloja não poderá projetar-se por mais de 50% da área da loja;

Parágrafo 2º: em todas construções comerciais deverão ser previstas instalações sanitárias e de copa para funcionários e visitantes,

Parágrafo 3º: todas construções comerciais deverão ter as portas gerais de acesso ao público com no mínimo 150 cm de largura (um metro e cinquenta centímetros) sendo que, a cada 100 m² de área construída deverá ser acrescido 100 cm (um metro) na largura das portas;

Parágrafo 4º: O Hall das edificações comerciais, observará:

* terá no mínimo 12 m² de área e diâmetro mínimo de 300 cm (três metros)

* a área do "Hall" será acrescida em 50% para cada pavimento acrescido;

Parágrafo 5º: todas construções comerciais deverão ter dispositivos de prevenção contra incêndio em conformidade com o disposto nas Normas técnicas do Corpo de Bombeiros;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Parágrafo 6o: todas as edificações comerciais deverão ter sanitários, sendo que acima de 80,00 m² (oitenta metros quadrados) de área útil, é obrigatório a construção de sanitários separados para ambos os sexos, na proporção de um conjunto de sanitários para cada 200 m² de área construída;

Parágrafo 7o: nos locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos, os pisos e as paredes até 180 cm (um metro e oitenta) deverão ser revestidos com material liso, resistente, lavável e impermeável;

Parágrafo 8o: nas farmácias, os compartimentos destinados à guarda de drogas, aviação de receitas, curativos e aplicações de injeções, deverão atender às mesmas exigências do parágrafo anterior;

Parágrafo 9o: os açougues, peixarias e estabelecimentos congêneres deverão dispor de um banheiro composto de vaso sanitário e lavatório, sendo que este deverá ser na proporção de um para cada 150,00 m² de área construída;

Parágrafo 10: os supermercados, os mercados e as lojas de departamentos deverão obedecer às seguintes exigências:

* as galerias comerciais e suas lojas, deverão ter pé-direito mínimo de 450 cm (quatro metros e cinquenta centímetros) de altura para a colocação opcional de mezanino, que não poderá exceder a 50% da área da loja;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

* as galerias comerciais deverão ter largura não inferior a $1/12$ (um doze avos) do seu maior percurso,, sendo que nunca inferior a 300 cm (três metros) ;

* devem ser previstos espaços de descanso, tipo "praças" internas, sem que estes interfiram na circulação das galerias;

Art 52 dos restaurantes, bares, cafés, lanchonetes e congêneres

Parágrafo 1o: as edificações deverão observar, no que couber, as disposições do Art 51 deste Código;

Parágrafo 2o: as cozinhas, copas, despensas e locais relacionados com o manuseio de alimentos, não poderão ter ligação direta com as instalações sanitárias destes locais;

Parágrafo 3o: os compartimentos sanitários para o público, para cada sexo, deverão obedecer às seguintes condições:

* para o sexo feminino, no mínimo 01 (um) vaso sanitário e 01 (um) lavatório para cada 50 m² (cinquenta metros quadrados) de área construída;

* para o sexo masculino, no mínimo 01(um) vaso sanitário, 02 (dois) mictórios e 01 (um) lavatório para cada 50 m² (cinquenta metros quadrados) de área construída;

Seção VIII das edificações industriais

Art 53 das edificações destinadas às indústrias em geral, fábricas e oficinas

as edificações destinadas ao uso industrial deverão obedecer ao disposto neste Código, além das disposições constantes na Consolidação das leis do Trabalho

Parágrafo 1o: as edificações destinadas ao uso industrial deverão ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e estruturas da cobertura;

Parágrafo 2o: deverão ter os dispositivos de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações deste Código;

Parágrafo 3o: os seus compartimentos, quando tiverem área superior a 80 m² (oitenta metros quadrados), deverão ter pé-direito mínimo de 350 cm (três metros e cinquenta centímetros)

Parágrafo 4o: quando seus compartimentos forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com normas específicas do Corpo de Bombeiros e outras relativas à segurança na utilização de inflamáveis líquidos e gasosos,

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Parágrafo 3o: os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões ou quaisquer outros aparelhos onde se produza ou concentre calor deverão ser dotados de isolamento térmico, admitindo-se:

- * uma distância mínima de 100 cm (um metro) do teto, sendo esta distância aumentada para 150 cm (um metro e cinquenta centímetros) quando houver outro pavimento superposto;

- * uma distância mínima de 150 cm (um metro) das paredes laterais da própria edificação ou das edificações vizinhas ;

Seção IX das edificações especiais

Art 54 das escolas e estabelecimentos congêneres

Parágrafo 1o: as edificações destinadas a escolas e estabelecimentos congêneres, além das exigências das Normas específicas da Secretaria de Educação, obedecerão às exigências do presente Código e deverão:

- * Ter locais de recreação, cobertos e descobertos, de acordo com o seguinte dimensionamento:

- local de recreação coberto, com área mínima de $\frac{1}{3}$ (um terço) da soma das áreas das salas de aula;
- local de recreação descoberto, com área mínima igual a soma das áreas das salas de aula.

- * Obedecer as normas da Secretaria de Educação do Estado, além das disposições deste Código que lhes

Art 55 **Hotéis e congêneres**

As edificações destinadas a hotéis e congêneres deverão obedecer às seguintes disposições:

Parágrafo 1º: todos os quartos deverão ter área mínima de 9,0 m² (nove metros quadrados)

Parágrafo 2º: ter instalações sanitárias, na proporção de um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório, no mínimo, para cada grupo de 04 (quatro) quartos, por pavimentos, devidamente separados por sexo;

Parágrafo 3º: os quartos que não tiverem instalações sanitárias privativas, deverão possuir lavatório com água corrente.

Parágrafo 4º: ter, além dos apartamentos e/ou quartos, dependências para vestíbulo e local para instalação de portaria, sala-de-estar, copa, cozinha, lavanderia e vagas de garagem correspondendo ao número de aposentos existente no hotel;

Parágrafo 5º: ter pisos e paredes de cozinhas, lavanderias e instalações sanitárias, revestidos com material lavável e impermeável;

Art 56 **dos locais de reunião e salas de espetáculos**

as edificações destinadas à auditórios, cinemas, teatros, salões de baile, ginásio de esportes, templos religiosos e similares, deverão atender às se-

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Parágrafo 1o: ter instalações sanitárias para cada sexo, sendo que, para o sanitário masculino haverá 01 (um) vaso sanitário, 01 (um) lavatório e 01 (um) mictório para cada 50 (cinquenta) lugares; para o sanitário feminino haverá 02 (dois) vasos e 02 (dois) lavatórios para cada 50 (cinquenta) lugares;.

Parágrafo 2o: para efeito do cálculo no número de pessoas, quando não houverem lugares fixos, será considerada a proporção de uma pessoa por metro quadrado (1 pessoa/m²), referente à área efetivamente destinada às pessoas;

Parágrafo 3o: as portas deverão ter a mesma largura dos corredores, sendo que, as portas de saída (no mínimo duas), não poderão ter largura inferior à 02 m (dois metros) e deverão ser do tipo "porta de correr" ou deverão abrir de dentro para fora;

Parágrafo 4o: os corredores de acesso e escoamento, terão largura mínima de 2,0 m (dois metros), tendo um acréscimo de 10 cm (dez centímetros) para cada grupo de 150 (cento e cinquenta) lugares.

Parágrafo 5o: as circulações internas às salas de espetáculos de até 100 (cem) lugares, terão largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

Parágrafo 6o: terão os dispositivos de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações deste Código;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Art 37 das oficinas mecânicas, postos de serviço
 e abastecimento para veículos

I- as edificações destinadas a Oficinas Mecânicas
deverão obedecer às seguintes condições:

Parágrafo 1o: ter área coberta capaz de comportar 1/3 dos veículos em reparo e área descoberta capaz de comportar o restante de veículos em reparo;

Parágrafo 2o: ter pé-direito mínimo de 3,0 m (tres metros), inclusive nas partes inferiores dos jirais e mezzanins e de 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros) nos níveis superiores;

Parágrafo 3o: ter compartimentos sanitários e copa para os funcionários e escritório;

Parágrafo 4o: ter acessos e saídas devidamente sinalizados e sem barreiras visuais;

II- os postos de serviço e abastecimento de veículos só poderão ser instalados em edificações destinadas exclusivamente para esse fim:

Parágrafo 1o: serão permitidas atividades comerciais junto aos postos de serviço, e abastecimento somente quando localizados no mesmo nível dos logradouros de uso público, com acesso direto e independente;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Parágrafo 2o: as instalações de abastecimento (bombas etc.) deverão ficar distantes, no mínimo 4,0 m (quatro metros) do alinhamento do logradouro público ou de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos do lote, observadas as exigências de recuos maiores contidas na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo ;

Parágrafo 3o: as bombas de combustível não poderão jamais ser instaladas nos passeios de logradouros públicos;

Parágrafo 4o: nos postos de serviços serão implantados canaletas e ralos, de modo a impedir que as águas da lavagem ou da chuva possam correr para via pública;

Parágrafo 5o: os depósitos de combustível dos postos de serviços e abastecimento deverão obedecer às normas técnicas do Conselho Nacional de Petróleo- CNP;

Parágrafo 6o: os postos de serviço e abastecimento deverão dispor de equipamentos contra-incêndio, de conformidade com as normas do Corpo de Bombeiros e do CNP Conselho Nacional de Petróleo;

Parágrafo 7o: deverão ter compartimentos sanitários, copa exclusivos para o uso dos funcionários;

Parágrafo 8o: a área não edificada dos postos será pavimentada em concreto, paralelepípedo, asfalto ou similar, tendo declividade de 2%, com drenagem que evite o escoamento das águas de lavagem para os logradouros públicos;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Parágrafo 9o: não haverá mais de uma entrada e uma saída de veículos, sendo que estas tenham uma largura mínima de 2,6 m (seis metros), mesmo que a localização do terreno seja de esquina; não será permitido acesso ou saída por esquina;

III- as instalações para lavagem ou lubrificação deverão obedecer às seguintes condições:

Parágrafo 1o: estarem localizadas em compartimentos cobertos e fechados em dois de seus lados, no mínimo, de modo a não incomodarem os transeuntes;

Parágrafo 2o: ter as paredes internas revestidas de material impermeável, liso e resistente a frequentes lavagens até a altura de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

Parágrafo 3o: ter pé-direito mínimo de 3,0 m (três metros) ou de 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros) quando tiverem elevador para veículos (tipo "elevacar") ;

Parágrafo 4o: ter as aberturas de acesso distantes de 6,0 m (seis metros) dos logradouros públicos ou das divisas do lote;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VI

Parágrafo 5o: ter um filtro de areia destinado a reter óleos e graxas provenientes da lavagem de veículos, localizado antes do lançamento no coletor de esgoto;

Parágrafo 6o: deverão ter, no mínimo, um compartimento sanitário independente para cada sexo;

Parágrafo 7o: deverão ter compartimentos sanitários, copa exclusivos para o uso dos funcionários;

Seção X do cadastro de Arquitetos, Engenheiros e Construtores

Art 59 Haverá na Prefeitura um Livro Especial para o cadastro de profissionais, firmas ou empresas habilitadas à elaboração e apresentação de projetos, à execução de obras públicas e particulares e à prestação de serviços na área de arquitetura, engenharia e construção;

Art 60 A inscrição no registro, requerida ao Prefeito, pelo interessado, dependerá das seguintes formalidades:

- apresentação da carteira profissional, atualizada, ou documento que a substitua, expedida ou visada pelo CREA- Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura,
- pagamento de taxa de cadastro
- nas construções relacionadas ao Projeto "Casa Fácil", os construtores deverão se cadastrar no Livro Especial de Profissionais;

LEI D

057/93

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VII

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VII

DO MEIO AMBIENTE

Seção I : DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art 61 : Para o efeito de proteção necessária dos recursos hídricos do município, ficam definidas as faixas de drenagem dos cursos d'água ou fundos de vale, de forma a garantir o perfeito escoamento das águas pluviais das bacias hidrográficas e preservação das áreas verdes,

Parágrafo 1º: todos os cursos d'água ou fundo de vale terão :

- a) Uma faixa de preservação permanente de 30 m (trinta metros) para cada lado da margem, considerando-se:
 - as florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente;
 - as áreas compreendidas em áreas previstas para a instalação de equipamentos urbanos, como praças, parques etc.,
- b) Uma faixa de drenagem mínima de(cinco) metros para cada lado da margem, quando situados em áreas já parceladas ;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VII

c) Uma faixa de preservação de..... (quinze) metros para cada lado da margem, quando em áreas ainda não loteadas, sendo que as mesmas serão consideradas como faixas "non aedificandi"

d) As cabeceiras (nascentes) dos córregos terão uma faixa de proteção mínima de 50 m (cinquenta metros) de diâmetro, isto é, um raio mínimo de 25 m (vinte e cinco metros) em torno do manancial;

Parágrafo 2º: Nos cursos d'água canalizados ou retificados deverá prever uma faixa não edificável de no mínimo (cinco) metros para cada lado das margens;

Art 62 : A Prefeitura Municipal, à seu critério poderá condicionar a permissão de obras de ampliação ou construção nos lotes existentes nas margens já comprometidas dos cursos d'água, à feitura de obras de recuperação nos mesmos;

Parágrafo único: a ampliação de que trata o artigo não será permitida nas faixas não edificáveis consideradas no Art 61 desta Lei;

Art 63 : A Prefeitura Municipal, após a aprovação desta lei, estabelecerá um prazo para que todos os proprietários cujas construções estejam lançando águas servidas e outros detritos nos cursos d'água do Município, construam um sistema de fossas sépticas, em conformidade com o que dispõe esta lei;

Seção II: DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E DE RECREAÇÃO

Art 64 : Todas as florestas e demais formas de vegetação natural existentes dentro do perímetro urbano, reconhecidas de utilidade, são bens de interesse comum a todos os habitantes e consideradas Zonas Especiais de Preservação permanente, ou seja, áreas "não urbanizáveis";

Seção III: DAS VIAS, LOGRADOUROS PÚBLICOS E LIMPEZA PÚBLICA

Art 65 : O serviço de limpeza pública das ruas, praças e logradouros públicos será executado direta ou indiretamente pela Prefeitura, assim como o serviço de coleta de lixo domiciliar, no caso de terceirização destes serviços, cabe à Prefeitura orientar os parâmetros com que estes serviços deverão ser prestados;

Art 66 : O lixo das habitações deverá ser acondicionado em sacos de plástico apropriados, e colocados em recipientes próprios, adequados ao uso, com tampa, para que seja removido pelo serviço de limpeza pública, de modo que, aqueles que manuseiam o recipiente em questão, não tenham nenhum contato direto com o lixo de seu interior e também, devem ser colocados em local apropriado, de modo a não ser alcançado por animais domésticos;

Art 67 : os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjetas fronteiriças à sua residência;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VII

Parágrafo único : é expressamente proibido varrer lixo, detritos sólidos de qualquer natureza, para os coletores ou "bocas de lobo" dos logradouros públicos, assim como lançar na rede de galerias pluvias dos logradouros públicos, qualquer tipo de detrito proveniente das unidades particulares ou públicas;

Art 68 : é proibido impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas;

Art 69 : Para preservar de maneira geral a higiene pública fica proibido:

- a) o escoamento de águas servidas das residências para as ruas
- b) a permanência nas vias públicas de quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das ruas;
- c) queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer materiais em quantidade capaz de incomodar a vizinhança;

Art 70 : É proibido lançar nas vias públicas, nos lotes vagos ou nas várzeas, lixo ou "bota fora" de construções ou de qualquer origem, entulhos, cadáveres de animais, fragmentos pontiagudos e outros em geral que possam causar incômodo, prejudicar a estética da cidade ou lançar substâncias que sejam nocivas à população;

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VII

Art 71 : O destino final do lixo urbano será o aterro sanitário municipal, que deverá funcionar de modo adequado ao exigido pelos órgãos competentes e que ditam normas sobre a matéria. Neste local, também serão previstas áreas destinadas ao depósito de todo material proveniente de construções e demolições realizadas dentro do município, sendo que os particulares serão os encarregados em levar este material, até o aterro sanitário;

Seção IV : DA ARBORIZAÇÃO

Art 72 : É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar espécies da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição exclusiva da Prefeitura, obedecidas as disposições do Código Florestal Brasileiro;

Parágrafo único: na necessidade de remoção de qualquer árvore, esta deve ser solicitada à Prefeitura, através de requerimento próprio, para análise do pedido e para o devido encaminhamento do processo, no caso de remoção sem autorização, para que não seja desfigurada a arborização do logradouro, cada remoção de árvore importará no plantio da mesma ou de nova árvore em ponto a ser estipulado pelo órgão competente da prefeitura Municipal

LEI DE URBANISMO - CAPÍTULO VII

Art 73 : Não será permitida a utilização da arborização pública para colocação de cartazes e anúncios ou fixações de cabos ou fios, nem para suporte ou apoio de objetos e instalações de qualquer natureza.

Seção V : DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO

Art 74 : Fica proibida a exploração de pedreiras, cascalhamento e olarias dentro do perímetro urbano;

Art 75 : A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e saibro, dependerá de licença da Prefeitura, precedida de manifestação dos órgãos públicos estaduais e federais competentes;

Art 76 : As licenças para exploração serão sempre por prazo fixo;

Parágrafo único: será interditada a pedreira, ou parte, que embora licenciada

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28 : Após a promulgação desta Lei, os loteamentos e desmembramentos de terrenos efetuados sem aprovação da Prefeitura Municipal, inscritos nos registros de imóveis, em época anterior à presente Lei cujos lotes já tenham sido alienados ou comprometidos a terceiros, no todo ou em parte, serão examinadas pela divisão competente da Prefeitura Municipal e através de Ato do Poder Executivo Municipal e será estabelecido um prazo para sua regularização.

Artigo 29 : Os usos das edificações que contrariam as disposições ora vigentes e que se revelarem inadequadas, serão estudadas caso a caso, e terão um prazo para sua regularização ou adequação após serem notificados pela divisão competente da Prefeitura Municipal.

Artigo 30 : A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO I

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

- Institui normas gerais que visam regulamentar a Lei de Urbanismo nº 174 notadamente no que diz respeito à aprovação de projeto de parcelamento, alvará de construção, alvará de projeto de edificações, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais e mistas, licença de funcionamento e localização.
- Disporá sobre o modo de aplicação das leis e orientará a estrutura administrativa com respeito ao fluxo interno de papéis e procedimentos burocráticos.

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS-CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 31 - A administração Municipal zelará pela ordem, harmonia e valorização da qualidade de vida dos seus moradores, fiscalizando as construções e atividades em funcionamento que deverão estar em conformidade com os preceitos fixados em Lei.

Parágrafo 1º - A conformidade é atestada através de documentos públicos fornecidos a pedido do interessado e após comprovada a regularidade dos documentos necessários, vistoria no local - quando for o caso o pagamento de taxas estipuladas.

Parágrafo 2º - A fiscalização se procederá regularmente e sempre que houver denúncia ou suspeita de irregularidade. Constatada alguma irregularidade, a autoridade municipal competente ordenará as medidas cabíveis e

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO I

previstas na Lei, lavrando o ato administrativo competente.

Parágrafo 3º - Os atos administrativos terão por objetivo coibir ações:

- I - Que degradem o meio-ambiente ou afetem o seu equilíbrio;
- II - Que ponham em perigo vidas humanas ou serem incômodo ao vizinho e ao transeunte;
- III - Que prejudiquem o exercício de atividades comerciais, de serviços e industriais, anteriormente autorizadas pelo Poder Municipal;
- IV - Que sejam nocivas à saúde e comprometam a higiene pública;
- V - Que atentem aos bons costumes.

Artigo 32 - O Prefeito Municipal ou seu delegado subscreverá os atos e documentos que atestem a conformidade do loteamento, desmembramento, obras e atividades, analisadas segundo estabelece esta norma, ficando assim autorizada a execução ou funcionamento dos mesmos.

Artigo 33 - Antes de iniciar o Projeto de Parcelamento ou Projeto Arquitetônico de Edificação, Construção ou Demolição, de qualquer Parcelamento ou Edificação, nas áreas dos Núcleos Urbanos de Candói e Alagado de Salto Santiago, por particular ou entidade pública, o interessado enviará pedido de licença à Prefeitura Municipal, que lhe fornecerá o respectivo documento após verificar se o projeto e a obra estão de acordo com as normas que regem sobre a matéria.

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO I

Artigo 24 - O funcionamento de atividades de qualquer espécie, públicas ou particulares, somente poderão ocorrer se observadas as normas de uso e ocupação estabelecidas no capítulo III da Lei Municipal de Urbanismo e após autorização da Prefeitura Municipal expressa através de licenças ou alvarás.

Parágrafo único - Os procedimentos administrativos são aqueles estabelecidos nesta Lei e pelas normas fixadas em instrumento legal.

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO II

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS-CAPÍTULO II

DA APROVAÇÃO DO PROJETO DE PARCELAMENTO

Artigo 35 - O interessado em lotear, desmembrar ou remembrar lotes para fins urbanos deverá atender aos requisitos exigidos na Lei Municipal de Urbanização nº /94 e proceder às etapas deste capítulo.

Artigo 36 -Da Consulta Prévia:

Parágrafo 1º - O interessado solicitará uma consulta prévia onde a Prefeitura Municipal informará sobre a viabilidade do mesmo, e fornecerá as diretrizes para o Uso do Solo e para o Sistema Viário atingidos na respectiva área.

Parágrafo 2º - A solicitação da consulta prévia será através de requerimento do proprietário da área, ou seu representante legal, acompanhado do seguinte documento:

* Planta planialtimétrica da área a ser loteada, em duas vias, na escala 1:2.000, no caso de loteamento, ou 1:500, no caso de desmembramento, indicando:

I - as divisas da gleba a ser loteada área total, assim como suas dimensões, proprietárias confrontantes, indicação do Norte, e principais pontos de referência.

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO II

- II - as curvas de nível à distância de metro em metro;
- III - localização dos cursos d'água, bosques e construções existentes;
- IV - arreamento contíguo a todo perímetro da área a lotear, localização dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências;
- V - as características das zonas de usos contíguas.

Artigo 37 - Das diretrizes básicas :

Parágrafo 1º - Expedição de "Diretrizes Básicas" pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo 2º - Havendo viabilidade de implantação, a Prefeitura Municipal de Urbanismo e demais legislações superiores, indicará no prazo máximo de 60 (sessenta) dias pelo menos:

- I - o traçado básico do Sistema Viário Principal;
- II - as ruas ou estradas existentes ou projetadas, que compõem o sistema viário da cidade, relacionadas com o loteamento pretendido e a serem respeitadas;
- III - localização dos terrenos destinados ao domínio público quando da aprovação do loteamento;
- IV - os índices urbanísticos incidentes na área e dimensões mínimas dos lotes;

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO II

- V - a relação das obras que deverão ser projetadas e executadas pelo interessado, assim como, as faixas não edificáveis.

Parágrafo 3º - O projeto deverá estar de acordo com a Lei Federal 6766/79.

Parágrafo 4º - As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 2 (anos) anos.

Artigo 3º - Da elaboração e Apresentação do Projeto Arquitetônico

Parágrafo 1º - Elaboração e apresentação de Projeto à Prefeitura Municipal, em estrita observância às diretrizes fixadas na etapa anterior, acompanhado do respectivo título de propriedade e certidões negativas de tributos municipais;

Parágrafo 2º - O projeto contendo desenhos e memorial descritivo deverá ser apresentado dentro dos formatos padrão indicados na tabela IV em anexo;

Parágrafo 3º - Os desenhos conterão pelos menos:

- I - planta de situação da gleba a ser loteada, na escala 1:5000 em duas vias, com indicação do Norte verdadeiro;
- II - a subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas dimensões e numeração;
- III - o sistema de vias com a respectiva hierarquia, dentro das normas previstas no capítulo IV da Lei de Urbanismo, com as respectivas larguras;

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO II

- IV - as dimensões lineares e angulares do projeto, com raios cordas, arcos, pontas de tangência e ângulos centrais das vias;
- V - os perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças;
- VI - a indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;
- VII - indicação das áreas que passarão ao domínio público quando da aprovação do loteamento;
- VIII - indicação das áreas da faixa não edificável ao longo dos cursos d'água, quando houver, ou de equipamentos urbanos, os pontos de arborização.

Parágrafo 4º - o memorial descritivo deverá conter, obrigatoriamente, pelo menos:

- I - a descrição urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;
- II - as condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;
- III - a indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do município no ato de registro do loteamento;
- IV - a enumeração dos equipamentos urbanos e comunitários já existentes no loteamento e adjacências;

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO II

- V - modelo de contrato padrão de promessa de compra e venda, em duas vias que especifica:
- a) compromisso do loteador quanto à execução das obras;
 - b) prazo de execução das mesmas;
 - c) condição que os lotes só poderão ter suas construções iniciadas após executadas as obras previstas no Artigo 6º da Lei Municipal de Urbanismo;
 - d) possibilidade de suspensão de pagamento pelo comprador, se vencido a prazo e não executadas as obras obrigatórias, que passará a depositá-lo em juízo.

Artigo 39 - Da expedição de aprovação do projeto e licença para construção.

Parágrafo 1º - Recebido o projeto de loteamento, o órgão responsável pela Prefeitura Municipal procederá ao exame dos mesmos.

Parágrafo 2º - A Prefeitura Municipal poderá exigir as modificações que se façam necessárias.

Parágrafo 3º - Procedidas as modificações solicitadas, a Prefeitura Municipal terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para aprovar ou indeferir o projeto de parcelamento.

Parágrafo 4º - Aprovado o Projeto de parcelamento, a Prefeitura Municipal expedirá Licença de Parcelamento.

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO II

Artigo 40 - Se receber a licença de Parcelamento, o interessado assinará um termo de compromisso no qual se obrigará a:

- I - executar as obras previstas em cronograma pré-estabelecido;
- II - facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura Municipal;
- III - não outorgar qualquer escritura de venda de lotes antes de concluídas as obras;
- IV - utilizar o modelo de contrato de compra e venda.

Artigo 41 - A fim de assegurar a execução das obras, a Prefeitura Municipal caucionará os lotes cujo valor equivalham ao custo das obras.

Artigo 42 - Aprovado o projeto de loteamento e assinado o termo de compromisso o loteador terá um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para submeter o loteamento ao Registro de imóveis, sob pena de caducidade da aprovação.

Parágrafo 1º - Da aprovação do loteamento, o loteador repassará à Prefeitura, através de escritura pública, as áreas de reserva técnica e as faixas não edificáveis.

Parágrafo 2º - Os custos da escrituração correrão por conta do loteador.

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO II

- Artigo 43 - Ao longo da execução das obras, a Prefeitura efetuará vistorias a fim de acompanhar o andamento da construção conforme projeto aprovado.
- Artigo 44 - Executadas as obras, a Prefeitura Municipal efetuará vistoria para comprovação de execução das mesmas e expedirá o Decreto de Aprovação de Inteiro, retirando a caução de que trata o artigo II desta Lei.
- Artigo 45 - Para projetos de desmembramento e remembramento, após a apresentação por parte do interessado dos elementos que trata o artigo 6º desta Lei, a Prefeitura Municipal procederá a análise de acordo com a Lei Municipal de Urbanismo e, se aprovada, expedirá um croqui e o Decreto de aprovação para competente averbação no Registro de Imóveis.

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO III

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS-CAPÍTULO III

DO LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO

Artigo 46 - A tramitação dos processos para dar início a toda execução de obras, construção, reforma e ampliação, nos Núcleos Urbanos do Município e na área em torno do alagado de Salto Santiago, compreenderá as seguintes etapas:

- I - consulta prévia por parte do interessado à Prefeitura Municipal;
- II - expedição das "Informações Básicas" por parte da Prefeitura;
- III - aprovação do ante projeto, que é facultativo;
- IV - elaboração e apresentação do projeto final à Prefeitura Municipal estando de acordo com as Leis de Urbanismo e do Código de Obras do Município;
- V - aprovação do projeto final e expedição do Alvará de Construção;
- VI - vistoria e expedição da carta de conclusão da obra e da licença para habitação, chamada: "Habite-se".

Parágrafo único - Estão isentos de consulta prévia e licença da Prefeitura Municipal as obras de reparo ou reforma sem acréscimo da área construída, em fachadas, telhados e pisos, desde que não interfiram no aspecto estrutural da edificação e respeitem o código municipal de obras vigente.

-----LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO III

Artigo 47 - Antes de solicitar a aprovação do projeto, o interessado deverá efetuar:- a consulta prévia (pedido de Informações Básicas) através de requerimento do proprietário ou seu representante legal e - marcação de entrevista com responsável pela área na Prefeitura Municipal.

Artigo 48 - A Prefeitura indicará no formulário de "Informações Básicas" as normas urbanísticas incidentes sobre o lote, tais como zona de uso, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento e outros dados de interesse de acordo com a Legislação Municipal.

Artigo 49 - Recebidas as informações da consulta prévia, o interessado poderá elaborar e apresentar o ante projeto da obra para apreciação prévia e indicação de alterações que se façam necessárias, que é facultativo.

Artigo 50 - Expedidas as "Informações Básicas" ou após o ante-projeto (se houver), o interessado elaborará e apresentará o projeto, em estrita observância às mesmas, contendo:

- I - Requerimento assinado pelo proprietário, ou seu representante legal ou responsável técnico pelo projeto, solicitando a aprovação do projeto e expedição do alvará de construção;
- II - "Informações Básicas" expedidas pela Prefeitura Municipal no ato da consulta prévia;
- III - Escritura do terreno, ou contrato de locação explicitando o direito do locatário de fazer a construção;
- IV - Guias de recolhimento das taxas de aprovação;

-----LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO III

- X V - Xerox do ISS do responsável técnico;
- ✓ VI - ~~ART do CREA,~~
- VII - Projeto arquitetônico contendo:
 - a) planta de localização na escala 1:1000 a ser colocada em espaço reservado para este fim no carimbo da primeira prancha do projeto;
 - b) planta de situação na escala 1:500 indicando:
 - a projeção das edificações no lote;
 - orientação do norte verdadeiro;
 - dimensões do lote e afastamentos da edificação em relação às divisas e dimensões da projeção da edificação;
 - indicação da numeração do lote e dos lotes confrontantes;
 - nome do logradouro, assim como amarração do lote em questão a esquina mais próxima, e nome do logradouro público mais próximo.
 - c) perfis transversal e longitudinal do terreno na escala 1:200;
 - d) planta de cada pavimento não repetido na escala 1:50, contendo:
 - dimensões e áreas de todos os compartimentos, internas e externas, inclusive dimensões dos vãos de iluminação, ventilação, (portas, janelas, etc.) garagens e áreas de estacionamento.
 - a finalidade de cada compartimento;

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO III

- indicação de pisos impermeáveis nas cozinhas, áreas de serviços, instalação sanitárias e outros que forem necessários;
 - traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais;
 - indicação das projeções da cobertura;
 - indicação dos níveis de cada compartimento;
 - linhas dos cortes indicados
- e) cortes longitudinal e transversal, na mesma escala da planta baixa contendo:
- indicação dos elementos necessários à compreensão do projeto tais como: pé-direito, altura das vérgas, altura dos peitoris, perfis do telhado, cota dos beirais, etc.
 - indicação das paredes impermeáveis nas cozinhas áreas de serviço, instalações sanitárias e outras onde forem necessárias.
- f) elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na escala 1:50 contendo:
- cotas das alturas e outros detalhes na fachada;
 - especificação de materiais utilizados.
- g) diagrama de cobertura na escala 1:50 ou 1:100 contendo:
- indicação dos caimentos do telhado;
 - indicação das inclinações do telhado;
 - indicação dos materiais utilizados;

-----LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO III

- indicação dos rufos e calhas se for o caso;

- indicação das dimensões dos beirais.

h) gradil na escala 1:50 com indicação da altura;

Artigo 51 - Todas as pranchas deverão ser apresentadas em 3 vias, uma das quais será arquivada no órgão competente da Prefeitura e as outras serão devolvidas ao referente após a aprovação, contendo em todas elas o carimbo devidamente preenchido, assim como os carimbos de aprovação e as rubricas dos funcionários encarregados.

Artigo 52 - No caso de projetos de edificações de grande porte as escalas poderão ser alteradas, após consultada a Prefeitura.

Artigo 53 - Todas as informações constantes nos Desenhos não poderão ser feitas à mão-livre, principalmente Letras e Números. As pranchas aprovadas não poderão apresentar nenhuma rasura e nenhuma informação poderá ser acrescentada à prancha aprovada, que deverá ser apresentada em forma de cópia heliográfica sem nenhum tipo de alteração;

Artigo 54 - Os projetos deverão estar acompanhados das respectivas anotações de responsabilidade técnica e ambos apresentados conforme ato nº 32 do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA.

-----LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO III

Artigo 55 - No caso de não existir a escritura do terreno, a Prefeitura Municipal analisará cada caso, podendo substituir a exigência por uma comprovação de propriedade sobre o lote a ser edificado.

Artigo 56 - Após a análise dos elementos fornecidos e, se os mesmos estiverem de acordo com as legislações pertinentes, a Prefeitura Municipal aprovará o projeto e fornecerá o alvará de construção.

Parágrafo único - considera-se prescrito o alvará de construção:

- cuja obra não se inicie no prazo de seis meses após sua expedição, podendo ser prorrogável por mais 6 (seis) meses.
- cuja obra, após iniciada, sofrer interrupção por um período superior a 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 57 - Após a conclusão das obras, o interessado solicitará à Prefeitura Municipal vistoria e expedição da carta de conclusão de obra e "Habita-se".

Parágrafo 1º - Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação está em desacordo com o projeto aprovado, o responsável técnico e/ou proprietário será autuado e obrigado a regularizar a situação.

-----LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO III

Parágrafo 2º - Em qualquer período da execução da obra, o órgão competente da Prefeitura Municipal poderá exigir que lhe sejam exibidas as plantas, documentos e demais detalhes que julgar necessários.

Artigo 58 - Após a vistoria final, se a obra estiver concluída e de acordo com o projeto aprovado, a Prefeitura Municipal expedirá a Carta de Conclusão da Obra e "Habite-se".

Parágrafo único - Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria pela Prefeitura Municipal e expedido o documento de que trata o capítulo deste artigo.

----- LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO IV

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS-CAPÍTULO IV

DA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES

Artigo 59 - A tramitação dos processos de licença para funcionamento e localização de estabelecimento comercial, de prestação de serviços ou industrial, compreenderá as seguintes etapas:

- I - Solicitação por parte do interessado através de formulário próprio, intitulado de Consulta para Requerer Alvará de Localização e Funcionamento Guia... (alguma cor, azul p. ex.), onde informará:
 - a) nome do proprietário,
 - b) ramo da atividade,
 - c) endereço do local a se instalar,
 - d) área útil ocupada pela atividade,
 - e) indicação em croquis do local a se instalar com os nomes dos logradouros.

- II - Análise, vistoria e expedição de alvará de localização e funcionamento por parte da Prefeitura Municipal.

Artigo 60 - A consulta de que trata o artigo anterior é válida por 90 (noventa) dias, contados da data da solicitação na Prefeitura Municipal;

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO IV

Artigo 61 - as informações que forem falsas, prestadas pelo referente, a deturpação do uso concedido ou os incômodos causados à vizinhança, implicam na cassação do Alvará a que se refere a consulta

Artigo 62 - A expedição do Alvará de localização e funcionamento está condicionada à observância da Lei Municipal de Urbanismo N.º... e ao disposto no Código Tributário do Município.

Parágrafo 1º - Os alvarás de funcionamento e localização de estabelecimento comercial, de prestação de serviços ou industrial, serão concedidos sempre a título precário.

Parágrafo 2º - O proprietário do estabelecimento comercial, de serviço ou industrial é obrigado a comunicar ao órgão municipal competente, dentro de 20 (vinte) dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes concorrências:

- a) alteração da razão social ou do ramo de atividade,
- b) alterações fiscais do estabelecimento,
- c) mudança de proprietário.

Parágrafo 3º - A mudança de endereço anula o alvará. Neste caso o proprietário deverá requerer novo alvará de localização e funcionamento.

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO IV

Parágrafo 4º - A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano, estando a sua renovação condicionada à vistoria prévia procedida no primeiro mês de cada ano.

Parágrafo 5º - Os alvarás a que se refere o presente artigo, poderão ser cassados desde que o uso demonstre reais inconvenientes, sem direito a nenhuma espécie de indenização por parte do Município.

Artigo 63 - O exercício da atividade de comércio ambulante dependerá de alvará de funcionamento, sendo que:

I - O alvará de funcionamento para comércio ambulante é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim nele indicado e somente será expedido em favor das pessoas que demonstrem a necessidade de seu exercício;

II - No alvará de funcionamento constarão os seguintes elementos essenciais:

- a) número de inscrição;
- b) nome do vendedor ambulante e endereço;
- c) número do documento de identificação;
- d) local e horário de funcionamento com justificativa.

III - Para fins de expedição de alvará de funcionamento, os interessados deverão providenciar o cadastramento na Prefeitura Municipal, mediante a

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO IV

apresentação de documento de identificação, carteira de saúde atualizada, duas fotografias 3X4 cm, comprovante de residência e declaração firmada pelo interessado, sobre a natureza e origem da mercadoria que pretende comercializar.

Artigo 64 - São obrigações do vendedor ambulante:

- a) comercializar somente mercadorias especificadas no alvará de funcionamento, no local e limites demarcados, e no horário estipulado;
- b) colocar à venda mercadorias em perfeitas condições de consumo;
- c) acatar ordens da fiscalização.

Artigo 65 - É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa, impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou em outros logradouros.

Parágrafo Único - Pela inobservância das disposições relativas ao comércio ambulante, além das multas, o infrator estará sujeito a:

- a) apreensão da mercadoria;
- b) suspensão de 5 (cinco) a 10 (dez) dias úteis;
- c) cassação do alvará de funcionamento.

----- LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO V

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS -CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES PENAIS

Artigo 66 - Todo o infrator que cometer pela primeira vez uma ação ou omissão às disposições deste código sofrerá uma advertência sob a forma de notificação preliminar, obrigando a interromper e a reparar, se for o caso, a ação infringente.

Parágrafo Único - os seguintes casos motivarão a lavratura imediata do auto de infração ou de apreensão:

- a) quando a ação danosa é irreversível
- b) quando põe em risco a vida de pessoas
- c) em que haja desacato ou desobediência à autoridade do Poder Municipal

Artigo 67 - Lavrado o auto de infração ou apreensão, a Prefeitura Municipal dará prosseguimento cabível para a execução da pena prevista

Artigo 68 - A infração do disposto nesta Lei poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer, de acordo com os seguintes critérios :

I- As autoridades municipais e servidores da Administração Municipal e servidores que por houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato

LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO V

impugnado, fraudarem o espírito desta Lei, ou por omissão, tiverem dado oportunidade à lesão, aplicam-se as punições conforme legislação específica em vigor;

II- Aos beneficiários diretos do mesmo, sendo proprietários de edificação em construção ou ampliação, aplicam-se:

- a) multa de cinco a cem vezes a Unidade de Referência -UR, da data da quitação, ou demolição da obra ou ambas as penas cumulativamente, se tiverem iniciado a obra sem autorização municipal,
- b) multa de cinco a duzentas vezes a Unidade de Referência -UR, da data da quitação, ou demolição da parte construída que originou a impugnação, ou ambas as penas cumulativamente, se tiver alterado o Projeto ou os fins os quais o alvará foi concedido,
- c) multa de cinco a duzentas vezes a Unidade de Referência-UR, da data da quitação e embargo da obra, até sua regularização, quando tiver prosseguido com a obra após a prescrição do alvará correspondente;

III- Ao profissional responsável pela obra de construção, ampliação ou demolição que por omissão ou na observância incompleta ou irregular dos preceitos desta Lei, resultar nos atos lesivos de que incorre a ação, aplica-se:

- a) multa de uma a dez vezes a Unidade de Referência-UR na data da quitação,
- b) se houver reincidência específica da infração, multa dobrada em dobro e suspensão por um período

----- LEI DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CAPÍTULO V

de dois anos, de sua licença no Município, para o exercício da atividade;

IV- Aos beneficiários diretos do mesmo, sendo proprietários de estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, depósitos ou indústrias, aplica-se multa de uma a duzentas vezes a Unidade de Referência- UR, na data da quitação, se:

- a) a atividade for exercida sem a devida licença,
- b) o uso for proibido para a zona onde a atividade estiver estabelecida.

Parágrafo 1º - Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado será destinada à reconstituição dos bens lesados.

Parágrafo 2º - Nos casos em que o parágrafo precedente não se aplicar, a multa cobrada reverterá aos cofres do Poder Público Municipal.

Parágrafo 3º - Na ação que tenha por objeto cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, determinar-se-á o cumprimento da prestação da atividade devida ou cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível;

Artigo 69 - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

MAPAS E TABELAS

ÍNDICE DE MAPAS - VOLUME II - "LEVANTAMENTO DE DADOS"

- Mapa I - Localização do Município de Candói
- Mapa II - Sistema Viário Principal do Município de Candói
- Mapa III - Mapa de Hidrologia do Município de Candói

- Núcleo Urbano Candói - Sede
 - Mapa 1A - Hipsométrico
 - Mapa 2A - Hidrologia e Vegetação
 - Mapa 3A - Declividade
 - Mapa 4A - Equipamento Social, Educação, Saúde, Assistência Social, Lazer, Cultura e Religioso
 - Mapa 5A - Uso do Solo Atual
 - Mapa 6A - Energia Elétrica
 - Mapa 7A - Evolução Urbana
 - Mapa 8A - Pavimentação e Drenagem Urbana
 - Mapa 9A - Mapa do Sistema Viário Atual
 - Mapa 10A - Abastecimento de Água
 - Mapa 11A - Coleta de Lixo
 - MACRO A - Macrozoneamento do Núcleo Urbano de Candói-Sede

MAPAS E TABELAS

- Núcleo Urbano Segredo - Candói

- Mapa 1B - Hipsonétrico
- Mapa 2B - Hidrologia e Vegetação
- Mapa 3B - Declividade
- Mapa 4B - Equipamento Social, Educação, Saúde, Assistência Social, Lazer, Cultura e Religioso
- Mapa 5B - Uso do Solo Atual
- Mapa 6B - Energia Elétrica
- Mapa 7B - Evolução Urbana
- Mapa 8B - Pavimentação e Drenagem Urbana
- Mapa 9B - Mapa do Sistema Viário Atual
- Mapa 10B - Abastecimento de Água
- Mapa 11B - Coleta de Lixo
- MACRO B - Macrozoneamento do Núcleo Urbano de Segredo
- Mapa 13B - Perímetro Urbano
- Mapa 14B - Uso do Solo

- Núcleo Urbano Lagoa Seca - Candói

- Mapa 1C - Hipsonétrico
- Mapa 2C - Hidrologia e Vegetação
- Mapa 3C - Declividade
- Mapa 4C - Equipamento Social, Educação, Saúde, Assistência Social, Lazer, Cultura e Religioso
- Mapa 5C - Uso do Solo Atual
- Mapa 6C - Energia Elétrica
- Mapa 7C - Evolução Urbana
- Mapa 8C - Pavimentação e Drenagem Urbana Sistema Viário
- Mapa 9C - Mapa do Sistema Viário Atual
- Mapa 10C -
- MACRO C - Macrozoneamento do Núcleo Urbano de Lagoa Seca

MAPAS E TABELAS

- Núcleo Urbano Paz - Candói

- Mapa 1D - Hipsométrico
- Mapa 2D - Hidrologia e Vegetação
- Mapa 3D - Declividade (m ten)
- Mapa 4D - Equipamento Social, Educação, Saúde, Assistência Social, Lazer, Cultura e Religioso
- Mapa 5D - Uso do Solo Atual
- Mapa 6D - Energia Elétrica
- Mapa 7D - Evolução Urbana
- Mapa 8D - Pavimentação e Drenagem Urbana
- Mapa 9D - Mapa do Sistema Viário Atual
- Mapa 10D - Abastecimento de Água
- Mapa 11D - Coleta de Lixo
- MACRO D - Macrozoneamento do Núcleo Urbano de Lagoa Seca
 - Uso do Solo

- Núcleo Urbano Cachoeira - Candói

- Mapa 1E - Hipsométrico
- Mapa 2E - Hidrologia e Vegetação
- Mapa 3E - Declividade
- Mapa 4E - Equipamento Social, Educação, Saúde, Assistência Social, Lazer, Cultura e Religioso
- Mapa 5E - Uso do Solo Atual
- Mapa 6E - Energia Elétrica
- Mapa 7E - Evolução Urbana
- Mapa 8E - Pavimentação e Drenagem Urbana
- Mapa 9E - Sistema Viário Atual
- MACRO E - Macrozoneamento do Núcleo Urbano de Cachoeira

MAPAS E TABELAS

ÍNDICE DE MAPAS E TABELAS - VOLUME I "LEGISLAÇÃO URBANA BÁSICA"

Núcleo Urbano de Candói- Sede :

- PERI A - Perímetro Urbano de Candói-Sede
- SOLO A - Uso do Solo de Candói-Sede
- VIÁRIO A - Sistema Viário - Hierarquia das Vias de Candói-Sede

Núcleo Urbano de Segredo :

- PERI B - Perímetro Urbano de Segredo
- SOLO B - Uso do Solo de Segredo
- VIÁRIO B - Sistema Viário - Hierarquia das Vias de Segredo

Núcleo Urbano de Lagoa Seca :

- PERI C - Perímetro Urbano de Lagoa Seca
- SOLO C - Uso do Solo de Lagoa Seca
- VIÁRIO C - Sistema Viário-Hierarquia das Vias de Lagoa Seca

Núcleo Urbano de Paz

- PERI D - Perímetro Urbano de Paz
- SOLO D - Uso do Solo de Paz
- VIÁRIO D - Sistema Viário-Hierarquia das Vias de Paz

MAPAS E TABELAS

Núcleo Urbano de Cachoeira

- PERI E -- Perímetro Urbano de Cachoeira
SOLO E -- Uso do Solo de Cachoeira
VIARIO E -- Sistema Viário-Hierarquia das Vias de Cachoeira

* MAPAS E TABELAS

#####

TABELA I - ZONAS, CATEGORIAS DE USOS E MODELOS DE ASSENTAMENTOS

| USOS | ZONAS | ZR1 | ZR2 | ZM | ZC | ZI | SEI | SEP | SEPROT | CARACTERISTICAS DOS USOS |
|--------------------------------------|-------|-----|-----|----|----|----|-----|-----|--------|--|
| Residencial Unifamiliar | | X | X | X | X | -- | -- | -- | X | Uso residencial, correspondendo a uma habitação por lote |
| Residencial Multifamiliar | | -- | X | X | X | -- | -- | -- | -- | Horizontal - mais de uma hab. por lote Vertical - mais de uma hab. por lote |
| Comércio local | | -- | X | X | X | -- | -- | -- | X | Estabelecimento até 100 m ² |
| Comércio principal | | -- | -- | X | X | -- | -- | -- | X | Estabelecimento até 270 m ² |
| Comércio Atacadista de pequeno porte | | -- | -- | X | X | -- | -- | -- | -- | Estabelecimento até 100 m ² |
| Comércio Atacadista de médio porte | | -- | -- | -- | X | -- | -- | -- | -- | Estabelecimento até 270 m ² |
| Comércio Atacadista de grande porte | | -- | -- | -- | X | X | -- | -- | -- | Estabelecimento maior que 270 m ² |
| Serviço local | | -- | X | X | X | -- | -- | -- | X | Estabelecimento até 100 m ² |
| Serviço principal | | -- | -- | X | X | -- | -- | -- | X | Estabelecimento maior que 100 m ² |
| Indústria não poluente | | -- | -- | -- | -- | X | -- | -- | -- | ----- |
| Serviço de uso local | | -- | X | X | X | -- | X | -- | X | Atividades voltadas para o atendimento da pop. não conflitante c/ o uso resid. |
| Serviço de uso local | | -- | -- | X | X | -- | X | -- | X | Atividades voltadas p/ o atendimento da pop. conflitantes c/ o uso resid. |

TABELA II - CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS DE ASSENTAMENTOS

| MODELOS DE ASSENTAMENTOS | CARACTERÍSTICAS |
|--------------------------|---|
| Ma 1 | - Edificações destinadas à habitação permanente compreendendo uma habitação por lote ou conjunto de lotes até dois pavimentos. |
| Ma 2 | - Edificações destinadas à habitação permanente compreendendo uma ou mais habitações por lotes até três pavimentos. |
| Ma 3 | - Edificações de uso misto tendo no máximo dois pavimentos. |
| Ma 4 | - Edificações de uso misto tendo três pavimentos. |
| Ma 5 | - Edificações destinadas ao comércio e prestação de serviços não podendo ter mais de um pavimento. |
| Ma 6 | - Edificações destinadas ao comércio e prestação de serviços podendo ter dois ou três pavimentos. |
| Ma 7 | - Edificações destinadas ao uso industrial podendo ter até três pavimentos. |
| Ma 8 | - Edificações destinadas ao serviço de uso coletivo não podendo ter mais de 2 pavimentos |
| Ma 9 | - Edificações destinadas ao serviço de uso coletivo podendo ter até três pavimentos |
| Ma 10 | - Edificações quer para atividades múltiplas, quer para uso residencial, comercial ou serv- viço que obedecem às exigências do parágrafo 6º Art. 15 desta Lei. |

TABELA III - ÍNDICES URBANÍSTICOS

| ZONA | MODELO DE ASSENTAMENTO PERMITIDO | ÁREA DO LOTE | | TAXA DE OCUPAÇÃO | COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO | FRENTE DO LOTE | AFASTAMENTO FRONTAL | | AFASTAMENTO LATERAL | | AFASTAMENTO FUNDOS |
|--------|--|-----------------|--------|---------------------|----------------------------------|-------------------|------------------------|----------|------------------------|--------|-----------------------|
| | | MÍNIMO | MÁXIMO | | | | MÍNIMO | MÍNIMO | MÍNIMO | MÍNIMO | |
| ZR 1 | Ma1 | 450 | | 0,5 | 1,0 | 15,0 | 3,0 | 1,5 ou 0 | | 3,0 | |
| | Ma1 e Ma3 | 360 | | 0,5 | 1,0 | 12,0 | 3,0 | 2,3 | | 3,0 | |
| ZR 2 | Ma2 | 360 | | 0,5 | 1,0 | 12,0 | 3,0 | 1,5 ou 0 | | 3,0 | |
| | Ma1 e Ma3 | 360 | | 0,5 | 1,0 | 12,0 | 3,0 | 2,3 | | 3,0 | |
| ZR 3 | Ma2 e Ma4 | 360 | | 0,5 | 1,0 | 12,0 | 3,0 | 1,5 ou 0 | | 3,0 | |
| | Ma1, 2, 3, 4 e 5 | 360 | | 0,6 | 1,2 | 12,0 | 3,0 | 1,5 | | 3,0 | |
| ZC | Ma6 | 360 | | 0,6 | 1,5 | 12,0 | 3,0 | 2,3 | | 3,0 | |
| | Ma5, 6 e 7 | 1.000 | | 0,35 | 0,7 | 20,0 | 10,0 | 5,0 | | 5,0 | |
| SET | Ma 8 | 360 | | 0,5 | 1,0 | 12,0 | 3,0 | 1,5 ou 0 | | 3,0 | |
| | Ma 9 | 720 | | 0,5 | 1,0 | 15,0 | 4,0 | 2,3 | | 3,0 | |
| SEP | --- | --- | | --- | --- | --- | --- | --- | | --- | |
| SEPROT | Ma 10 | 20.000 | | 0,05 | 0,1 | 25,0 | 10,0 | 5,0 | | 10,0 | |

Todas as edificações em madeira deverão ter afastamento lateral de 2,3 m.

CONVENÇÕES

- VIA RUAVERTELA
- VIA LIG. RUAVERTELA
- EDIFICAÇÃO
- CAMINHO
- MURO
- CEPSA DE MANGUE
- POSTE
- MATO
- MADEIRA
- CULTURA
- PARQUE
- ARVORE
- LAGO
- BANHO
- PONTO D'ÁGUA
- CURVA DE NIVEL

MAPA PERÍMETRO URBANO

— PERÍMETRO URBANO

MUNICÍPIO - CANDÓI PR

FAMEPAR - PLANO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

ELABORAÇÃO: ARCONTEC CONST. TÊC. LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E HABITAÇÃO

LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO

PERI

A

94

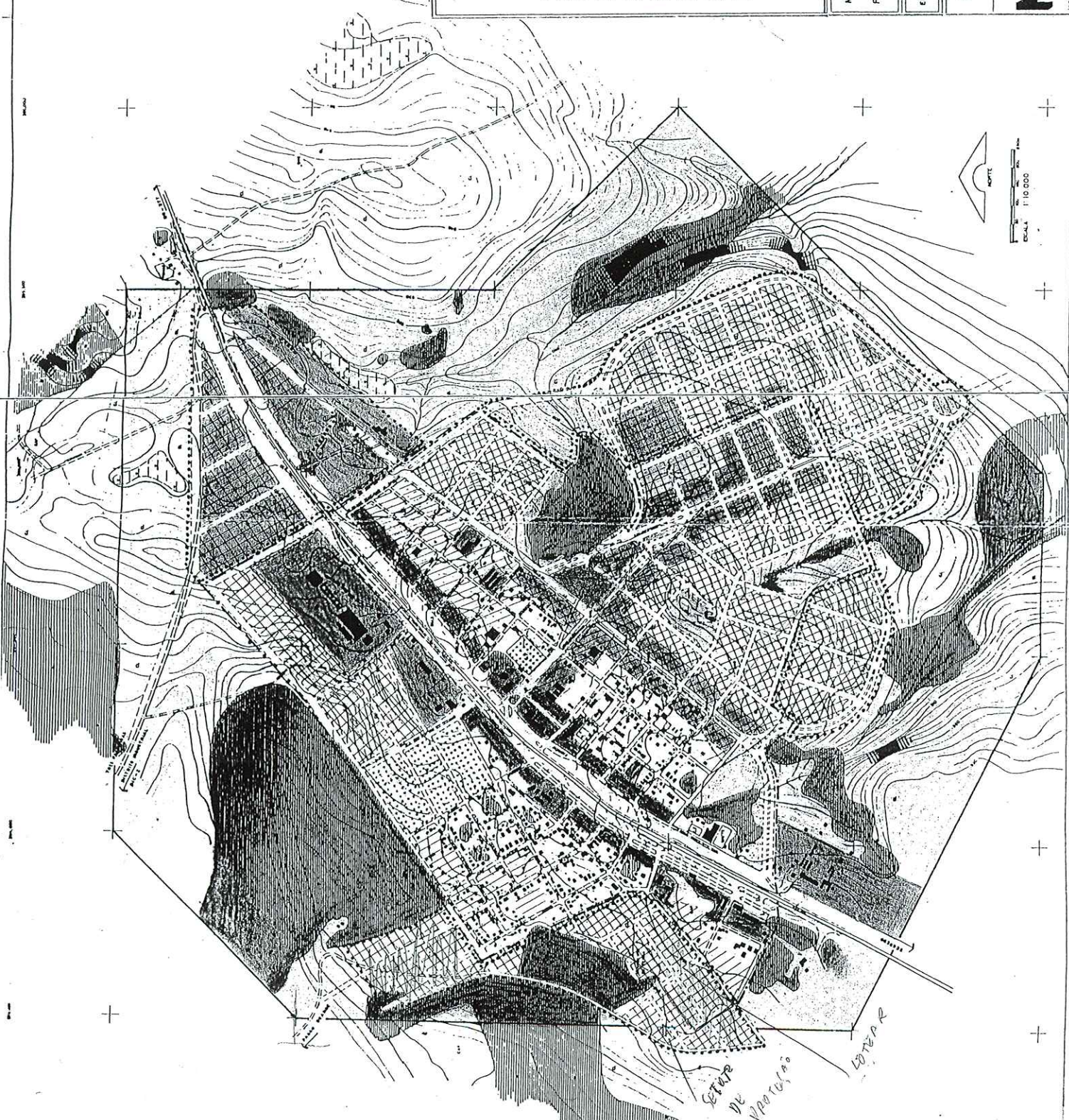
ESCALA 1:10.000

MUNICÍPIO DE CANDÓI



ESCALA 1:10.000





CONVENÇÕES

- VIA MUNICIPAL
- VIA LIG. INTERMUNICIPAL
- EDIFICAÇÃO
- CANTO
- MURO
- CORTA DE MUR
- POSTE
- BUIO
- MAZEA
- GALVIA
- ALTO
- CANOAL
- ARROIO
- RIO
- LAGOA
- MARALHO

**LEI DO USO DO SOLO
ZONEAMENTO**

- | | | |
|--|--------|-------------------------------|
| | ZR-1 | ZONA RESIDENCIAL |
| | ZR-2 | ZONA RESIDENCIAL |
| | ZM | ZONA DE USO MISTO |
| | ZC | ZONA COMERCIAL |
| | ZI | ZONA INDUSTRIAL |
| | SEI | SETOR ESPECIAL INSTITUCIONAL |
| | SEP | SETOR ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO |
| | SEPROT | SETOR ESPECIAL DE PROTEÇÃO |

MUNICÍPIO - CANDÓI, PR

FAMEPAR - PLANO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

ELABORAÇÃO: ARCONTEC CONST. TÊC. LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E HABITAÇÃO

ML
MUNICÍPIO DE CANDÓI

ESCALA
1:10.000

94

SOLO
A

CONTINUAÇÃO

- VIA INTERMUNICIPAL
- VIA DE TRANSCORREÇÃO
- ESTACADA
- CAVALARIA
- ALUG
- CEMITÉRIO DE ANIMAIS
- BAIRRO
- BAZILICA
- BAZILICA
- PALETO
- CAMPESINHA
- PRÉDIO
- RIO
- POÇO DE ÁGUA
- DEBORA DE ÁGUA

SISTEMA VIÁRIO HIERARQUIA DAS VIAS

RODOVIA

VIA PRINCIPAL

VIA COLETORA

VIA LOCAL



MUNICÍPIO: CANDÓI PR

DISTR. SEGREDO

FAMEPAR: PLANO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

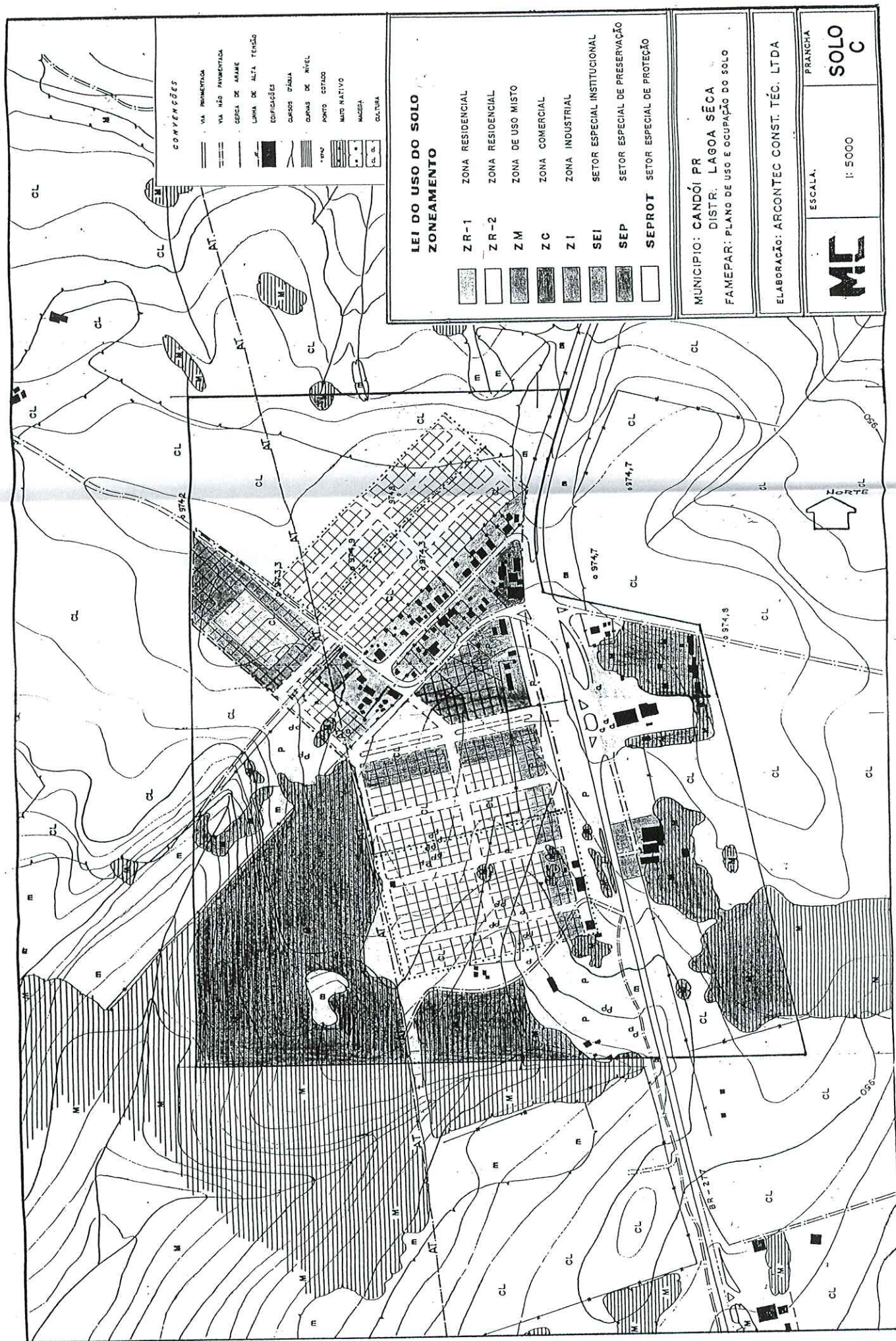
ELABORAÇÃO: ARCONTEC CONST. TÊC. LTD.

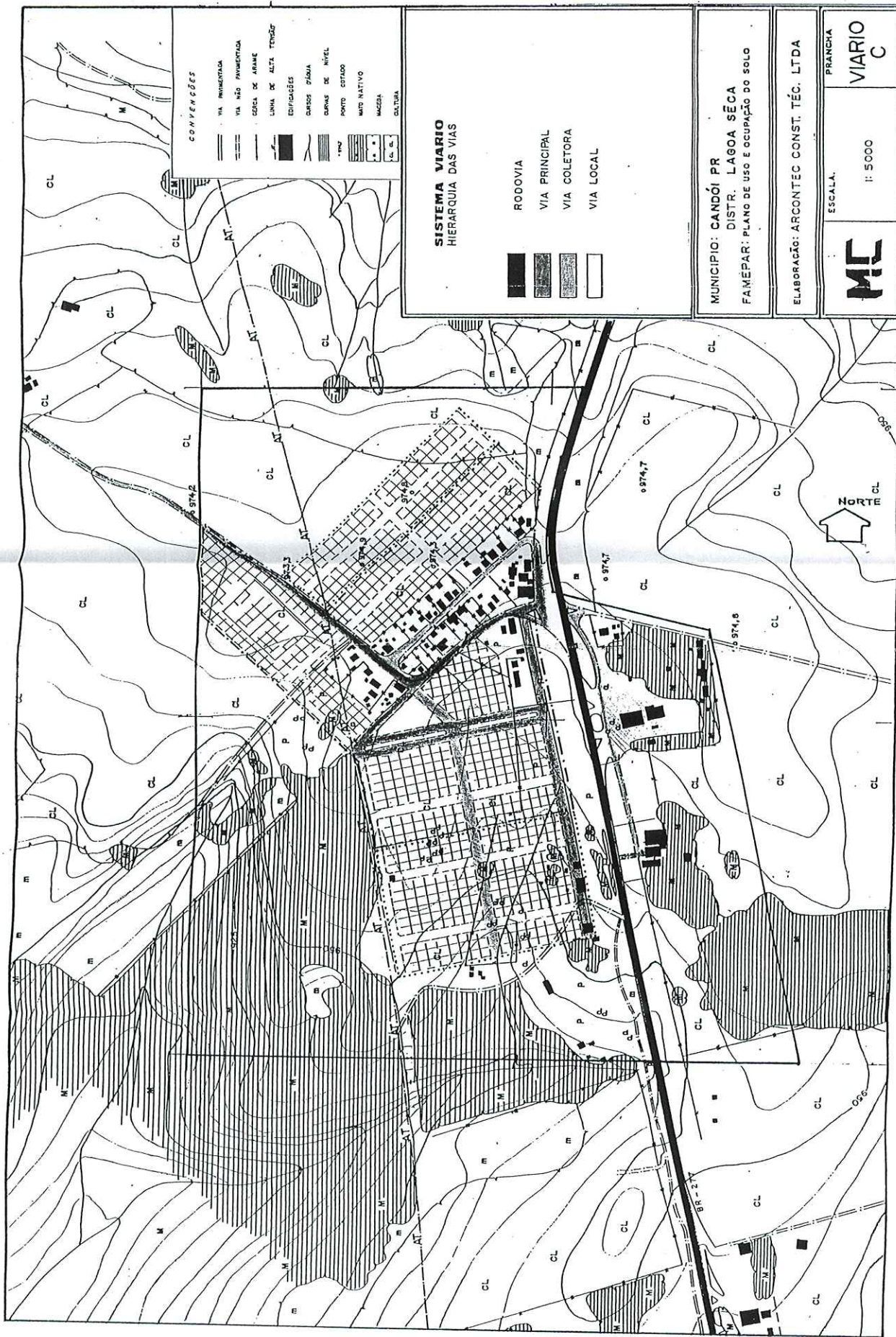
ESCALA.

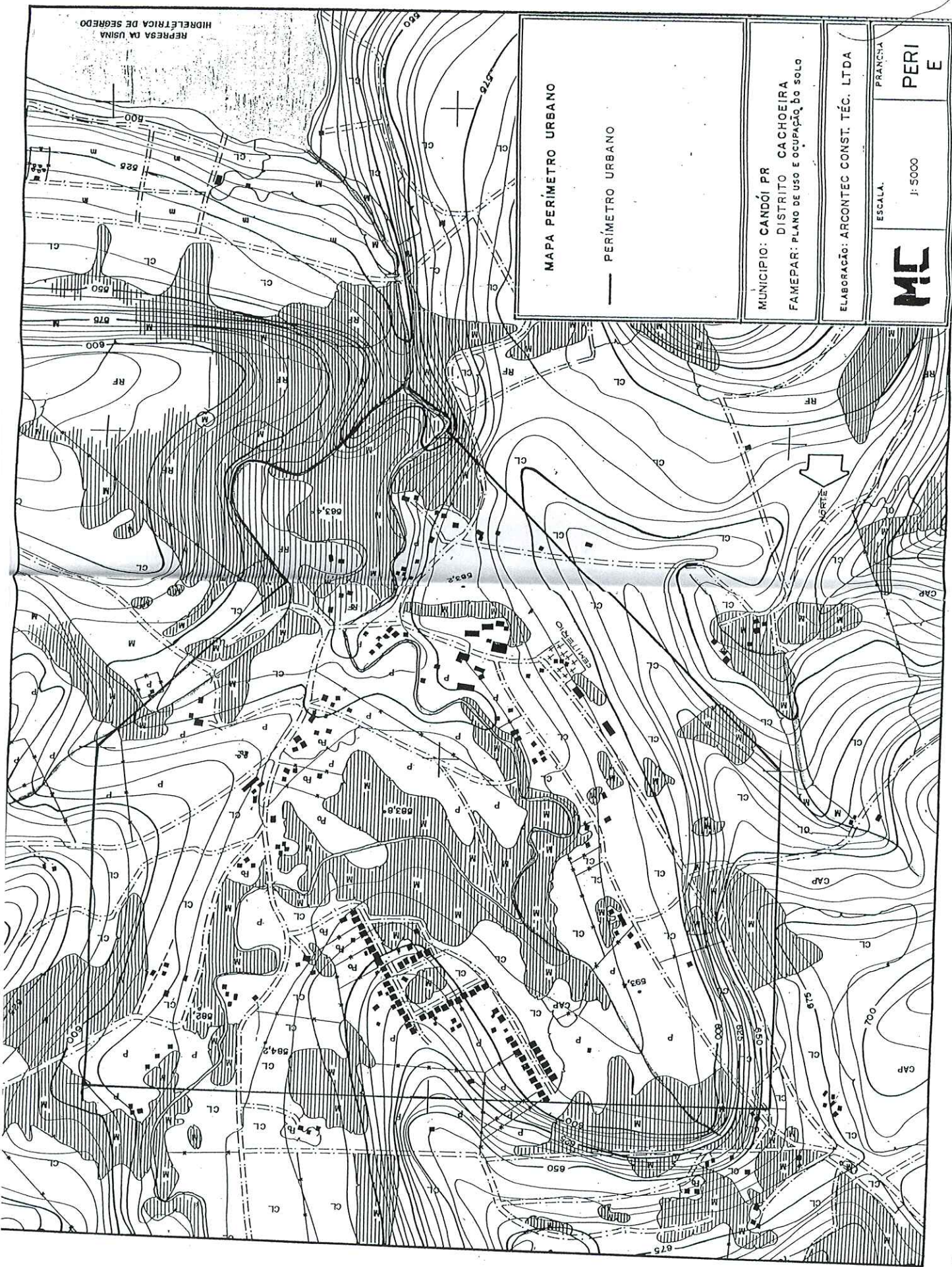
1:10000

VIAP









MAPA PERÍMETRO URBANO

— PERÍMETRO URBANO

MUNICÍPIO: CANDÓI, PR
DISTRITO: CACHOEIRA
FAMEPAR: PLANO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

ELABORAÇÃO: ARCONTEC CONST. TÉC. LTDA

ESCALA:

1:5000

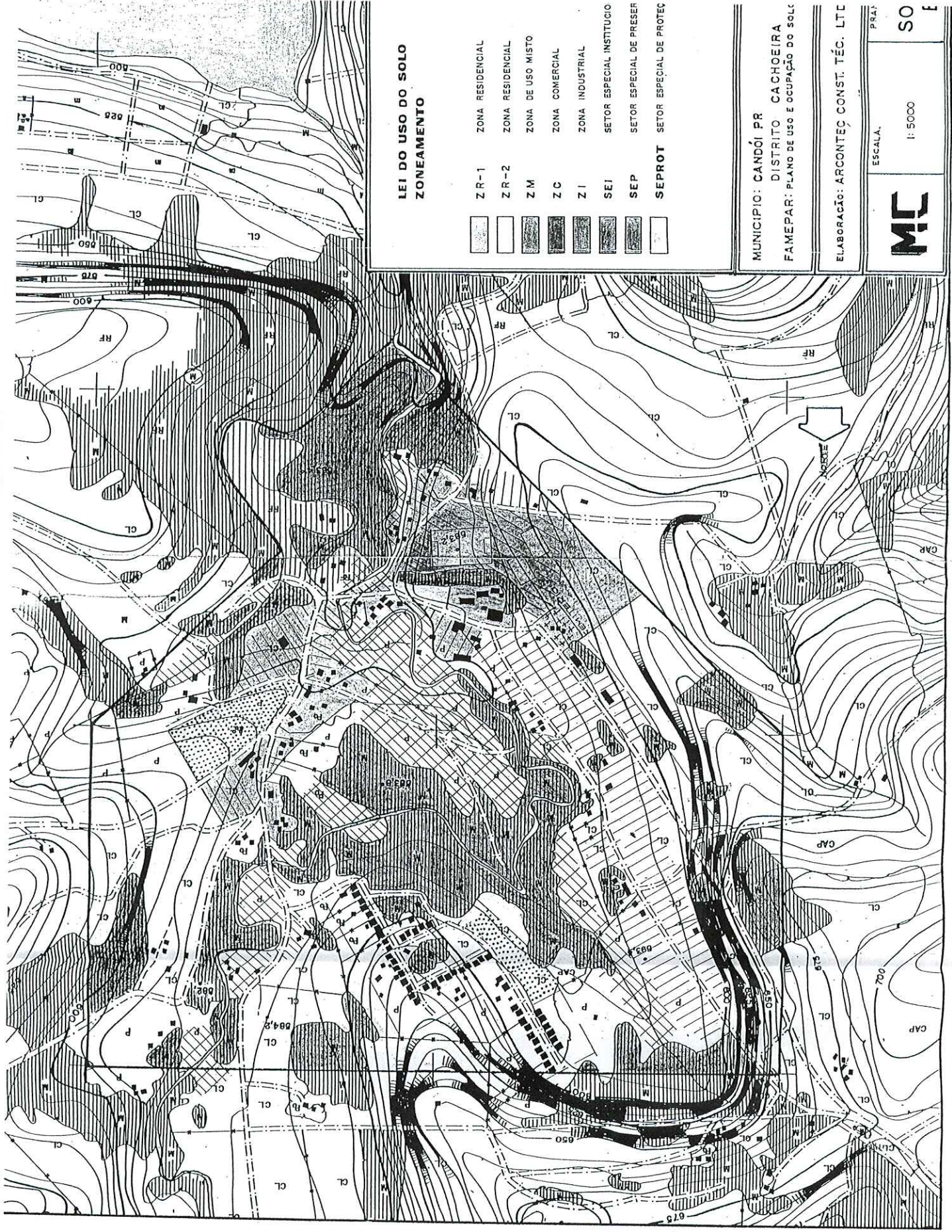
PRANCHETA:

PERI
E

MC

REPRESA DA USINA
HIDRELÉTRICA DE SEGEDO

NORTE



LEI DO USO DO SOLO
ZONEAMENTO

| | | |
|--|--------|---------------------------|
| | ZR-1 | ZONA RESIDENCIAL |
| | ZR-2 | ZONA RESIDENCIAL |
| | ZM | ZONA DE USO MISTO |
| | ZC | ZONA COMERCIAL |
| | ZI | ZONA INDUSTRIAL |
| | SEI | SETOR ESPECIAL INSTITUCIO |
| | SEP | SETOR ESPECIAL DE PRESER |
| | SEPROT | SETOR ESPECIAL DE PROTEC |

MUNICIPIO: CANDÓI PR
DISTRITO: CACHOEIRA
FAMEPAR: PLANO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

ELABORAÇÃO: ARCONTEC CONST. TÊC. LTD

ESCALA:
1: 5000

SO
F



SISTEMA VIARIO
HIERARQUIA DAS VIAS

- RODOVIA
- VIA PRINCIPAL
- VIA COLETORES
- VIA LOCAL

MUNICÍPIO: CANDÓI PR
DISTRITO: CACHOEIRA
FAMEPAR: PLANO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

ELABORAÇÃO: ARCONTEC CONST. TÊC. LTDA

| | |
|-----------|---------|
| PRANCHAS | VIARIO |
| ESCALA | J: 5000 |
| MC | E |